

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	11
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	14
1.5 Principais clientes	34
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	35
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	48
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	49
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	51
1.10 Informações de sociedade de economia mista	56
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	57
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	58
1.13 Acordos de acionistas	59
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	60
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	62
1.16 Outras informações relevantes	64
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	65
2.2 Resultados operacional e financeiro	76
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	79
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	81
2.5 Medições não contábeis	82
2.6 Eventos subsequentes as DFs	85
2.7 Destinação de resultados	86
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	88
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	89
2.10 Planos de negócios	90
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	93
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	94
3.2 Acompanhamento das projeções	95

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	96
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	109
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	112
4.4 Processos não sigilosos relevantes	118
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	133
4.6 Processos sigilosos relevantes	134
4.7 Outras contingências relevantes	135
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	137
5.2 Descrição dos controles internos	142
5.3 Programa de integridade	144
5.4 Alterações significativas	149
5.5 Outras informações relevantes	150
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	151
6.3 Distribuição de capital	163
6.4 Participação em sociedades	164
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	165
6.6 Outras informações relevantes	166
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	167
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	172
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	173
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	174
7.4 Composição dos comitês	180
7.5 Relações familiares	184
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	186
7.7 Acordos/seguros de administradores	188
7.8 Outras informações relevantes	189
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	190

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	197
8.3 Remuneração variável	200
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	201
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	202
8.6 Outorga de opções de compra de ações	203
8.7 Opções em aberto	204
8.8 Opções exercidas e ações entregues	205
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	206
8.10 Outorga de ações	207
8.11 Ações entregues	208
8.12 Precificação das ações/opções	209
8.13 Participações detidas por órgão	210
8.14 Planos de previdência	211
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	212
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	214
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	215
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	216
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	217
8.20 Outras informações relevantes	218
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	219
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	221
9.4 Outras informações relevantes	222
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	223
10.1 Descrição dos recursos humanos	225
10.2 Alterações relevantes	227
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	228
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	230
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	231
10.5 Outras informações relevantes	232
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	233
11.2 Transações com partes relacionadas	235
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	237
11.3 Outras informações relevantes	239
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	240
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	242
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	244
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	247
12.5 Mercados de negociação no Brasil	248
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	249
12.7 Títulos emitidos no exterior	250
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	251
12.9 Outras informações relevantes	252
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	254
13.1 Declaração do diretor presidente	255
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	257
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	259

1.1 Histórico do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

PBG S.A. (“Companhia”) é constituída sob a forma de sociedade por ações, com registro de Companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) desde 1991, ano de sua Abertura de Capital na então BOVESPA. Desde 2008, as ações da Companhia estão listadas no segmento Novo Mercado da B3, que reúne Empresas com os mais elevados padrões de governança corporativa no país. Nesse segmento, as ações são negociadas sob o código “**PTBL3**”. A Companhia está sujeita às disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), bem como às normas e regulamentos emitidos pela CVM e pela B3.

Constituída em 1977, na cidade de Tijucas, Santa Catarina, a Portobello nasceu com o propósito de transformar a realidade local por meio da indústria, da inovação e do compromisso com o desenvolvimento da comunidade. Nesse município está localizado, até hoje, o maior parque fabril da Companhia, com aproximadamente 185.000 m² de área construída.

A Companhia tem como objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelanatos, incluindo pisos técnicos e esmaltados, peças decoradas, mosaicos e revestimentos para paredes internas e fachadas externas.

Em 1981, a Portobello iniciou suas Exportações. Nos anos seguintes, destacou-se por inovações marcantes, como o lançamento da linha “Carga Pesada”, em 1984, voltada para alto tráfego, e a ampliação de sua capacidade produtiva para 1 milhão de m²/mês, em 1987. Em 1991, lançou revestimentos para fachadas e abriu seu capital. Na sequência, iniciou sua estratégia de outsourcing, trazendo o porcelanato italiano para o Brasil, em 1992, além de construir uma estação de tratamento de efluentes, em 1993. Em 1998, criou a rede de franquias Portobello Shop, que viria a se consolidar como uma das principais do país no segmento.

A partir dos anos 2000, a Portobello seguiu inovando com a implantação do uso de gás natural nas fábricas, em 2000, e o início da produção nacional de porcelanato, em 2001. Em 2005, as exportações chegaram a representar 60% das vendas. Já em 2008, a Companhia aderiu ao Novo Mercado da B3, reforçando seu compromisso com os padrões de governança corporativa.

Em 2011, a Portobello passou a utilizar impressão digital e, em 2015, inaugurou a fábrica Pointer, com aproximadamente 109.000 m² de área construída. Nesse mesmo ano, foi criado o Portobello Grupo, dando início a uma nova fase de governança, inovação e crescimento.

1.1 Histórico do emissor

Nos anos seguintes, a Companhia alcançou importantes marcos de expansão e inovação, como o lançamento dos Grandes Formatos em 2013, a criação do projeto Officina Portobello em 2016, e a inauguração da fábrica de lastras em 2020.

Em 2018, ampliou sua presença internacional com a constituição da Portobello America e, em 2023, deu um passo decisivo em sua estratégia global com a inauguração da primeira unidade fabril fora do Brasil, em Baxter, Tennessee (EUA), com aproximadamente 96 mil m² de área construída.

Em 2024, ao completar 45 anos de trajetória, a Portobello reforçou sua posição de liderança no setor de revestimentos cerâmicos da América Latina, unindo design, inovação, governança e responsabilidade social para expandir suas fronteiras como uma marca global.

Em 2025, a Companhia passou a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3). Em maio de 2026, pelo segundo ano consecutivo, a Companhia foi selecionada para compor a carteira do índice, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e a geração de valor.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

O Portobello Grupo (“PBG”) atua na indústria de revestimentos cerâmicos no Brasil e no exterior, atendendo mais de 70 países. Suas operações incluem duas fábricas no Brasil e uma nos Estados Unidos (EUA), 30 lojas próprias, 131 franquias, duas unidades da Officina Portobello e oito centros de distribuição, sendo seis no Brasil e dois nos EUA.

Com presença no varejo e avanço em sua estratégia global, o Grupo adota uma abordagem centrada no cliente e no design, com foco na gestão de impactos e na geração de valor para seus *stakeholders*.

Com o objetivo de estruturar seu modelo de negócio e orientar sua evolução, o Portobello Grupo definiu propósito, visão e crenças, que orientam a cultura organizacional, promovem o engajamento e sustentam o desenvolvimento do negócio.

Nesse contexto, destacam-se os seguintes diferenciais competitivos:

- **Inovação como direcionador estratégico**
A inovação está presente no desenvolvimento de produtos, serviços e soluções, contribuindo para a evolução contínua dos negócios.
- **Excelência em design**
Atuação orientada ao desenvolvimento de design autoral, inovador e contemporâneo, alinhado à identidade da marca e às demandas do mercado.
- **Foco na experiência do cliente**
Entrega de soluções com qualidade e consistência em todos os pontos de contato, incluindo produtos, serviços e ambientes.
- **Relacionamentos de longo prazo**
Desenvolvimento de conexões com clientes, profissionais de arquitetura e design, parceiros e demais stakeholders.
- **Modelo integrado de negócios**
Atuação ao longo de toda a cadeia de valor, com integração entre produção, distribuição e canais de venda, apoiada por dados, eficiência logística e estratégia multicanal.

Com o crescimento da Companhia e a diversificação de seus canais de atuação, foi iniciada, ao final de 2020 uma reestruturação organizacional com foco no aprimoramento da gestão, na aceleração de resultados e no desenvolvimento das operações. O modelo anterior,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

baseado em uma estrutura centralizada, foi substituído pela criação de Unidades de Negócios, cada uma liderada por um Diretor. Neste contexto, a estrutura societária da Companhia suporta sua atuação operacional e estratégica, conforme descrito a seguir:

Ceramica Portobello



Imagem: Fábrica da Portobello Grupo em Tijucas (SC)

A Unidade Ceramica Portobello concentra o centro de operações do complexo industrial e de desenvolvimento tecnológico localizado em Tijucas (SC). A marca está associada à qualidade e inovação do Grupo e foi pioneira no desenvolvimento de lastras, cerâmicas em grandes formatos, contribuindo para a introdução e expansão dessa categoria no mercado brasileiro.

Com uma operação versátil, a Unidade atua por meio de múltiplos canais de distribuição, incluindo revendas, construtoras e exportações. Em 2025, seus produtos alcançaram mais de 70 países, atendendo clientes em diferentes regiões, com destaque para o avanço nas regionais da América Central, Europa e Oriente Médio, refletindo a evolução do mix de vendas internacionais.

A atuação comercial da Unidade é sustentada por um portfólio de maior valor agregado, com foco em grandes formatos e lastras, lançamentos contínuos e eficiência operacional, especialmente nos processos logísticos e de serviços. No canal multimarcas, a marca mantém presença em home centers, com exposição em ampla rede de lojas no Brasil. Desde 2020, esse canal foi aprimorado com a adoção de um novo conceito de exposição, baseado em estruturas autoportantes e reutilizáveis, que facilitam a atualização do portfólio e a apresentação dos produtos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O Canal de Projetos e grandes obras possui características técnicas específicas, demandando portfólio adequado a diferentes aplicações, além de serviços especializados e capacidade de atendimento em escala. Essa atuação é sustentada principalmente pelo canal de Engenharia, apoiado na plataforma Play Obras, bem como pela contribuição das exportações, por meio de quatro hubs regionais, que favorecem maior regularidade na distribuição. Ao longo de sua trajetória, a Unidade participou do fornecimento de revestimentos para empreendimentos comerciais e residenciais de grande porte, incluindo aeroportos, centros comerciais e outros projetos de infraestrutura.

O complexo industrial de Tijuca reúne 6 (seis) fábricas, com foco na produção de revestimentos em grandes formatos. Em 2020, foi concluída a implantação da fábrica de lastras, equipada com tecnologia de origem italiana e com capacidade para produzir peças de até 1,80 m x 3,20 m, ampliando as possibilidades de aplicação do porcelanato na arquitetura e no design.

Na sequência, a Unidade intensificou a transformação digital nos Canais de Distribuição, com investimentos em sistemas estruturantes, inteligência de dados e aprimoramento da experiência do cliente. Entre as iniciativas, destacam-se a implementação de ferramentas para especificação digital de produtos e a substituição de catálogos físicos por soluções digitais nos pontos de venda.

Em 2021, a Unidade passou a realizar internamente o Tratamento Fitossanitário com Fins Quarentenários (TFFQ), reforçando sua capacidade logística e o atendimento às exigências internacionais. O processo inclui o tratamento térmico de embalagens de madeira, em conformidade com a NIMF nº 15 e com as Portarias do MAPA nº 385/2021 e nº 514/2022, assegurando a conformidade regulatória e a aceitação nos mercados de destino. Essa prática tem como objetivo prevenir a introdução e disseminação de pragas, protegendo a agricultura dos países importadores.

A Unidade encerrou o exercício de 2025 com produção em torno de 27 milhões de m² de produtos acabados, refletindo a ampliação da eficiência operacional e da capacidade produtiva instalada.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Portobello
shop



Imagem: na flagship da Portobello Shop em São Paulo (SP)

A Portobello Shop é uma rede de varejo especializada em revestimentos cerâmicos e complementos, que atua por meio de canais físicos e digitais, com foco em profissionais de arquitetura e seus clientes. A rede conta com área de vendas de aproximadamente 150 mil m² e, em 2025, totalizou 30 Lojas Próprias e 131 Franquias. Com um modelo de negócio que combina atendimento personalizado e transformação digital, oferece soluções para projetos de revestimento e design.

A estrutura da rede inclui cinco centros de distribuição. A Companhia possui atuação relevante no varejo de materiais de construção e foi pioneira na criação de uma rede de franquias especializada em revestimentos cerâmicos. As lojas são projetadas para proporcionar uma experiência integrada de design, voltada a profissionais e consumidores. A partir de 2020, esses ambientes foram aprimorados com a introdução do Sistema Lastras, ampliando as possibilidades de aplicação dos produtos no varejo especializado. Alinhadas a práticas ESG, as lojas incorporam iniciativas como coleta seletiva, captação de água da chuva e uso de painéis fotovoltaicos.

Por meio da Comunidade Portobello + Arquitetura, a Companhia mantém relacionamento contínuo com profissionais especificadores, com foco em escuta ativa, cocriação e acompanhamento de tendências. Entre as iniciativas, destaca-se o projeto Coletivo Criativo, realizado anualmente, que reúne profissionais em experiências imersivas em destinos de relevância arquitetônica, resultando no desenvolvimento de linhas exclusivas de produtos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A presença digital da marca é orientada à disponibilização de conteúdos inspiracionais, técnicos e didáticos, bem como de ferramentas voltadas à execução de projetos. O *Archtrends* é uma plataforma exclusiva, desenvolvida com foco nos profissionais de arquitetura. Nas lojas, a digitalização contribui para a fluidez dos processos de orçamento e compra, por meio de ferramentas de projeto e especificação. Destaca-se também o *Trendbook*, que apoia a definição das coleções anuais, orientando decisões de portfólio e contribuindo para o posicionamento da Companhia no setor.

A estrutura logística da Portobello Shop é sustentada por uma rede nacional de centros de distribuição, garantindo capilaridade e eficiência no atendimento ao consumidor final.

Como parte da estratégia do Grupo, a Portobello Shop adota o Modelo Integrado de Varejo, que permite atuação ao longo de toda a cadeia, desde a matéria-prima até a entrega ao consumidor final. Esse modelo sustenta a evolução da Companhia de uma indústria com rede de lojas para um modelo de varejo com indústria.

Essa abordagem também se reflete em iniciativas como a Portobello Shop Jardim Social, em Curitiba, inaugurada com conceito arquitetônico alinhado aos pilares ESG do Grupo. Em 2023, a Unidade obteve o selo LEED *Platinum*, concedido pelo U.S. *Green Building Council*, evidenciando práticas voltadas à eficiência operacional e ambiental.

A proposta de valor da Portobello Shop contempla uma solução integrada, que inclui revestimentos cerâmicos, porcelanatos, lastras e complementos, como argamassas, rejuntas, sistemas de assentamento, louças e metais, além da Officina Portobello. Essa abordagem contribui para uma experiência de compra mais completa e eficiente para profissionais e consumidores finais.

A Officina Portobello, marca de porcelanateria do Grupo, integra esse ecossistema com um portfólio de bancadas e mobiliário em porcelanato. Com foco em design e precisão técnica, oferece soluções personalizadas que ampliam as possibilidades de aplicação do material em projetos de arquitetura e interiores.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

POINTER
Mais design em sua vida



Imagem: fábrica da Pointer em Marechal Deodoro (AL)

A Pointer, marca do Grupo voltada ao design acessível, está instalada em Marechal Deodoro (AL) e conta com uma Unidade fabril com foco em sustentabilidade e inovação. A Unidade adota a tecnologia de produção via seca, processo que elimina o uso de água na etapa de moagem das massas.

Direcionada a consumidores que buscam qualidade com acessibilidade, a Pointer atua no mercado nacional. Além da eficiência hídrica, a planta investe em tecnologias voltadas à redução de impactos ambientais e à melhoria da eficiência operacional.

A estrutura logística da marca inclui um centro de distribuição localizado no estado do Ceará, contribuindo para a agilidade na reposição de produtos e para a capilaridade do atendimento na região. A marca possui presença relevante no varejo de materiais de construção nas regiões Norte e Nordeste, apoiando uma ampla base de lojistas e fortalecendo sua relação com o mercado local.

A Pointer também ampliou sua base de clientes, com avanço na interiorização e na diversificação das operações, apoiadas por soluções digitais aplicadas à gestão comercial e ao relacionamento com seus públicos.

O portfólio da marca está orientado ao conceito de design acessível, combinando estética, inovação e funcionalidade, com ajustes em formatos e características dos produtos em linha com tendências de mercado. Destaca-se o conceito de “supercerâmico”, lançado em 2018, que reúne atributos visuais de grandes formatos com características técnicas do porcelanato, como acabamento retificado e superfície polida, com posicionamento competitivo.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Os canais de Revenda e Engenharia apresentaram evolução, refletindo a dinâmica de mercado e ganhos de participação, com fortalecimento da atuação regional e maior proximidade com o consumidor final.

Portobello
America



Imagem: fábrica da Portobello America no Tennessee (EUA)

A internacionalização constitui uma das prioridades estratégicas do Grupo, tendo os Estados Unidos como mercado-chave para o início de sua expansão global, em função de seu potencial comercial e relevância estratégica.

O projeto da Portobello America foi lançado em dezembro de 2018 e estruturado em etapas. Na fase inicial, o foco esteve no fortalecimento da marca junto a distribuidores B2B nos Estados Unidos, com atuação em *sourcing* global envolvendo Brasil, Europa e o próprio mercado americano. Posteriormente, avançou para a implantação da produção local. A Companhia conta com centros de distribuição na Flórida e no Tennessee, atendendo a uma base consolidada de clientes.

Em 2021, foi lançado o projeto Concierge, uma plataforma digital voltada a distribuidores B2B, que permite acesso a informações sobre pedidos, estoques, produtos e dados financeiros, contribuindo para maior agilidade e transparência no relacionamento comercial.

Durante os anos de 2020 e 2021, a Unidade manteve foco em serviços personalizados, portfólio diferenciado e uso de tecnologias digitais. Em 2022, a estratégia passou a priorizar a construção de demanda e o fortalecimento da estrutura comercial, preparando a operação para o início das atividades industriais. Nesse contexto, a participação na feira Coverings

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

contribuiu para a ampliação da visibilidade da marca e prospecção de novos clientes no mercado norte-americano.

A fábrica localizada em Baxter, Tennessee, iniciou suas operações em julho de 2023, com aproximadamente 96 mil m² de área construída, capacidade anual estimada de 3,5 milhões de m² e produção de peças especiais. A inauguração oficial ocorreu em outubro de 2023, com a realização de evento institucional com a participação de colaboradores, parceiros e representantes locais.

A operação nos Estados Unidos segue combinando produção local e importação de produtos, com ampliação gradual da base de clientes e fortalecimento da presença institucional, incluindo participação em eventos do setor e relacionamento com distribuidores, arquitetos e especificadores.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social, ou quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações

a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia atua no segmento de revestimentos cerâmicos, sendo responsável pela fabricação e comercialização de produtos como porcelanatos, mosaicos, peças especiais, revestimentos para paredes e mobiliário cerâmico. Adicionalmente, por meio da Portobello Shop, comercializa produtos complementares de parceiros, como louças e metais.

As atividades estão organizadas em dois segmentos operacionais: Mercado Interno (Brasil) e Mercado Externo (Exportações), conforme estrutura de gestão e tomada de decisão da Diretoria Estatutária.

Como parte da reestruturação organizacional iniciada ao final de 2020, a Companhia passou a adotar um modelo de gestão baseado em Unidades de Negócios, estruturado em quatro divisões, conforme descrito no item 1.2.

A seguir, é apresentada a representatividade da Receita Líquida e da Margem Bruta por Unidade de Negócio no ano de 2025.

- **Ceramica Portobello:** A Unidade representou 40,5% das Receitas, com Margem Bruta de 39,3%.
- **Portobello Shop:** A Unidade representou 40,0% das Receitas, com Margem Bruta de 43,9%.
- **Pointer:** A Unidade representou 9,9% das Receitas Líquidas totais da Companhia, com Margem Bruta de 9,7%.
- **Portobello America (PBA):** A Unidade representou 14,5% das Receitas, com evolução da Margem Bruta, que passou de -3,4% em 2024 para 11,1%, refletindo a maturação operacional e comercial da planta.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na Receita Líquida da Companhia

A tabela a seguir mostra a Receita Operacional Líquida do grupo proveniente dos seus segmentos:

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

	2025		
	Consolidado	Mercado Interno	Mercado Externo
Receita líquida	2.606.148	2.061.630 79%	675.046 26%

	2024		
	Consolidado	Mercado Interno	Mercado Externo
Receita líquida	2.407.806	2.020.516 78%	536.018 21%

c) Lucro ou Prejuízo resultante do segmento e sua participação no Lucro Líquido da Companhia

A Companhia não avalia seus segmentos com base no Lucro Líquido, mas sim no Lucro Bruto, cujos resultados operacionais são regularmente analisados pela administração para decisões de alocação de recursos e avaliação de desempenho.

A seguir, apresentamos o Lucro Bruto por segmento por ano:

	2025		
	Consolidado	Mercado Interno	Mercado Externo
Receita líquida	2.606.148	2.061.630	675.045
Custo dos produtos vendidos	(1.670.032)	(1.287.206)	(513.353)
Lucro operacional bruto	936.116	774.424	161.692
	%	83%	17%

	2024		
	Consolidado	Mercado Interno	Mercado Externo
Receita líquida	2.407.806	2.020.516	536.018
Custo dos produtos vendidos	(1.542.434)	(1.245.919)	(445.243)
Lucro operacional bruto	865.372	774.597	90.775
	%	90%	10%

A seguir, é demonstrada a representatividade por Unidade de Negócio.

Ceramica Portobello									
R\$ milhões	4T25	4T24	▲%	▲ Abs	2025	2024	▲%	▲ Abs	
Receita líquida	261,3	248,9	5,0%	12,4	1.057,1	1.002,3	5,5%	54,8	
(-) CPV	162,0	147,1	10,1%	14,9	642,1	611,2	5,1%	30,9	
Lucro Bruto	99,3	101,8	-2,4%	(2,5)	415,0	391,2	6,1%	23,8	
Margem Bruta	38,0%	40,9%	-2,9 p.p.		39,3%	39,0%	0,2 p.p.		

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Portobello Shop

R\$ milhões	4T25	4T24	▲%	▲ Abs	2025	2024	▲%	▲ Abs
Receita líquida	253,3	258,1	-1,9%	(4,8)	1.042,3	996,2	4,6%	46,1
(-) CPV	145,4	130,4	11,5%	15,0	583,8	514,3	13,5%	69,6
Lucro Bruto	107,8	127,7	-15,5%	(19,8)	458,4	481,9	-4,9%	(23,4)
Margem Bruta	42,6%	49,5%	-6,9 p.p.		44,0%	48,4%	-4,4 p.p.	

Pointer

R\$ milhões	4T25	4T24	▲%	▲ Abs	2025	2024	▲%	▲ Abs
Receita líquida	68,8	73,8	-6,8%	(5,0)	258,2	248,7	3,8%	9,5
(-) CPV	63,7	65,5	-2,8%	(1,8)	233,1	218,6	6,7%	14,5
Lucro Bruto	5,1	8,3	-38,7%	(3,2)	25,1	30,1	-16,7%	(5,0)
Margem Bruta	7,4%	11,3%	-3,9 p.p.		9,7%	12,1%	-2,4 p.p.	

PBA

R\$ milhões	4T25	4T24	▲%	▲ Abs	2025	2024	▲%	▲ Abs
Receita líquida	88,9	83,0	7,1%	5,9	379,1	298,1	27,2%	81,0
(-) CPV	95,0	82,3	15,5%	12,8	341,1	300,2	13,6%	40,9
Lucro Bruto	(6,1)	0,7	< -100%	(6,9)	38,0	(2,2)	< -100%	40,1
Margem Bruta	-6,9%	0,9%	-7,8 p.p.		10,0%	-0,7%	10,7 p.p.	

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais

A Portobello iniciou suas atividades em 1977, na cidade de Tijucas (SC), onde mantém seu principal parque fabril. Atualmente, a Companhia opera dois polos industriais no Brasil, em Tijucas (SC) e Marechal Deodoro (AL), com capacidade produtiva conjunta de aproximadamente 44,0 milhões de m² por ano. Como parte de sua estratégia de internacionalização, passou a contar, a partir de 2023, com uma Unidade industrial nos Estados Unidos, localizada em Baxter, Tennessee.

O complexo de Tijucas (SC) está estrategicamente posicionado próximo aos principais portos e rodovias do país, favorecendo a logística de distribuição. A Unidade concentra a produção de porcelanatos, revestimentos para fachadas, monoporosa e acessórios, ampliando as possibilidades de aplicação dos produtos.

No Nordeste, a Unidade de Marechal Deodoro (AL), sob a marca Pointer, contribui para o atendimento ao mercado, com foco nas regiões Norte e Nordeste e portfólio voltado a design e competitividade.

A Unidade nos Estados Unidos reforça a presença internacional da Companhia. Localizada em Baxter, Tennessee, a planta conta com aproximadamente 96 mil m² de área construída e foi equipada com tecnologia industrial. A operação dispõe de dois fornos de produção, destinados à fabricação de grandes formatos e peças especiais, com capacidade atual de aproximadamente 4,1 milhões de m² por ano e potencial de expansão.

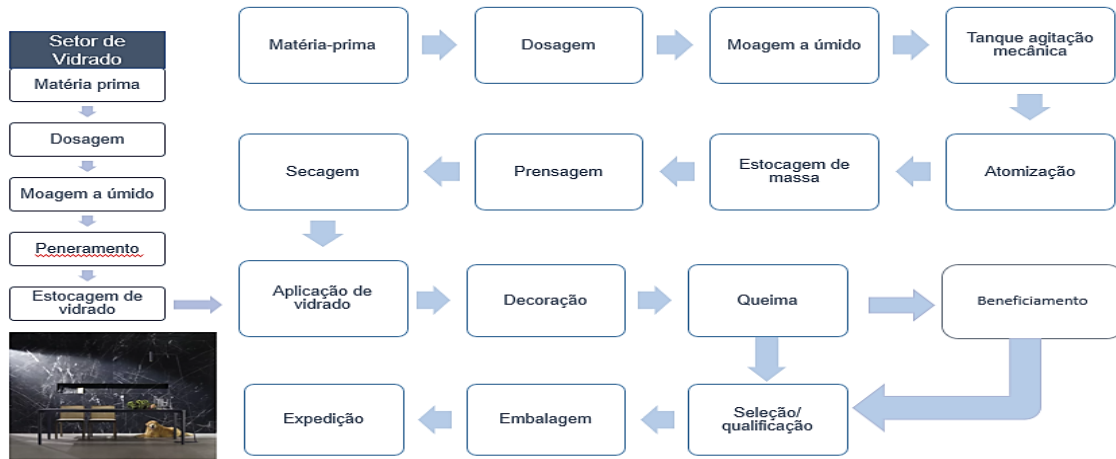
De forma integrada, às operações industriais são suportadas por processos produtivos estruturados e padronizados, com foco em qualidade e eficiência. A produção é realizada por meio dos processos via úmida e via seca, definidos conforme as características técnicas de cada produto, com utilização de equipamentos de base tecnológica internacional ao longo de todas as etapas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

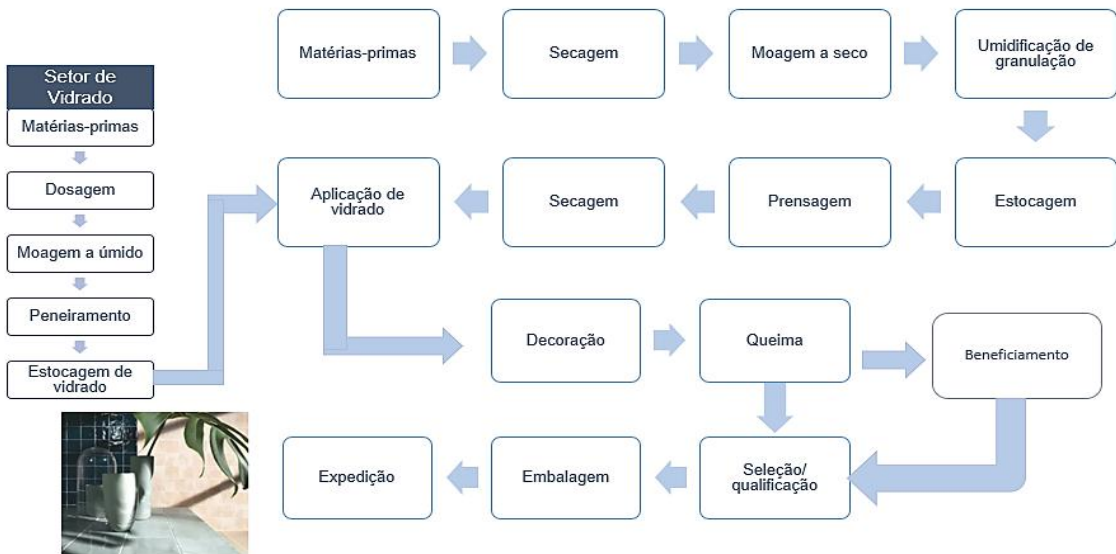
Na sequência, são detalhados os principais processos produtivos adotados pela Companhia:

a) Características do processo de produção

Processo de Fabricação de Materiais de Revestimento por Via Úmida



Processo de Fabricação de Materiais de Revestimento por Via Seca



I. Produção de pisos, revestimentos internos e revestimentos externos (fachadas)

- **Preparação de Massa:** As matérias-primas utilizadas no processo produtivo provenientes de jazidas próprias ou de terceiros são estocadas internamente. A dosagem de cada insumo é realizada conforme formulação percentual fornecida pelo laboratório, com base nos resultados obtidos em testes de controle. A Companhia desenvolveu tecnologia própria que permite a reintegração de praticamente todos os

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

resíduos sólidos gerados durante a operação como matéria-prima nos processos subsequentes, resultando em produtos de reuso acima entre 10% e 20%. Este índice, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é um critério relevante para certificações como o LEED - *Leadership in Energy and Environmental Design* (Materiais e Recursos). Após a dosagem, a matéria-prima é transportada por correias até os moinhos ou até o secador. O processo de moagem por via úmida ou seca tem como objetivo a homogeneização e ajuste da granulometria conforme especificações técnicas. O produto da moagem via úmida é denominado barbotina, que é armazenada em tanques apropriados. A barbotina, por sua vez, passa por um processo de atomização (*"spray dryer"*) que evapora a água e gera o pó cerâmico com umidade e granulometria controladas. No processo via seca, o pó seco é misturado, moído, peneirado, umidificado e granulado até atingir características ideais para prensagem. O pó atomizado ou umidificado são armazenados em silos para homogeneização de temperatura e umidade até o momento da prensagem. A energia térmica empregada nos atomizadores e secadores é proveniente do gás natural, com reaproveitamento térmico nos fornos e secadores.

- **Prensagem:** Essa etapa compacta o pó atomizado ou a massa cerâmica granulada conformando as peças cruas no formato desejado, definido pelas cavidades da matriz (estampo). As prensas utilizadas são hidráulicas, com capacidade de até 7.500 toneladas (via úmida) e 6.500 toneladas (via seca), equipadas com sistemas automatizados de alimentação e descarga.
- **Compactadora:** Além deste processo de conformação das placas cerâmicas por prensagem uniaxial, citado acima, a Companhia possui um equipamento de conformação por compactação contínua, dedicado aos grandes formatos, última tecnologia desenvolvida na Itália e adquirida para atender a demanda de produtos com grandes dimensões.
- **Secagem:** As peças prensadas passam por secadores contínuos, com o objetivo de reduzir o teor de umidade de 6% (via úmida) ou 8% (via seca) para aproximadamente 0,5%. Essa etapa confere a resistência mecânica necessária para o manuseio e para as fases posteriores. A Companhia utiliza tecnologia de reaproveitamento de calor dos fornos para os secadores, resultando em ganhos de eficiência energética e redução de impactos ambientais. O gás natural é a principal fonte de energia nesse processo.
- **Preparação de Esmaltes:** A moagem dos esmaltes ocorre por via úmida, em moinhos revestidos com tijolos de alumina de alta densidade e elementos moedores (esferas) que asseguram eficiência na homogeneização distribuição de partículas e reatividade dos esmaltes. Após controle de tonalidade, resíduo e textura, os esmaltes líquidos são armazenados em tanques com agitação contínua, prontos para consumo nas linhas de aplicação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- **Esmaltação:** Os esmaltes são aplicados com o objetivo de impermeabilizar, conferir estética, resistência mecânica e maior durabilidade frente ao desgaste químico. O processo contempla pós-secagem, aplicação de água, engobe, esmalte e decoração digital. Esta última é realizada por impressão “*inkjet*”, tecnologia que proporciona alta resolução de imagem e fidelidade aos padrões decorativos, inclusive com aplicação de relevos. A Companhia possui atualmente mais de 20 impressoras digitais de alta tecnologia.
- **Queima:** Na sequência, as peças seguem para os fornos, onde são submetidas à queima em ciclos contínuos compostos pelas fases de aquecimento, queima e resfriamento. É nesta etapa que o produto adquire suas propriedades finais, como alta resistência mecânica, baixa absorção de água e resistência à abrasão. A queima é realizada em fornos contínuos alimentados por gás natural, com sistema de ar-gás modulante que otimiza o consumo energético de acordo com a demanda térmica, promovendo eficiência e sustentabilidade operacional.
- **Telagem:** As peças de pequenos formatos são organizadas em conjuntos (30 cm x 30 cm), recebendo pontos de cola (Plastissol) no verso para facilitar a aplicação, compondo de 9 a 16 peças pré-alinhadas por placa. (Somente na Unidade de Tijucas)
- **Beneficiamento (Polimento e retífica):** Parte da produção recebe acabamento especial com polimento superficial e retífica lateral, visando melhorar a estética e a precisão dimensional dos produtos. O polimento, especialmente utilizado em linhas que imitam mármore e granitos, gera um resíduo chamado “torta de polimento”. Para reaproveitar este resíduo, a Companhia desenvolveu processos internos específicos e participou ativamente da criação de regulamentação ambiental no Estado de Santa Catarina. A “torta de polimento” também pode ser utilizada externamente como insumo para a fabricação de cimento, argamassas e cerâmica estrutural. A regulamentação que permite esse reaproveitamento, a Resolução CONSEMA nº 15, foi desenvolvida por meio de câmara técnica formada junto ao Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina, em parceria com outras empresas do setor cerâmico.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: Equipamentos e operações da Unidade fabril da Companhia.

- **Classificação, Identificação e Inspeção do Produto Acabado:** Ao final do processo de queima, os produtos seguem para as linhas de escolha automática, onde são inspecionados e classificados. A identificação de defeitos visuais é realizada por operadores especializados, enquanto os parâmetros dimensionais são avaliados por equipamentos eletrônicos de precisão, como o *Qualitron*, entre outros.

A classificação é feita com base nos seguintes critérios:

- a) Classe visual (ou *grade*);
- b) Tonalidade (*shade*);
- c) Calibre (variações milimétricas nas dimensões).

As peças que apresentam defeitos ou quebras após a queima, não aprovadas nesta etapa, são segregadas por tipologia, moídas e reincorporadas às formulações cerâmicas, promovendo o reaproveitamento de materiais.

- **Embalagem:** A etapa de embalagem é realizada por sistemas automatizados de encaixotamento e paletização, com uso de robôs em diversas linhas de produção. As embalagens são confeccionadas com papel reciclável, com design otimizado para redução de material. Os pallets utilizados são fabricados com madeira certificada e passam por triagem e reaproveitamento em oficina interna, em parceria com transportadoras. A movimentação interna é realizada exclusivamente por empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV) ou baterias elétricas, o que contribui para a redução de emissões atmosféricas. Os materiais paletizados são 100% plastificados, com uso de filme plástico contendo aditivo anti-UV, permitindo estocagem por até 12 meses em áreas sujeitas a intempéries, conforme o tipo de produto.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- **Inspeção Final:** O Controle de Qualidade está presente em todas as etapas do processo produtivo, monitorando desde a matéria-prima até o produto final. Durante a inspeção final, amostras dos lotes são submetidas a testes que garantem conformidade com os padrões técnicos e especificações da Companhia. A liberação para expedição ocorre apenas após a aprovação do setor de Controle de Qualidade dos Produtos Acabados (CQPA).

II. Produção de peças especiais e com 3ª queima (somente na Unidade de Tijucas)

- **Peças especiais:** Incluem produtos com formatos diferenciados, usualmente não planos, produzidos com processos similares aos utilizados para pisos e azulejos convencionais, porém com moldes e parâmetros técnicos específicos.
- **Terceira queima:** Processo utilizado para agregar efeitos decorativos ou estéticos adicionais às peças já finalizadas (pisos, azulejos ou peças especiais), por meio da aplicação de esmaltes especiais e uma ou mais queimas subsequentes. Esta técnica permite acabamentos refinados e personalizados, com maior valor agregado.

III. Projeto Lastras (Somente na Unidade de Tijucas)

Lançado em 2019, o Projeto Lastras representa um avanço tecnológico na produção de revestimentos cerâmicos, ao viabilizar a fabricação de porcelanatos em grandes formatos e com espessura reduzida. Essa evolução foi possível com a adoção da tecnologia de laminação horizontal, que amplia as possibilidades produtivas em relação às prensas verticais tradicionais.



Foto: Mauricio Arruda – TODOS Arquitetura

As lastras podem ser aplicadas em pisos, paredes, divisórias e mobiliário, tanto em ambientes internos quanto externos, proporcionando maior continuidade visual. Suas características técnicas permitem aplicações em fachadas e em superfícies funcionais,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

como bancadas, além de constituírem alternativa ao uso de materiais naturais, como mármore e madeiras.

A Companhia iniciou a produção de lastras no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento dessa categoria no mercado local e ampliando o acesso a esse tipo de produto. O Projeto Lastras foi estruturado em três etapas, com investimento total estimado em R\$ 155 milhões. A primeira etapa contemplou a instalação de um forno de grande porte, atualmente em operação; a segunda consistiu na implementação do equipamento de conformação das lastras, concluída no segundo semestre de 2020; e a terceira, já concluída, foi voltada ao processo de acabamento e beneficiamento das peças no formato de 1,80 m x 3,20 m, etapa relevante para a produção em escala.



Foto: Unidade de produção de Lastras na Unidade Ceramica Portobello, em Tijucas S/A

- **Inspecção do Produto Acabado:** O Controle de Qualidade está presente em todas as etapas do processo produtivo, desde a seleção das matérias-primas até a finalização do produto. Na etapa final, são realizadas inspeções por amostragem, com o objetivo de garantir o controle estatístico da qualidade. Apenas os lotes aprovados pelo Controle de Qualidade dos Produtos Acabados (CQPA) são liberados para expedição.
- **Pesquisa e Desenvolvimento:** A área técnica voltada para Pesquisa e Desenvolvimento de Processos tem como responsabilidade principal a incorporação contínua de melhorias ao processo produtivo. Isso inclui o aperfeiçoamento dos produtos, a definição de controles operacionais e a especificação precisa de todos os componentes do processo, desde as matérias-primas até a correta aplicação de esmaltes e acabamentos.
- **Outsourcing Estratégico e Expansão de Portifólio:** O programa de Outsourcing da Portobello exerce um papel estratégico na complementação do portfólio e no fortalecimento da proposta de valor da Companhia, apoiando diretamente o crescimento sustentável e o modelo de negócio integrado. Com início nos anos 1990, por meio da importação de bases de porcelanato para beneficiamento no Brasil, o programa evoluiu para um modelo de multisourcing, baseado na diversificação e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

especialização de fornecedores, garantindo escala, inovação e agilidade na resposta às demandas do mercado. Atuando tanto no core quanto em produtos complementares, o Outsourcing viabiliza a oferta de soluções completas, amplia o alcance da distribuição e reforça a atuação em todos os canais. Atualmente, essa operação envolve parcerias estratégicas no Brasil, Ásia e Europa, com um olhar global que assegura a qualidade e o suporte ao pipeline de inovação. No segmento de revestimentos, o programa é o pilar de projetos de alta complexidade, como o Projeto Lastras, que utiliza tecnologia de ponta italiana, mas também desempenha um papel fundamental na viabilização de produtos de escala, garantindo competitividade e volume. Para além do revestimento, o modelo de outsourcing tornou-se o motor para a entrada da Companhia em novas categorias que geram venda incremental, e toda a solução completa para o cliente, como metais e louças. Essa estratégia permite ao Grupo ampliar seu portfólio e acelerar lançamentos sem a necessidade de novos investimentos, mantendo o posicionamento premium e a agilidade frente às mudanças no comportamento do consumidor, que hoje busca soluções integradas. A excelência dessa expansão é garantida por um rigoroso processo de seleção de fornecedores, com auditorias de conformidade técnica e critérios ESG, respaldados por certificações como ISO 14001 e o selo LEED supplier. Um resultado concreto da evolução do outsourcing é a Portobello Kitchen and Bath (KB), curadoria de metais exclusivos que já responde por quase 1/3 das vendas em projetos de solução completa. Assim, a gestão de um outsourcing qualificado transforma-se em uma poderosa alavanca para a expansão da empresa e a consolidação de sua liderança no mercado.

Officina Portobello

A Officina Portobello representa a união entre a expertise artesanal em porcelanato e o design contemporâneo, consolidando-se como referência para profissionais de Arquitetura e Design. A marca combina maestria técnica com equipamentos de última geração, assegurando precisão e atenção rigorosa aos detalhes em cada peça produzida.

O porcelanato Portobello, utilizado como matéria-prima, proporciona soluções inovadoras em superfícies, mosaicos, bancadas e mobiliário, substituindo de forma mais sustentável e com superior desempenho técnico materiais como mármore, pedras naturais, madeira e concreto.

Como exemplo, as soluções em mobiliário para banheiros e lavabos oferecem um acabamento de alto padrão, com blocos em porcelanato e sistema de fixação exclusivo, refletindo a proposta de design sob medida com alta performance técnica.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Foto: Bancada suspensa em porcelanato desenvolvida pela Officina Portobello

b) Características do Processo de Distribuição

A Companhia adota um modelo de distribuição multicanal, que permite maior penetração de mercado e proporciona um melhor equilíbrio diante das instabilidades econômicas. Essa estratégia se aplica tanto à atuação nos diversos segmentos do mercado interno quanto à exportação, cuja intensidade pode ser ajustada de acordo com o cenário macroeconômico.

Mercado Brasileiro – Canais de Distribuição:

- **Portobello Shop:** Rede de lojas especializadas em revestimentos e complementos, com foco no atendimento a profissionais de arquitetura e seus clientes. A operação é suportada por uma rede de centros de distribuição estrategicamente localizados nas principais regiões do país, incluindo São Paulo (SP), Tijuca (SC), Rio de Janeiro (RJ), Goiânia (GO) e Recife (PE), garantindo maior agilidade, eficiência logística e capilaridade no atendimento.”
- **Revenda (multimarcas):** Canal voltado para distribuição de produtos, especialmente para os principais *home centers* do país. Conta com atendimento direto por meio de equipe própria de consultores comerciais que atuam nos pontos de venda. Um dos principais diferenciais do canal é a gestão colaborativa, que visa otimizar estoques, reduzir custos logísticos e maximizar os resultados comerciais.
- **Engenharia:** Canal estruturado com equipes comerciais especializadas no atendimento a grandes obras, de forma direta ou por meio de construtoras. A atuação é caracterizada por abordagem técnica, com oferta de produtos e sistemas construtivos, além de relacionamento com arquitetos e uso de inteligência de mercado para o monitoramento de projetos e empreendimentos em execução.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Mercado Externo

A Portobello iniciou sua atuação no mercado internacional em 1981, com a exportação de revestimentos cerâmicos, mantendo desde então presença contínua no exterior. Em 1990, com o objetivo de fortalecer a distribuição na América do Norte, foi constituída a Portobello America Inc. (PBA), cuja operação foi posteriormente descontinuada em 2010.

Atualmente, a Companhia exporta de forma recorrente para mais de 70 países, com destaque, em 2025, para o avanço nas regionais da América Central, Europa e Oriente Médio. A Unidade Pointer, que anteriormente concentrava suas exportações principalmente na América do Sul, deixou de atuar no mercado externo a partir de 2026, passando a direcionar suas operações exclusivamente ao mercado interno.

A estratégia de internacionalização ganhou novo impulso a partir de 2018, com a reestruturação da área comercial da Portobello America, sediada na Flórida (EUA), voltada à distribuição dos produtos da marca no mercado norte-americano. Esse movimento evoluiu para a implantação de produção local, com o início das operações da Unidade fabril nos Estados Unidos em julho de 2023, ampliando a presença da Companhia no mercado internacional.

O projeto foi estruturado de forma gradual, iniciando-se pela distribuição por meio de *sourcing* global, envolvendo Brasil, Europa e Estados Unidos, e avançando para a produção local, com o objetivo de ampliar a competitividade e a proximidade com o mercado. Nesse contexto, a Portobello America atua no desenvolvimento, produção e distribuição de soluções em revestimentos cerâmicos.

Esse movimento está alinhado ao modelo de atuação da Companhia, que busca integrar a cadeia de valor, desde as matérias-primas até a experiência do cliente, contribuindo para maior eficiência operacional, equilíbrio de estoques e agilidade no desenvolvimento e lançamento de produtos. Na sequência, apresenta-se o modelo integrado adotado pela Companhia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Foto: Fluxo Integrado da Cadeia Cerâmica

c) Características do mercado de atuação, em especial

De acordo com a Sondagem da Indústria da Construção, publicada em dezembro de 2025 pela CNI/CBIC, o setor encerrou o ano ainda em um cenário desafiador. Os indicadores de atividade e emprego permaneceram abaixo de 50 pontos, sinalizando retração e percepção negativa por parte das empresas. A utilização da capacidade operacional manteve-se estável em 67%, indicando um nível de atividade moderado, porém sem crescimento consistente.

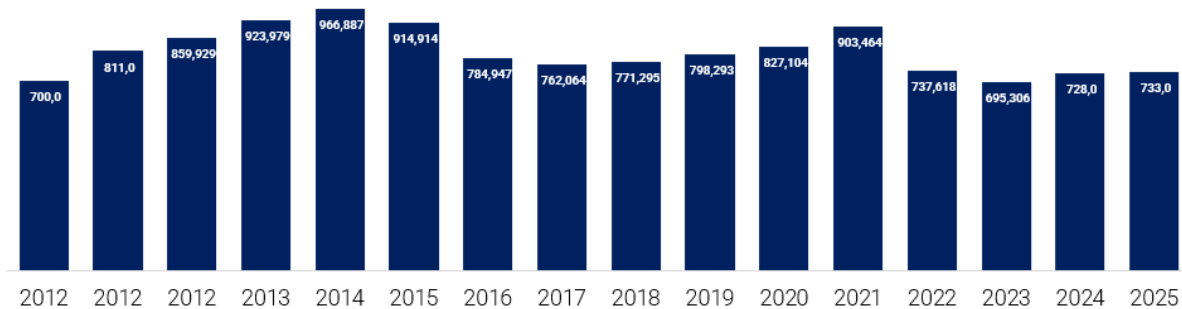
Sob a perspectiva financeira, o ambiente seguiu pressionado. O acesso ao crédito foi considerado restrito, com indicador em 39 pontos, e o lucro operacional permaneceu abaixo do nível considerado satisfatório. Apesar de leve melhora na situação financeira geral das empresas, o patamar ainda é percebido como insuficiente. Adicionalmente, os custos continuaram elevados, refletindo a alta dos preços dos insumos e impactando as margens do setor.

Entre os principais desafios apontados, destaca-se a elevada carga tributária, mencionada por parcela relevante dos empresários. Na sequência, figuram as altas taxas de juros e a escassez ou elevado custo da mão de obra, tanto qualificada quanto não qualificada. Outros fatores, como burocracia, insegurança jurídica e demanda insuficiente, também foram indicados como elementos que limitam o desempenho do setor.

Em linha com esse cenário, conforme dados da ANFACER, o volume de vendas de revestimentos cerâmicos no mercado interno em 2025 manteve-se praticamente estável em relação ao ano anterior.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Evolução do Volume de Vendas - Mercado Brasileiro



Fonte: Anfacer - Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres

I. Participação em cada um dos mercados

O volume de produtos do Grupo Portobello é distribuído entre os mercados interno e externo.

No mercado interno, a distribuição geográfica é mais concentrada nas regiões Sudeste e Sul. Atuamos em todo o território nacional, com a rede Portobello Shop presente em 25 estados e cobertura garantida pelos demais canais de distribuição.

No mercado externo, exportamos atualmente para mais de 70 países. As principais operações estão concentradas na América do Norte, com destaque para a atuação da Portobello America, e na América Latina, onde contamos com uma rede estruturada de distribuidores em todos os países da região.

II. Condições de competição nos mercados

A Companhia adota um ciclo contínuo de inovação voltado ao desenvolvimento de novos produtos. Um time multidisciplinar conduz pesquisas, interage com formadores de opinião do setor, realiza clínicas de produto e participa de eventos internacionais, gerando insumos que orientam o desenvolvimento de soluções e o aprimoramento da experiência do cliente.

Os lançamentos constituem um dos principais instrumentos dessa estratégia. Anualmente, são desenvolvidas coleções alinhadas às tendências e às demandas do mercado, com destaque para o público de arquitetos e designers de interiores, que atuam como prescritores e influenciadores. Esse processo envolve, de forma integrada, as áreas de produção, logística, marketing e comercial, contribuindo também para a evolução do portfólio e da rentabilidade.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Como parte de sua estratégia de inovação aberta, a Companhia estabelece parcerias criativas para cocriação de produtos com profissionais reconhecidos da arquitetura, do design e de outras áreas. Entre os colaboradores, destacam-se Cecilie Manz, Ruy Ohtake, Jader Almeida, Maurício Arruda, a Fundação Le Corbusier e a Fundação Athos Bulcão.

As iniciativas de cocriação também envolvem profissionais de diferentes campos, como Antonio Bernardo, Oskar Metsavaht, Alex Atala e Vik Muniz, em projetos que integram design, experimentação de materiais e desenvolvimento de produtos. No campo da arquitetura, destacam-se colaborações com Isay Weinfeld, Paulo Mendes da Rocha, Nadezhda Mendes da Rocha e Patricia Pomerantzeff.

O *Archrends* atua como plataforma de conteúdo e relacionamento, reunindo materiais editoriais e referências produzidas por profissionais e pela Companhia, promovendo a disseminação de tendências e o diálogo com o mercado.

O *Trendbook 2025* apresenta diretrizes baseadas em três macrotendências *Fragmented*, *Innerscape* e *Breakdown* que orientam o desenvolvimento de produtos e refletem movimentos contemporâneos relacionados à integração entre estética, tecnologia e sustentabilidade.

A Companhia também desenvolve iniciativas estruturadas de relacionamento com o público especificador, como o Programa Mais Arquitetura e o projeto Coletivo Criativo, voltados à troca de conhecimento e ao desenvolvimento colaborativo de soluções.

A estratégia de inovação se reflete na renovação contínua do portfólio, com atualização anual de parcela relevante dos produtos, assegurando alinhamento às demandas do mercado e às tendências globais nos segmentos residencial e comercial.



Foto: stand da Expo Revestir 2025 da Portobello Grupo

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Diferenciais do Portfólio

O portfólio da Portobello reflete a estratégia da Companhia em inovação e design. Integrado ao varejo, o modelo contempla quatro ciclos de lançamentos ao longo do ano, sendo o principal realizado em março, durante a Expo Revestir, principal evento do setor na América Latina.

A Companhia possui atuação relevante no segmento de produtos de maior valor agregado, sustentada pela oferta de porcelanatos em grandes formatos, que contribuem para o posicionamento da marca em design e inovação.

O portfólio é estruturado para atender diferentes demandas de obras residenciais e comerciais, alinhado às tendências de arquitetura, design e interiores. No mercado residencial especializado, atendido pela rede Portobello Shop, a oferta é direcionada à personalização de ambientes, com variedade de produtos que reproduzem materiais como madeira, mármore, concretos e pedras, complementados por acessórios e peças especiais.



Foto: Ambiente com aplicação do produto Apalaches Rocha, da Portobello Shop.

No canal de home centers, o portfólio é adaptado ao perfil de autoatendimento, com foco em produtos que combinam design, qualidade e competitividade.

No segmento de grandes obras, a atuação está voltada a soluções técnicas e sistemas construtivos, com destaque para o uso de lastras, que ampliam as possibilidades de aplicação e contribuem para ganhos de eficiência na execução dos projetos.

A Oficina Portobello complementa o portfólio com soluções em mobiliário de porcelanato, como bancadas, nichos e acabamentos, ampliando as possibilidades de aplicação dos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

produtos e contribuindo para uma oferta integrada. Inicialmente disponibilizada na rede Portobello Shop, a Officina reforça a proposta de valor da Companhia no desenvolvimento de soluções completas para projetos de arquitetura e interiores.



Foto: Ambiente com aplicação do produto Apalaches Rocha, da Portobello Shop.

Com o compromisso de oferecer tecnologia de ponta, a Companhia disponibiliza aos seus clientes produtos de alta qualidade, com design diferenciado e impressão digital de altíssima definição, em uma ampla variedade de formatos. A inovação está presente em todo o processo, com destaque para a linha de produção de lastras (formatos extragrandes), fruto de intenso investimento em pesquisa e desenvolvimento.

As multissuperfícies representam a convergência entre técnica, arte e design. Elas nascem da colaboração entre o olhar criativo de parceiros da Portobello e a expertise da equipe interna de design. Essa sinergia dá início a um processo exclusivo de desenvolvimento de superfícies contínuas, que alternam entre a reprodução fiel e a interpretação contemporânea dos materiais essenciais da natureza, resultando em conceitos únicos e valorizados pelo mercado.

A Companhia também lidera tendências por meio de linhas icônicas, como Berliner, Ipanema e Ms Barcelona; de seleções refinadas de mármore Mont Blanc, Onyx Unique, Black Eclipse, Mare D'Autunno, Michelangelo e Travertino Navona; madeiras como Araucaria Touch e Maori; concretos como High Line, Cement Block e Harpa; e diferenciais de design como Bonbon, Color Block, Paris, L'Arc, além dos novos quartzitos nacionais Araxá, Siena e Atlântico.

O portfólio da Portobello é composto por mais de 1.700 itens, incluindo porcelanatos, mosaicos para fachadas, peças especiais, revestimentos para paredes e os produtos exclusivos da Officina Portobello. Esta última linha traduz o design inovador e a sofisticação

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

da marca em soluções de mobiliário que combinam durabilidade e estética, levando o porcelanato para além dos revestimentos tradicionais.

As coleções reproduzem com fidelidade os materiais essenciais da arquitetura, com características técnicas superiores que garantem desempenho e versatilidade em diferentes aplicações. Essa diversidade permite atender às mais variadas demandas de projetos residenciais e comerciais, com foco na personalização e na valorização da experiência do cliente.

Um dos grandes diferenciais da marca é o conceito premiado *Design Experience*, que proporciona uma jornada de compra única. Com foco em inovação e interação, a abordagem é baseada em venda consultiva e personalizada, conduzida por profissionais qualificados e preparados para atender clientes finais e profissionais da arquitetura e design de interiores.

As lojas Portobello Shop também se destacam por oferecer ambientes reais ambientados com os produtos do portfólio, facilitando a visualização e inspirando os consumidores ao demonstrar como os revestimentos e mobiliários podem ser aplicados em seus próprios espaços.



Foto: Produto Liverpool

Nos últimos três anos, foram lançados, em média, 210 SKUs por ano, que passam a integrar o portfólio e representam cerca de 15% do volume total faturado – um indicador relevante do compromisso da marca com a inovação. A partir deste ano, a estratégia de lançamentos adotou uma nova dinâmica mensal, estruturada em ciclos planejados para garantir a constante renovação do portfólio e o alinhamento com as tendências de mercado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Digital

Nos últimos anos, o Grupo Portobello avançou em sua transformação digital, estruturada em dois pilares: “Go Digital”, voltado à adoção de ferramentas tecnológicas para ganho de eficiência operacional, e “Be Digital”, direcionado à evolução cultural e estratégica da organização. Essa jornada é conduzida por meio de metodologias ágeis e gestão baseada em OKRs (Objetivos e Resultados-Chave).

A transformação digital tem papel relevante em toda a Companhia, com maior intensidade na Portobello Shop, canal de varejo integrado. Nesse contexto, a digitalização abrange o uso de inteligência artificial para otimização de processos logísticos, gestão de relacionamento com clientes (CRM), inbound marketing, monitoramento de mercado e captação de obras. A estrutura tecnológica é suportada por um Data Lake em ambiente de nuvem e por uma plataforma integrada de negócios, que conecta as áreas operacionais e de relacionamento, permitindo gestão baseada em dados.

Nesse modelo, toda a cadeia de valor é suportada por soluções digitais integradas, que conectam clientes, especificadores e operações, contribuindo para o fortalecimento do relacionamento, a fidelização e o crescimento da receita.

Entre as soluções desenvolvidas, destacam-se ferramentas como simuladores de ambientes, aplicações de realidade virtual e uso de inteligência artificial na especificação de produtos. A plataforma Archtrends Portobello integra esse ecossistema, reunindo conteúdos, tendências e referências visuais voltadas ao público profissional.

A consolidação dessa base digital tem como objetivo fortalecer o relacionamento com profissionais de arquitetura e design, atender às demandas do mercado e ampliar a eficiência operacional. O modelo adotado é escalável e contribui para a competitividade da Companhia em diferentes mercados.

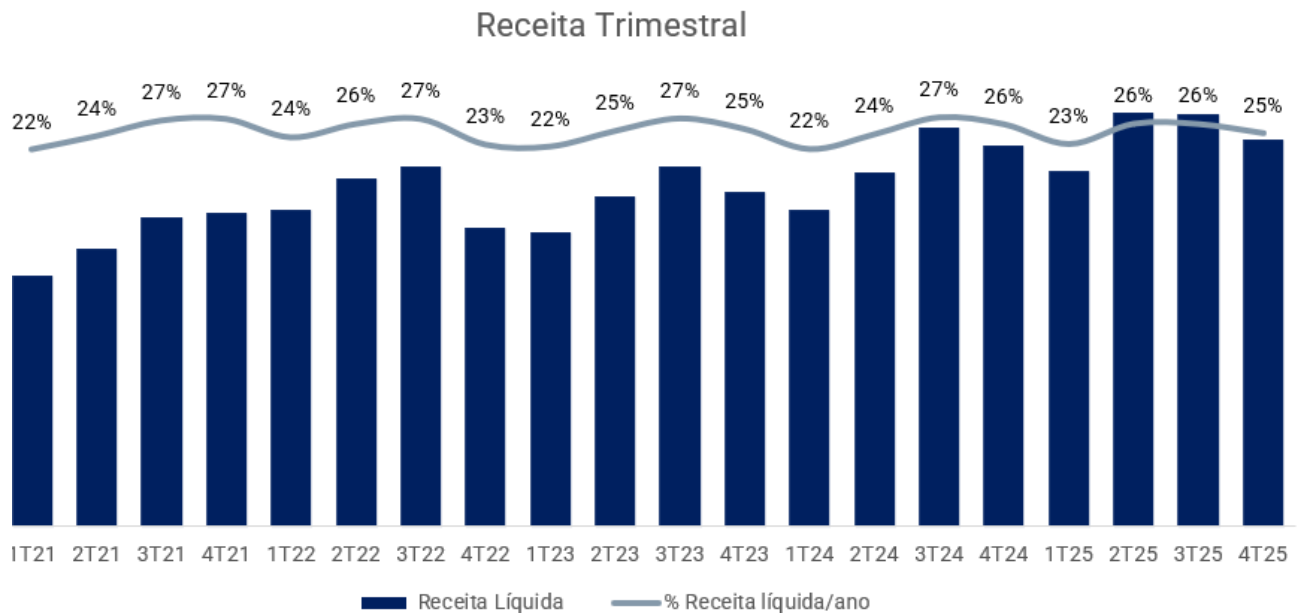
d) Eventual sazonalidade

O mercado de atuação da Companhia apresenta sazonalidade moderada. Historicamente, observa-se melhora na demanda por produtos cerâmicos no terceiro trimestre. Essa variação está associada a fatores externos, como a dinâmica de preços e o calendário de feriados, especialmente no final do ano, período em que há maior direcionamento de gastos para outros setores da economia, impactando o consumo. Como consequência, o primeiro semestre tende a apresentar ritmo mais moderado de demanda.

Adicionalmente, a sazonalidade do setor é influenciada pela desaceleração da construção civil entre o final do ano e o primeiro trimestre, em função de feriados e períodos de férias corporativas e escolares, o que impacta o andamento das obras e, conseqüentemente, o

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

consumo de revestimentos. A seguir, apresenta-se a evolução da Receita Líquida trimestral da Companhia.



e) Principais insumos e matérias primas

I. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Para o grupo de fornecedores identificados como críticos, conforme estabelecido no manual interno do Sistema de Gestão da Qualidade, são realizadas avaliações periódicas com base em critérios alinhados às normas ISO. A integração desses parceiros à cultura de sustentabilidade é promovida por meio do compartilhamento do Código de Conduta Ética, que formaliza a adesão aos valores, princípios e requisitos da organização.

Com o objetivo de assegurar conformidade, são realizadas auditorias periódicas junto aos fornecedores de matéria-prima de massa, contemplando aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos. Não há acordos de exclusividade, sendo adotado um modelo colaborativo que permite o planejamento conjunto da produção e o atendimento às demandas da Companhia.

Os fornecedores comprometem-se a comunicar previamente eventuais atrasos e, considerando riscos associados a fatores climáticos, é solicitado que mantenham estoques de segurança compatíveis com a continuidade do fornecimento.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Na Unidade Cerâmica Portobello, em Tijucas (SC), aproximadamente 7% da matéria-prima mineral é proveniente de jazidas próprias, enquanto cerca de 93% são adquiridas no mercado regional. Na Unidade da Pointer, em Marechal Deodoro (AL), aproximadamente 86% da matéria-prima tem origem em mineração própria, sendo o restante obtido de terceiros.

O processo produtivo da Companhia contempla o reaproveitamento de resíduos, que, após tratamento, são reincorporados à massa cerâmica, representando parcela relevante da matéria-prima utilizada.

Na Unidade Portobello America, a totalidade da matéria-prima mineral é adquirida de fornecedores terceiros.

II. Eventual dependência de poucos fornecedores

Atualmente, uma das principais dependências operacionais do Grupo está relacionada ao fornecimento de gás natural, insumo essencial ao processo produtivo e que representa parcela relevante dos custos operacionais.

Na Unidade Cerâmica Portobello, a partir de 1º de maio de 2025, passou a operar sem a dependência anteriormente identificada quanto à contratação do fornecimento, com o insumo sendo adquirido no mercado livre. Nesse modelo, a Petrobras atua como fornecedora da molécula e a SCGÁS como distribuidora. A Companhia vinha conduzindo, previamente, estudos e testes com fontes alternativas de energia, com o objetivo de mitigar riscos e reduzir potenciais impactos financeiros e operacionais decorrentes de eventuais interrupções no fornecimento. A migração para o mercado livre representou um avanço na gestão do insumo, proporcionando maior flexibilidade operacional.

A Unidade da Pointer, por sua vez, apresenta dependência no fornecimento de determinados insumos, como embalagens, cuja oferta é mais restrita no estado de Alagoas, e gás natural, também essencial ao processo produtivo. O suprimento de gás é realizado pela Algás (Gás de Alagoas S.A.), contribuindo para a estabilidade do fornecimento.

A Unidade da Portobello America também depende do fornecimento de matérias-primas e utilidades, como energia e gás, por empresas locais, incluindo o fornecedor *Middle Tennessee Natural Gas Utility District*.

Adicionalmente, a Companhia conta com uma base diversificada de fornecedores, selecionados por meio de processos que consideram, além de preço, critérios como qualidade, prazos de entrega, logística, confiabilidade e aderência a padrões técnicos, contribuindo para a continuidade do abastecimento e a estabilidade operacional.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

III. Eventual volatilidade em seus preços

Em 2025, os custos com gás natural e energia elétrica representaram, em média, 36,0% do total dos insumos utilizados na produção da Companhia, ante 32,7% em 2024.

Com a migração da Unidade Cerâmica Portobello para o mercado livre de gás, concluída em maio de 2025, o fornecimento passou a ser negociado com múltiplos fornecedores, reduzindo a dependência de um único fornecedor e ampliando a flexibilidade comercial. Apesar disso, o preço do gás natural permanece sujeito a fatores regulatórios e a indexadores como a variação cambial e a cotação internacional do petróleo Brent, podendo impactar os custos operacionais da Companhia.

No caso da energia elétrica, aproximadamente 68% do consumo em 2025 foi suprido por autoprodução, por meio da participação em uma usina eólica contratada em regime de longo prazo. O volume remanescente é adquirido no mercado livre de energia, com reajustes geralmente vinculados à variação do IPCA.

Os insumos produtivos, compostos principalmente por matérias-primas destinadas à fabricação de massas cerâmicas, esmaltes e embalagens, representaram 44,3% do custo total de produção em 2025, em comparação com 42,6% em 2024. A Companhia mantém uma base diversificada de fornecedores para o abastecimento desses materiais, cujos preços são, em geral, corrigidos pela inflação ou negociados de acordo com as condições de mercado.

Adicionalmente, a Companhia desenvolve continuamente novos fornecedores, buscando assegurar a competitividade de seus custos, a qualidade dos insumos adquiridos e a continuidade de suas operações.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando

a) Montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício de 2025, nenhum cliente individual concentrou 10% ou mais da Receita Líquida Consolidada da Companhia, evidenciando a diversificação da base comercial.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não se aplica, conforme justificado no item 1.5.a.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia estão sujeitas à obtenção e manutenção de licenças ambientais necessárias ao funcionamento de operações industriais no setor de construção civil, em conformidade com a regulamentação aplicável. Entre os principais órgãos reguladores destacam-se o Instituto do Meio Ambiente (IMA), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDE), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Adicionalmente, as operações de mineração dependem de autorizações específicas, nos termos da Lei nº 13.575/2017, que instituiu a Agência Nacional de Mineração (ANM), responsável por regular e fiscalizar o setor. A ANM sucedeu o antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e passou a regulamentar a atividade minerária, em conjunto com o Decreto nº 9.406/2018, que atualizou o Código de Mineração. Nesse contexto, a extração de substâncias minerais é autorizada por meio de títulos minerários, incluindo as portarias de lavra emitidas pelo Ministério de Minas e Energia.

O processo de obtenção dessas licenças e autorizações envolve múltiplas etapas e prazos, podendo demandar períodos prolongados de tramitação em razão das exigências regulatórias e administrativas aplicáveis ao setor.

b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A Companhia opera com sistema de gestão ambiental em conjunto com outras áreas da empresa, pesquisas para desenvolvimento e implantação de novas formas de preservação, racionalização e melhoria da eficiência, aprimorando processos e capacitando o público interno.

A uniformização e excelência nos procedimentos são pré-requisitos que levaram à adoção de normas internacionais de qualidade, como ISO 9001, versão 2015. O foco deste trabalho é diverso e múltiplo, vez que se propõe a monitorar e mitigar os aspectos mais relevantes ao longo da cadeia produtiva. Assim, a Companhia tem programas e resultados desde a extração da matéria prima até as características do produto final que chega à casa do consumidor. Entre os investimentos para a área de Meio Ambiente pode-se citar a execução de estudos de investigação ambiental, monitoramento de efluentes e de emissões

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

atmosféricas, gerenciamento de resíduos sólidos, logística reversa, educação ambiental e estudo de análise de ciclo de vida.

Em 2021, a sustentabilidade ganhou forma com a elaboração do Plano ESG 2022/26, que foi atualizado em 2024 com o plano de ação até 2030 e guiará as iniciativas das diversas áreas da empresa nos próximos anos. A estratégia está alinhada aos princípios ESG acompanhados pelo mercado e combina as necessidades atuais com valores que sempre guiaram a organização. A estrutura de objetivos e metas contribui para o avanço de importantes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estrutura criada em 2015, em um processo liderado pela Organização das Nações Unidas, e que reúne os principais desafios da sociedade com metas a serem alcançadas até 2030. A estratégia ESG tem 3 principais pilares:

- **Portobello + Ecoeficiente:** Fazer mais com menos, garantindo que o uso dos recursos naturais seja feito de maneira regenerativa com destaque na gestão da matéria-prima, da água e dos resíduos e neutralização das emissões.
- **Portobello + Gente:** Garantir um ambiente atrativo, diverso e inclusivo para os melhores talentos, que entregam resultados de excelência e sejam protagonistas da transformação social das comunidades nas quais estão inseridos, compartilhando os valores e conhecimentos da empresa
- **Portobello + Governança:** Ser mais sustentável juntos, engajando todo o ecossistema Portobello, inspirando colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes e comunidade, tendo como referência a governança estruturada, transparente e com *compliance*.

Entre os principais Indicadores Ambientais citamos os seguintes:

(i) Matriz Energética

A matriz energética é composta por gás natural, energia elétrica, painéis fotovoltaicos (na Pointer) e combustíveis fósseis. O gás natural é o principal recurso necessário para a fabricação de revestimentos cerâmicos, devido à necessidade térmica que o material cerâmico precisa para a transformação das argilas.

A adoção do gás natural como principal fonte de energia proporcionou inúmeras vantagens, como baixo impacto ambiental quando comparado aos demais combustíveis fósseis, facilidade de transporte e manuseio, segurança. Além da oportunidade de redução de custos, a Companhia reduz o impacto ambiental da operação. A abordagem da Portobello foi a de se alinhar aos que já enfrentam o grande desafio do século: a mitigação das emissões de gases vistos como potenciais responsáveis por mudanças climáticas no planeta e otimizar os processos industriais para que produzam mais com menos.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- **Baixo impacto ambiental:** Sua queima produz uma combustão limpa, melhorando a qualidade do ar, pois substitui formas de energias poluidoras como carvão, lenha e óleo combustível. Contribui ainda para a redução do desmatamento.
- **Facilidade de transporte e manuseio:** Contribui para a redução do tráfego de caminhões que transportam outros tipos de combustíveis. Não requer estocagem, eliminando os riscos do armazenamento de combustíveis.
- **Segurança:** Por ser mais leve do que o ar, o gás se dissipa rapidamente pela atmosfera em caso de vazamento. Esta é a grande diferença em relação ao gás de cozinha (GLP) que, por ser mais pesado que o ar, tende a se acumular junto ao ponto de vazamento, facilitando a formação de uma mistura explosiva.

Nos últimos anos, a Portobello Incorporou tecnologias complementares de eficiência energética:

- Reaproveitamento do calor que sai das chaminés dos fornos entre equipamentos por meio de sistema que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os atomizadores, poupando energia.
- Fazendo uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adéqua a relação entre o gás e o ar atmosférico, fazendo a queima perfeitamente estequiométrica, atendendo à demanda de energia dos fornos (diferente do sistema tradicional, que prevê fornecimento constante de ar atmosférico, independente da real necessidade de combustível).
- Troca de todas as lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas LED.

I. Os Resíduos

A gestão de resíduos da Companhia envolve dar destinação correta a todos os resíduos gerados durante o processo produtivo provenientes de processo de tratamento de lodos de efluentes industriais, resíduos refratários, recicláveis e outros internos da empresa. Atenta às tendências globais de comportamento, mercado e de legislação, a Portobello propôs-se a uma ambiciosa meta: nível zero de resíduos sólidos descartados pelo processo produtivo.

Atualmente, o índice de valorização dos resíduos é de 99,90%. Para o alcance desse resultado, a empresa investiu em programas que combinam tecnologia, treinamentos e modificação de estruturas internas para mudar a cultura da organização de forma que os resíduos fossem vistos como matéria-prima para o processo industrial.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Entre as principais medidas:

- Estabelecimento de procedimentos de gerenciamento ambiental baseados nas tecnologias de vanguarda disponíveis no mercado, visando segregar de forma adequada os resíduos para posterior reutilização, dentre elas a coleta seletiva de recicláveis/não recicláveis e dos cacos cerâmicos.
- Estabelecimento de uma nova sistemática de separação e coleta nas fontes geradoras de resíduos recicláveis. Os resíduos são encaminhados diretamente para destinação final (reciclagem).
- Os cacos cerâmicos queimados são separados conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica.
- Os *pallets* são consertados, recuperados e reutilizados pela Companhia.
- Papel, plástico, embalagens de rafia e metais são comercializados com empresas recicladoras devidamente licenciadas, evitando que voltem para a natureza, servindo como matéria-prima de outros processos e consequentemente gerando receita financeira para a Companhia.
- Os resíduos sólidos da estação de tratamento de efluentes industriais (ETE Industrial, ETE Polimento), por sua vez, são consumidos como matéria prima no processo produtivo interno.
- Todos os materiais particulados contidos no filtro de mangas retornam ao processo produtivo. As formulações das massas cerâmicas são reajustadas para consumir toda a geração destes resíduos.
- O reaproveitamento dos resíduos refratários se dá pelo processo de trituração e posterior inclusão ao processo cerâmico como matéria-prima de alto valor agregado. Sua constituição química substitui matérias-primas naturais, evitando a retirada do meio ambiente.
- Além do desenvolvimento de novas técnicas produtivas que permitissem a incorporação de materiais já usados, a Companhia teve que superar também a ausência de legislação específica sobre tais práticas: para reutilizar o resíduo “torta de polimento” como agregado para a fabricação de cerâmicas, por exemplo, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos dentro do CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina – onde foi estruturada uma câmara técnica de resíduos, focada no desenvolvimento desta e de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

outras resoluções específicas. A Resolução em questão é a RESOLUÇÃO CONSEMA 15, que agora beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.

- Parte dos resíduos é reincorporada ao processo produtivo, fazendo com que hoje os produtos tenham em média de 20% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos).
- Conscientização e criação da cultura da segregação, reciclagem e reuso junto aos colaboradores, que assim disseminar estes conceitos e práticas para a Sociedade.

II. A água

A água é fundamental para a fabricação dos revestimentos cerâmicos Portobello, pois na atual tecnologia adotada pela Companhia este insumo é utilizado principalmente para a moagem das argilas e para o polimento das peças. Assim, ações de redução de consumo, melhoria da qualidade da água e otimização dos processos mostram-se extremamente importantes. Por isso, mais uma vez a Companhia impôs-se a perseguir o desperdício e descarte de água, bem como a melhoria nos indicadores de qualidade dela.

Para tanto, foram implementadas as seguintes ações:

- Separar os circuitos de água: um para uso industrial e um para uso doméstico, direcionando-os a dois sistemas distintos de tratamento: um de efluente industrial e um de efluente sanitário.
- O sistema industrial é 100% circuito fechado, sem nenhuma devolução ao meio ambiente, que contempla duas estações de tratamentos de efluentes em Tijucas (SC) e Marechal Deodoro (AL), e um sistema de reaproveitamento dos sólidos contidos na água industrial.
- Uma rede descentralizada faz o tratamento de efluentes sanitários, passando por 13 estações de tratamento, com tecnologia biológica de lodos ativados. Nos últimos dois anos, todas as estações passaram por ampliações, aumentando a capacidade de volume dos tratamentos.
- Instalação tubulações de interligação entre as estações de tratamento de efluentes, visando melhorar a qualidade da água do processo através da adoção da técnica de balanço de massa/uso específico em algumas etapas do processo.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Desenvolvimento de um projeto de conscientização em 2021, chamado Projeto Água, cujo objetivo foi abordar o tema água com os colaboradores de todos os níveis e reduzir o consumo desse recurso no processo fabril.

Os resultados alcançados são:

- Reutilização de 100% dos efluentes industriais tratados, tendo como reposição apenas os quantitativos perdidos por evaporação nos processos de troca térmica, evaporação e arraste.
- Reintegração, à rede pluvial, da água de uso doméstico após o devido tratamento.
- Melhoria da qualidade da água de reuso com a redução da concentração de sais dissolvidos nos efluentes industriais, principalmente os oriundos do processo de polimento de revestimentos cerâmicos, através da técnica de balanço de massa.

III. A Flora

A produção de revestimentos cerâmicos, por se tratar de uma atividade de transformação primária, demanda o uso de recursos naturais, como argilas, caulins e feldspatos. Parte desses minerais é explorada pela própria Companhia nos estados de Santa Catarina, Paraná, Sergipe e Alagoas, exigindo gestão adequada para mitigação dos impactos ambientais inerentes à atividade.

A matéria-prima utilizada é proveniente de jazidas distribuídas no território nacional, em sua maioria localizadas próximas às unidades produtivas, o que contribui para a eficiência logística.

Após a extração, a Companhia realiza a recuperação das áreas mineradas, com o objetivo de restabelecer sua vocação natural, seja para uso agrícola, pecuário ou reflorestamento.

Tradicionalmente, esse processo baseia-se na regeneração da flora por meio de técnicas que demandam períodos prolongados e apresentam limitações quanto à recomposição da biodiversidade original.

Nesse contexto, a Companhia desenvolveu, em conjunto com instituições especializadas, um método de recomposição vegetal baseado no plantio de espécies nativas das regiões exploradas. Essa abordagem permitiu reduzir o tempo de regeneração da cobertura vegetal e promover maior recuperação da biodiversidade em comparação aos métodos anteriormente utilizados, sendo aplicada de forma concomitante às atividades de exploração.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal



Foto: Jazida com área em atividade e área recuperada pela Companhia.

IV. A Logística

- As embalagens são de papel reciclável e, em sua maioria, com desenho que minimiza o consumo de papel, denominada embalagem bandeja e embalagem fita.
- A movimentação interna de cargas utiliza 100% de empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV).
- A empresa também tem como objetivo reduzir substancialmente a produção de resíduos. Assim, existem estudos e iniciativas com este propósito, alguns conduzidos em parceria com fornecedores de embalagens. As lastras, cerâmicas em formatos maiores, são embaladas, unitariamente, em folhas plásticas termo encolhíveis.
- O uso de resíduos na composição das embalagens aumentou em 7,5% nas embalagens de papelão e 18,3% nas embalagens de plástico. E com a redução da espessura dos produtos 90x90 o consumo total de embalagens foi 4,64% menor.

V. A Gestão

A Gestão Ambiental é conduzida na Companhia pelo conjunto de várias áreas da empresa e conta com orçamento próprio para implantação de programas de melhoria, monitoramento e capacitando o público interno.

A Companhia mapeou sua operação, identificando as principais externalidades em cada etapa para desenvolver e implantar projetos de mitigação eficientes.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

VI. Educação Ambiental

Foi criado um planejamento anual de educação ambiental que visa atingir tanto o público interno (colaboradores) como externo (crianças da comunidade). Esse planejamento visa atingir as crianças de comunidades próximas às jazidas de extração de matéria-prima e todos os colaboradores da Companhia.

Para os colaboradores são realizadas ações como Diálogo Mensal Ambiental, que é um momento que os colaboradores das fábricas param para fazer uma reflexão sobre os principais temas ambientais, distribuição de mudas e treinamentos em geral. Além disso, quinzenalmente são produzidos conteúdos sobre temas ambientais e disponibilizados nos Displays de Sustentabilidade e no Workvivo, rede social corporativa.

Também há o projeto Embaixadores do Meio Ambiente é uma iniciativa voluntária, que conta com a participação de colaboradores dedicados a disseminar boas práticas ambientais na companhia.

Com o passar do tempo, o programa se expandiu para incluir as temáticas de energia e resíduos. A iniciativa foi reconhecida em 2022 com o Prêmio Fritz Müller na categoria Conservação de Insumos de Produção de Água.

Em 2025, o Programa Embaixadores contou com uma rede de mais de 170 colaboradores voluntários engajados, que atuaram tanto em ações internas, por meio de rondas nas áreas operacionais, quanto em iniciativas voltadas às comunidades locais em Alagoas, fortalecendo a conexão da Companhia com seu entorno social.

VII. Os Fornecedores

Os fornecedores de matéria-prima passam por auditoria de conformidade ambiental que verifica o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade e nenhum dos fornecedores atuais avaliados apresentou atividades causadoras de impactos ambientais significativos.

As condições de fornecimento são garantidas por contrato formal e ciência do Código de Ética com todos os fornecedores.

VIII. Os Produtos

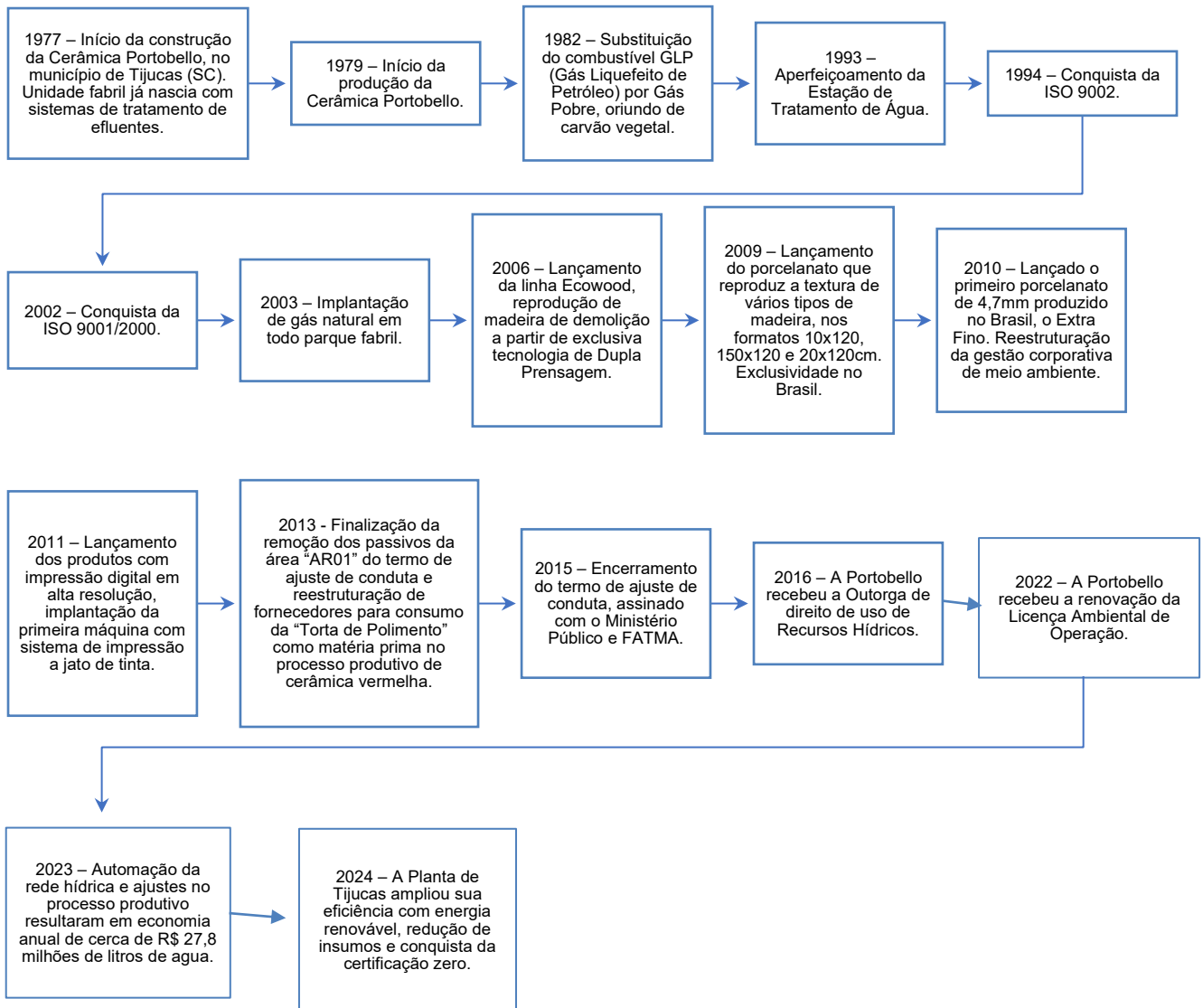
A Companhia vê a redução do impacto ambiental, por meio de seus produtos, em três vertentes:

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Pela incorporação de resíduos, prática que reduz a demanda por matérias primas virgens e que permite atender os critérios da certificação LEED, a mais usada para atestar a sustentabilidade de edificações. Com média de 24% de conteúdo reciclado, os produtos Portobello atendem ao LEED para novas Construções na categoria Materiais e Recursos do *Green Building: Credit 4.2 – Recycled Content, 10% (post-consumer + ½ pre-consumer) – 1 point*.
- Pela substituição de matérias-primas naturais nas edificações, notadamente mármore e madeira.
- Pela redução do volume de materiais consumidos na produção e também na aplicação e uso dos revestimentos, o que se tornou possível graças ao desenvolvimento da tecnologia cerâmica.
- A Portobello, lançou, em 2024, um novo material para profissionais e empreendimentos que buscam por certificações *greenbuilding*. O material detalha como os produtos e a tecnologia podem contribuir para certificações reconhecidas internacionalmente, como LEED®, GBC Brasil Casa & Condomínio®, AQUA-HQE™ e EDGE.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A linha do tempo da gestão ambiental Portobello



Prêmios Recebidos

- **2017**

Ceramica Portobello: Vencedora do prêmio Fritz Muller da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA).

- **2018**

Ceramica Portobello: Recebeu o Prêmio Expressão de Ecologia na categoria “Resíduos Sólidos”. A Portobello conquistou o Prêmio Ser Humano 2018 da ABRH (Associação Brasileira de Recursos Humanos).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- 2019

Troféu de Responsabilidade Social – ALESC;
Prêmio Ser Humano 2019 – ABRH/SC;
Certificado de empresa cidadã – Tribunal de Justiça SC;
17º Edição Certificado Empresa Cidadã – Conselho Regional de Contabilidade do RJ.

- 2020

Ceramica Portobello: Prêmio Empresa Cidadã 2020, categoria preservação ambiental com o case de “Uso eficiente da água na sua operação”.

Portobello Shop: Prêmio ABF Destaque Franchising em Sustentabilidade na categoria Máster, com o projeto Lastras Portobello – Porcelanateria Sustentável/ abril 2020;

- 2021

Ceramica Portobello: Certificado de empresa cidadã – Tribunal de Justiça SC.

- 2022

Ceramica Portobello: 22º Prêmio Fritz Müller, na categoria Conservação de Insumos da Produção (água) com o case Embaixadores do Meio Ambiente;

Ceramica Portobello: Prêmio ESG 2022 da ADVB/SC (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil em Santa Catarina), na categoria ambiental com o case Embaixadores do Meio Ambiente.

- 2023

Portobello Shop: Certificação LEED Platinum na versão LEED ID+C v4 (Construção): *Retail*, sendo ainda a loja com maior pontuação do mundo.

- 2024

Ceramica Portobello: Conquista Certificação Lixo Zero;

Ceramica Portobello: Conquista do Prêmio Expressão de Ecologia, da Editora Expressão, na categoria Reciclagem, com o case “Circularidade de resíduos”;

Portobello Shop: Certificação *LEED Platinum* na versão LEED O&M v5 (Operação e Manutenção): *Existing Buildings*, sendo a primeira certificada do mundo;

Portobello Shop: Certificação LEED Zero Carbono e LEED Zero Energia: Com a redução do consumo energético através de um sistema de climatização e iluminação mais eficientes, sendo viável a geração de energia *on site* por painéis fotovoltaicos.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- **2025**

No início de maio de 2025, a Portobello também passou a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, o que, embora não represente um prêmio, merece destaque por consolidar o compromisso da Companhia com as práticas ESG e evidenciar sua atuação responsável nas dimensões ambiental, social e de governança.

Investimento em Meio Ambiente

Dentre os investimentos para a área de Meio Ambiente, pode-se citar a execução de estudos de investigação ambiental, elaboração do inventário de gases de efeito estufa, revitalização da coleta seletiva da empresa e o monitoramento de efluentes e de emissões atmosféricas. Em 2025, foram investidos em torno de 2 milhões exclusivamente para o meio ambiente.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não possui em suas atividades qualquer tipo de dependência representativa quanto a patentes, marcas, licenças de terceiros, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades. Na comercialização dos produtos que fabrica a Companhia adota como prática, conforme determina a legislação em vigor, efetuar o pedido de registro prévio junto ao INPI de todas as marcas e patentes que utiliza, não existindo riscos.

A Portobello, marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimentos, é detentora de algumas marcas, dentre elas podemos destacar: "Portobello", "Portobello Shop", "Oficina Portobello", "Portobello America" e "Pointer". Todas se encontram registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob a titularidade da Companhia nos segmentos de atuação pertinentes

d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros

I. Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não se aplica.

II. Em favor de partidos políticos

Não se aplica.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

III. Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não se aplica.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar

- a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Em 2025, a Receita Líquida consolidada proveniente dos Clientes atribuídos ao Brasil foi de R\$ 1,9 bilhões, representando aproximadamente 74,1% da Receita Líquida.

- b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

A seguir, apresenta-se a distribuição da Receita proveniente de Clientes no Exterior, por país, bem como sua participação na Receita Líquida total da Companhia, nos exercícios de 2024 e 2025.

2024			2025		
PAIS	R\$	%	PAIS	R\$	%
USA	298.080	12,2%	USA	379.094	14,5%
Argentina	64.986	2,7%	Argentina	87.479	3,4%
Paraguai	36.077	1,5%	Paraguai	39.095	1,5%
Uruguai	13.140	0,5%	Uruguai	13.914	0,5%
Chile	12.229	0,5%	Chile	13.891	0,5%
Bolívia	9.953	0,4%	Bolívia	6.365	0,2%
Australia	7.110	0,3%	Australia	6.863	0,3%
Belgica	6.178	0,3%	Belgica	11.022	0,4%
Egito	4.743	0,2%	Emirados Arabes	10.141	0,4%
Guatemala	4.664	0,2%	Guatemala	7.178	0,3%
Outros Países	78.841	3,2%	Outros Países	100.005	3,8%
Total Exportação	536.000	22,0%	Total Exportação	675.045	25,9%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Nos países em que atua internacionalmente, a Companhia está sujeita a regulamentações locais que podem impactar suas operações, incluindo controles sobre importações, barreiras comerciais e alterações no ambiente regulatório.

A Companhia acompanha continuamente o ambiente regulatório local e cumpre as exigências formais estabelecidas pelas autoridades, encontrando-se devidamente habilitada para operar nesse mercado. Na presente data, não há impedimentos regulatórios materiais que afetem suas exportações para a Argentina.

Neste contexto, destaca-se o mercado argentino, que, desde 2015, vem adotando mecanismos de controle de importações com o objetivo de restringir o volume importado e regular o acesso a divisas. Esse processo teve início com o SIMI (Sistema Integral de Monitoramento de Importações), posteriormente substituído pelo SIRA, em 2022, e, na sequência, pelo SEDI, implementado em dezembro de 2023.

Ao longo de 2024, o SEDI permaneceu em vigor, mantendo determinadas restrições regulatórias às importações. Em fevereiro de 2025, o sistema foi revogado, resultando na eliminação das limitações anteriormente aplicáveis e contribuindo para um ambiente operacional mais favorável às exportações.

Adicionalmente, em 7 de agosto de 2024, foi publicada a Resolução nº 691/2024, relacionada à revisão do direito antidumping incidente sobre importações de porcelanatos provenientes de determinados países, com a prorrogação, por dois anos, da aplicação das medidas para alguns exportadores. Para a Companhia, foi estabelecida alíquota de 0%, não havendo imposição de ônus adicional às exportações destinadas ao mercado argentino.

A Companhia acompanha continuamente a evolução do ambiente regulatório local e mantém o cumprimento das exigências estabelecidas pelas autoridades competentes, encontrando-se devidamente habilitada para operar nesse mercado. Na presente data, não há impedimentos regulatórios materiais que afetem suas exportações para a Argentina.

Nos Estados Unidos, a Companhia está sujeita à política comercial local, incluindo a eventual aplicação de tarifas de importação sobre produtos cerâmicos. Medidas dessa natureza, quando implementadas ou revisadas, podem impactar a competitividade dos produtos importados. Nesse contexto, a presença de produção local no país contribui para mitigar potenciais efeitos de barreiras tarifárias sobre as operações da Companhia.

No caso das exportações ao Canadá, a Portobello America (PBA) atende aos requisitos do Acordo CUSMA (Canada-United States-Mexico Agreement), incluindo a emissão do

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Certificado de Origem, com o objetivo de obtenção dos benefícios tarifários previstos no tratado.

<https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/cusma-aceum/index.aspx?lang=eng>

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Informações Ambientais Sociais e de Governança Corporativa (ASG)

a) Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

As informações relacionadas às políticas socioambientais são divulgadas no Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia, disponível em seu website. A elaboração do relatório envolve a coleta interna de dados, com o apoio de consultoria externa especializada na consolidação das informações e na estruturação do documento.

Adicionalmente, neste relatório a Companhia divulga também informações relacionadas a ESG, incluindo o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), no âmbito do Programa Brasileiro GHG Protocol, e as respostas ao questionário de mudanças climáticas do Carbon Disclosure Project (CDP).

b) A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Para fins de reporte, a Portobello segue as orientações do *Global Reporting Initiative* (Versão GRI Standards) e SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*). Desde 2017 é signatário do Movimento de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e em 2021 aderiu ao Pacto Global da ONU. Abaixo estão destacadas as ODS para qual a empresa contribui, de acordo com a Estratégia ESG:

Portobello + Gente:



Portobello + Ecoeficiente:



Portobello + Engajamento:



1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- c) **Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

Não foi realizada uma verificação externa (auditoria) das informações do relatório.

- d) **A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

Os Relatórios de Sustentabilidade da companhia e demais informações sobre Sustentabilidade podem ser encontrados no endereço <http://ri.portobello.com.br/> e <https://www.portobello.com.br/>.

Os Inventários de GEE (Gases de Efeito Estufa) de 2022, 2023 e 2024 podem ser acessados no link: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/5401>, no Registro Público do Programa Brasileiro GHG Protocol. Já as notas do CDP são encontradas no link: <https://www.cdp.net/pt/data/scores>.

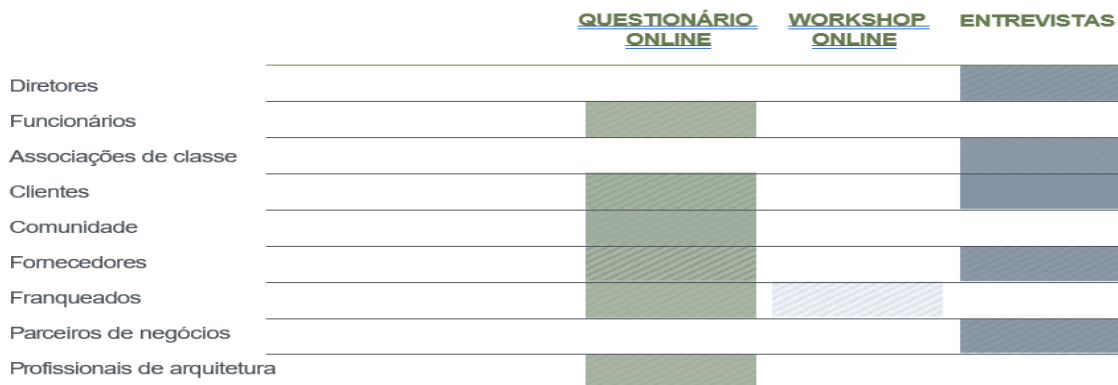
- e) **Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor**

A Companhia divulga sua matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, os quais refletem os temas mais relevantes para sua estratégia e para seus stakeholders. Em outubro de 2022, o Portobello Grupo revisitou seu processo de materialidade, com o objetivo de atualizar a priorização dos temas ambientais, sociais e de governança mais significativos para o negócio. Atualmente, a Companhia encontra-se em processo de revisão e atualização de sua matriz de materialidade, cuja conclusão está prevista para o segundo semestre de 2026.

A matriz de materialidade é composta por tópicos que representam os principais impactos da Companhia, considerando tanto a perspectiva interna quanto externa. O processo de revisão contemplou análises de contexto setorial, avaliação de indicadores ESG de mercado, benchmarking com empresas do setor e consulta a stakeholders.

Para essa etapa, foram definidos como públicos prioritários colaboradores e alta liderança do Grupo, clientes, fornecedores, franqueados, profissionais de arquitetura, associações de classe, parceiros de negócio e comunidades do entorno das operações. O engajamento com esses grupos foi realizado por meio de diferentes instrumentos, conforme detalhado a seguir:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)



As entrevistas e o workshop constituíram as etapas iniciais do processo de consulta, contribuindo para a identificação dos impactos mais relevantes. Em seguida, foi aplicado questionário online para a priorização dos temas.

Como resultado desse processo, foram definidos sete temas materiais:

- 1) Centralidade no cliente;
- 2) Governança, transparência e ética na gestão das operações e da cadeia de valor;
- 3) Circularidade;
- 4) Mudança do clima;
- 5) Produtos e produção sustentáveis;
- 6) Desenvolvimento das equipes e das comunidades;
- 7) Direitos humanos.

Em 2024, foi realizada uma revisão no planejamento estratégico ESG do Portobello Grupo, com visão de longo prazo para o período de 2025 a 2030.

O processo contou com o apoio de uma consultoria especializada e incluiu entrevistas com os membros do Board do Grupo (Diretoria Executiva, Diretoria Estatutária e Comitê de Sustentabilidade), pesquisas de *benchmarking* com o mercado (empresas do setor, concorrentes e companhias referência em sustentabilidade), além de um workshop de 16 horas com o Comitê de Sustentabilidade. O objetivo foi alinhar as diretrizes estratégicas, confirmar os temas materiais e revisar os indicadores e metas estabelecidos para 2030.

- f) Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

Como citado anteriormente, a Empresa considera os ODS na sua estratégia ESG. Os ODS materiais da Empresa são:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- ODS 05: Igualdade de gênero;
 - ODS 06: Água potável e saneamento;
 - ODS 07: Energia limpa e acessível;
 - ODS 08: Emprego digno e crescimento econômico;
 - ODS 12: Consumo e produção responsáveis;
 - ODS 13: Ação contra a mudança global do clima;
 - ODS 15: Vida terrestre.
- g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

Atualmente, o relatório não segue as recomendações da TCFD (*Task Force on Climate-related Financial Disclosures*) ou de outras entidades internacionais reconhecidas. No entanto, a Companhia aderiu ao Programa Brasileiro GHG Protocol para contabilização de suas emissões de Gases de Efeito Estufa, tendo recebido o Selo Bronze em 2024. Além disso, participa do questionário anual do CDP (*Carbon Disclosure Project*), no qual evoluiu da nota D para B- no último ciclo avaliativo, demonstrando avanços na gestão de riscos climáticos e na transparência das informações ambientais.

- h) Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

São inventariados os escopos 1, 2 e 3 de emissões de gases de efeito estufa, cujos resultados de 2023 estão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade 2023, acessível em: <https://www.portobello.com.br/sustentabilidade>.

O inventário referente ao ano de 2024 está publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol. Os Inventários de GEE de 2022, 2023 e 2024 podem ser acessados no link: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/5401>.

- i) Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso**

I. A não divulgação de informações ASG

Não se aplica.

II. A não adoção de matriz de materialidade

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Não se aplica.

III. A não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não se aplica.

IV. A não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A realização de auditorias sobre informações ESG divulgadas ainda não é obrigatória.

V. A não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A empresa ainda está em processo de diagnóstico e entendimento dos seus principais riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas. Há um entendimento que é preciso maiores dados e aprofundamento no tema e, por este motivo, ainda não há a adoção das recomendações da TCFD.

VI. A não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não se aplica.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista

Não se aplica.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

A Companhia realizou operação de financiamento do tipo Pré-Pagamento de Exportação (PPE), no valor de US\$ 54 milhões, junto ao Banco XP S.A., Cayman Branch, com o objetivo de reforçar a liquidez e otimizar o perfil de endividamento. A operação possui prazo total de cinco anos, com carência de dois anos para amortização, e conta com garantias que incluem a alienação fiduciária do imóvel da fábrica localizada em Tijucas (SC), o aval da controlada Portobello America Inc. e cessão de recebíveis de exportação.

Como evento subsequente, em março de 2026, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel e Locação Atípica (*Sale and Leaseback*) com um Fundo de Investimento Imobiliário. A operação envolve a alienação de imóvel industrial localizado em Marechal Deodoro (AL), onde está situada a unidade Pointer, com área total de 1.000.002,00 m², pelo valor de R\$ 102,5 milhões. O recebimento ocorrerá de forma parcelada, condicionado ao cumprimento de marcos contratuais.

A Companhia manterá a posse direta e a operação integral da unidade fabril por meio de contrato de locação com prazo de 15 anos. O aluguel mensal foi estabelecido em R\$ 1,2 milhões, sujeito a reajuste anual pelo IPCA.

Ressalta-se que o Fundo de Investimento Imobiliário possui, entre seus cotistas, entidades ligadas a acionistas controladores da Companhia, caracterizando a operação como transação com partes relacionadas.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não se aplica.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Em 2025, foi celebrado o Décimo Primeiro Aditamento e Consolidação do Acordo de Acionistas da Companhia, formalizando alterações relevantes na estrutura do acordo anteriormente vigente.

Dentre as principais modificações, destacam-se:

- a) As Partes são signatárias do "Décimo Aditamento e Consolidação do Acordo de Acionistas da PBG S.A.", celebrado em 04 de setembro de 2023;
- b) Em 21 de outubro de 2025, Eduardo Ramos Gomes alienou a totalidade de suas 4.436.332 (quatro milhões quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e trinta e duas) ações ordinárias da Companhia para Augusto Lopes Gomes, deixando de ser acionista da Companhia e, conseqüentemente, parte deste Acordo, nos termos da Cláusula 16.2 do Acordo vigente;
- c) Os Acionistas desejam formalizar a saída de Eduardo Ramos Gomes ("Eduardo"), a consolidação de sua participação sob a titularidade de Augusto Lopes Gomes;
- d) A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de dezembro de 2025 aprovou a reforma do Estatuto Social, alterando o regime do Conselho Fiscal de permanente para não permanente, conforme faculta a legislação vigente;
- e) As Partes deliberaram pela modernização do Programa de Liquidez, extinguindo o mecanismo operacional de custódia e administração de proventos via instituição financeira (Conta Vinculada), sem prejuízo à manutenção das obrigações de compra e venda de ações;
- f) A manutenção da PBC Participações Societárias S.A. como entidade centralizadora e coordenadora das relações entre os Acionistas e o referido Programa de Liquidez, permanecendo na qualidade de Interviente-Anuente para validar a nova forma de liquidação direta.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar Alterações Significativas Na Forma De Condução Dos Negócios Do Emissor

Ao longo de sua trajetória, a Companhia operou com uma estrutura organizacional centralizada, composta por um Presidente e três Vice-Presidentes. Em decorrência do crescimento e da expansão dos canais de atuação, foi iniciado, ao final de 2020, um processo de reestruturação organizacional.

Como resultado, a Companhia passou a adotar um modelo baseado em Unidades de Negócio, cada uma liderada por um Diretor, com o objetivo de aprimorar a gestão, acelerar a geração de resultados e conferir maior agilidade às operações. Atualmente, o Grupo está estruturado nas seguintes Unidades de Negócio:

- **Cerâmica Portobello:** Marca de design que desenvolve e distribui soluções contemporâneas em revestimentos, com unidade fabril em Tijucas (SC), onde concentra suas operações industriais e de desenvolvimento;
- **Portobello Shop (PBShop):** Rede de varejo especializada em revestimentos cerâmicos e complementos, com atuação em canais físicos e digitais, voltada a profissionais de arquitetura e seus clientes;
- **Pointer:** Unidade industrial localizada em Marechal Deodoro (AL), marca acessível e conectada, que produz e distribui revestimentos para consumidores que buscam soluções com design, qualidade e preço competitivo.
- **Portobello America (PBA):** operação que combina o know-how da Companhia com a dinâmica do mercado norte-americano, atuando no desenvolvimento, produção e distribuição de revestimentos.

Adicionalmente, em abril de 2026, a Companhia aprovou alteração relevante em sua estrutura de administração, em razão da decisão da saída do Diretor-Presidente, Sr. John Shojiro Suzuki, com efeitos a partir de 30 de abril de 2026.

Em decorrência, o Conselho de Administração deliberou pela eleição do Sr. César Gomes Júnior para o cargo de Diretor-Presidente (CEO), com início de mandato em 1º de maio de 2026, observadas as formalidades legais e estatutárias aplicáveis.

Ainda no início de maio de 2026, a Companhia anunciou o novo membro de sua liderança executiva, o Sr. Ronei Gomes para o cargo de *Chief Financial Officer* (CFO – Vice-Presidente de Finanças) e Diretor de Relações com Investidores, reforçando a agenda de execução e o foco nas iniciativas voltadas à melhoria operacional e à otimização da estrutura de capital.

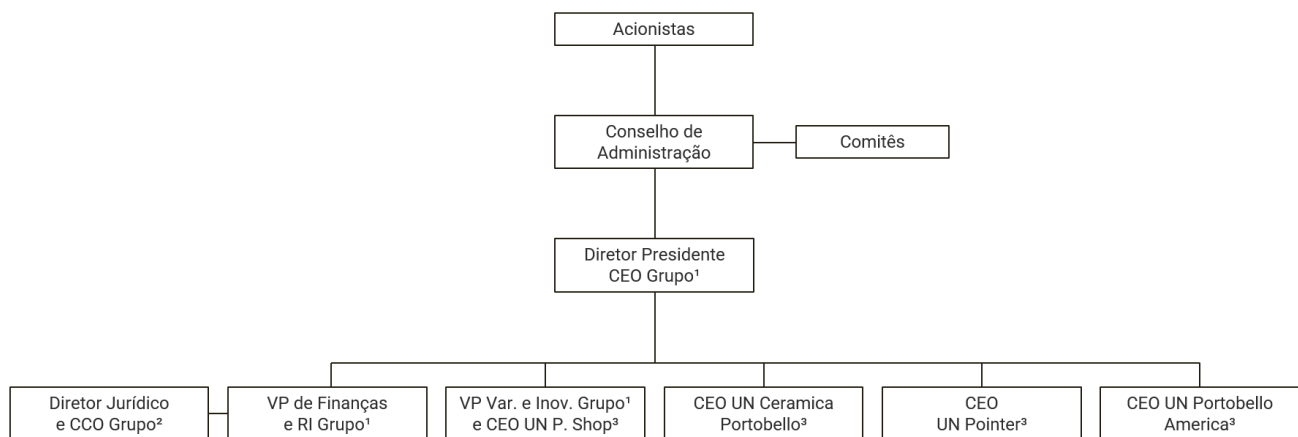
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

A estrutura executiva estatutária da Companhia passa a ser composta por:

- **Diretor-Presidente (CEO):** Sr. César Gomes Júnior;
- **Diretor Vice-Presidente de Varejo e Inovação:** Sr. Romael Soso;
- **Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores:** Sr. Ronei Gomes.

Os demais cargos permanecem inalterados, dessa forma, a evolução da estrutura organizacional e a recente alteração na liderança executiva visam fortalecer a governança corporativa, ampliar a integração entre as áreas e sustentar o crescimento da Companhia.

A seguir, apresenta-se a estrutura organizacional da Companhia, evidenciando o modelo de governança e a organização por Unidades de Negócio.



¹ Diretoria Estatutária

² CCO - Chief Compliance Officer

³ Diretoria Unidades de Negócios

Adicionalmente, para fortalecer os pilares de governança, integridade e sustentabilidade do Grupo, a estrutura corporativa conta com lideranças especializadas que atuam de forma transversal em todas as unidades de negócio. Neste contexto, destaca-se a atuação do Sr. José Augusto Medeiros, que exerce as funções de Diretor Jurídico e Compliance Officer (*Chief Compliance Officer*) e Supervisão do Projeto ESG.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Companhia e suas controladas celebram, no curso regular de suas atividades, contratos de natureza financeira e imobiliária que, embora não estejam diretamente relacionados à atividade operacional, são relevantes para sua estrutura de capital, liquidez e gestão patrimonial.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes operações realizadas em 2025:

No primeiro trimestre de 2025, a Companhia captou recursos por meio de operação de Pré-Pagamento de Exportação (PPE), no valor de US\$ 54 milhões, junto ao Banco XP S.A., com prazo total de cinco anos e carência de dois anos.

Em 7 de abril de 2025, foi concluída a aquisição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da 4ª emissão da Companhia, com garantias real e fidejussória, no montante de R\$ 40 milhões.

Em 24 de abril de 2025, no âmbito da renegociação do contrato de *Built-to-Suit* (BtS) firmado pela Portobello America, a Companhia recebeu reembolso de aproximadamente US\$ 6,9 milhões, além de ter ajustado prazos e condições financeiras do contrato.

Em 26 de junho de 2025, foram emitidas 300 mil debêntures, no valor total de R\$ 300 milhões, correspondentes à 6ª emissão da Companhia. Com os recursos captados, foram realizados o resgate antecipado integral da 4ª emissão, no valor de R\$ 110 milhões, o resgate parcial da 5ª emissão, no montante de R\$ 112 milhões, e a liquidação de empréstimos bilaterais junto ao Banco do Brasil, no valor aproximado de R\$ 83 milhões.

Em agosto de 2025, a Companhia, por meio da PBM, captou US\$ 4,5 milhões para capital de giro junto ao Banco do Brasil NY, com prazo de três anos e carência de 17 meses. Em setembro de 2025, foram captados R\$ 35 milhões junto ao BRDE, por meio da linha FINAME Materiais, destinados à aquisição de insumos, com prazo de sete anos e carência de 24 meses.

Como eventos subsequentes, em fevereiro de 2026, a Companhia captou recursos junto ao BNDES no valor de R\$ 159,6 milhões (Equivalente a US\$ 30,6 milhões), com amortização do principal prevista em parcela única em janeiro de 2033, garantida por carta de fiança bancária.

Adicionalmente, em março de 2026, foi celebrado contrato de *Sale and Leaseback* envolvendo a alienação de imóvel industrial localizado em Marechal Deodoro (AL), onde opera a unidade Pointer, pelo valor de R\$ 102,5 milhões. A Companhia manterá a posse e a

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

operação integral do ativo por meio de contrato de locação com prazo de 15 anos, com aluguel mensal de R\$ 1,2 milhões, reajustado anualmente pelo IPCA.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Outras informações relevantes

Não se aplica.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Os diretores devem comentar sobre

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.9 podem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2025, assim como seu quarto trimestre, refletiu um ambiente mais adverso para o setor, marcado por menor dinamismo da demanda doméstica, intensificação da competição e efeitos do cenário político e econômico global. Nesse contexto, o Portobello Grupo continuou a demonstrar a solidez de seus negócios e a assertividade das escolhas estratégicas apresentando resultado resiliente de crescimento e ganhos de market share, sustentado por ajustes operacionais e disciplina na gestão, em um período que exigiu maior foco na preservação de caixa e na adequação da estrutura ao nível de atividade.

No acumulado de 2025, a receita líquida avançou 8,2%, refletindo a sólida performance no mercado externo e a estratégia de diversificação geográfica. O desempenho operacional permanece consistente, mesmo diante de desafios ao longo do trimestre. Em um cenário marcado por maior pressão de preços e ambiente competitivo mais intenso, a Companhia demonstrou solidez e capacidade de execução, sustentando seu resultado operacional. Esse desempenho reforça seu posicionamento diferenciado, com trajetória de crescimento alinhada à dinâmica do mercado, aliada a uma gestão disciplinada e foco na geração de valor.

A Unidade Portobello America manteve trajetória de crescimento ao longo do ano, mesmo diante de um ambiente mais desafiador nos Estados Unidos, impactado por medidas do Tarifaço. O desempenho reflete a consolidação gradual da operação e o fortalecimento da presença comercial, passando a representar cerca de 15% da receita total do grupo. No trimestre, o desempenho em moeda local permaneceu estável, com crescimento de 7,1% em relação ao 4T24, sendo a variação reportada impactada pelo efeito cambial.

A Portobello Shop reforçou seu papel como canal direto com o consumidor final, avançando na expansão e qualificação da rede. Em conjunto com a Unidade Ceramica Portobello,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

contribuiu para a geração de caixa do Grupo ao longo do exercício, apoiada por disciplina operacional e eficiência comercial, ainda que em um ambiente de maior competitividade. Ao longo do período, a Companhia operou com elevado nível de utilização de sua capacidade produtiva, refletindo a estabilidade da demanda e a eficiência operacional das unidades industriais.

Sob a ótica financeira, o trimestre foi marcado por esforços voltados à recomposição de caixa, em um contexto de maior consumo financeiro e custo de capital elevado. Na geração operacional de caixa observou-se uma evolução muito favorável [a melhor geração de caixa dos últimos anos]. O saldo final apresentou evolução na comparação anual, refletindo o foco da Companhia na preservação de caixa e no reforço da liquidez, com ênfase em disciplina financeira e maior eficiência na alocação de capital.

A estrutura de capital passou por ajustes ao longo do exercício, com reequilíbrio no perfil de endividamento e menor concentração de vencimentos. Ainda assim, com o nível de alavancagem e as despesas financeiras continuam em patamares elevados, a melhoria da estrutura de capital do Grupo permanecerá como prioridade.

Encerramos 2025 em um ambiente desafiador, porém com fundamentos preservados e resultados operacionais consistentes, embora sob pressão mais intensa em margens e despesas financeiras.

A Companhia mantém sua estratégia de longo prazo, adotando postura mais cautelosa diante de um cenário competitivo e de juros elevados, com prioridade para disciplina operacional, gestão prudente de caixa e avanços na estrutura de capital.

Em 2024, o Portobello Grupo reafirmou seu compromisso com o crescimento ao consolidar sua liderança no mercado brasileiro de revestimentos cerâmicos e ampliar sua presença nos Estados Unidos por meio da Portobello America, reforçando seu posicionamento internacional. Mesmo diante de desafios macroeconômicos, como taxas de juros elevadas e volatilidade, o Grupo superou o desempenho do setor, que cresceu 3,9% no ano, ao registrar expansão de volume de 18,1%, ampliando significativamente seu market share no Brasil.

A receita líquida atingiu R\$ 2,4 bilhões em 2024, crescimento de 9,9% em relação ao ano anterior, com evolução em todas as unidades de negócio. Nos Estados Unidos, apesar da retração do setor imobiliário decorrente do aumento dos juros pelo Federal Reserve, a Unidade Portobello America manteve crescimento consistente, com receita líquida avançando 37,1% no período e consolidando sua presença no Tennessee.

No 4T24, a Companhia realizou uma otimização operacional voltada ao ganho de eficiência e à consolidação da estrutura produtiva, preparando a base para o crescimento futuro. A

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

iniciativa gerou impactos pontuais nos resultados, incluindo efeito de R\$ 28,2 milhões no lucro bruto relacionado ao ajuste de inventário do ramp-up da fábrica da Portobello America e impacto de R\$ 16,9 milhões nas despesas operacionais, principalmente associado a rescisões de colaboradores. Ainda assim, a disciplina financeira foi mantida, com redução da alavancagem para 2,8x Dívida Líquida/EBITDA proforma em 2024.

O Portobello Grupo seguiu focado em sua estratégia de expansão e fortalecimento operacional. A Portobello America aprimorou o mix de produtos, consolidando market share; a Portobello Shop avançou na expansão da rede e no fortalecimento do canal B2B; a Portobello seguiu sua estratégia de internacionalização; e a Pointer priorizou aumento de vendas e eficiência industrial. No âmbito econômico-financeiro, a Companhia manteve disciplina na gestão de custos e despesas, com foco na geração de caixa livre, redução da alavancagem e iniciativas voltadas à otimização do custo da dívida e eficiência na gestão do capital de giro.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento das suas operações, objetivando salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e manter uma estrutura compatível com seus níveis de endividamento.

Esse índice é calculado considerando a dívida líquida dividida pelo total do capital, onde a dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos com opção de compra, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. A estrutura de capital, mensurada pela relação entre a dívida líquida e o total do capital, correspondeu a 97,56% em 2025 e 73,91% em 2024, como segue:

(Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida bruta	1.289.402	1.165.517
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(171.306)	(79.440)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(56.257)	(34.875)
Dívida líquida	1.061.839	1.051.202
Total do patrimônio líquido	26.502	371.119
Total do capital (dívida líquida + patrimônio líquido)	1.088.341	1.422.321
Estrutura do capital (%) (dívida líquida/capital)	97,56%	73,91%

* Não inclui FIDC Cotas Mezanino

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao total do passivo circulante e não circulante):

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Passivo circulante e não circulante	3.457.024	2.975.651
Patrimônio líquido	26.502	371.119
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.483.526	3.346.770
Capital de terceiros	99,24%	88,91%
Capital próprio	0,76%	11,09%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras apresentam capital circulante líquido negativo (CCL= Ativo Circulante – Passivo Circulante) no montante de -R\$185,1 mil no consolidado - R\$342,7 milhões em 31 de dezembro de 2024, decorrente principalmente do vencimento de contratos de empréstimos de curto prazo, fornecedores e adiantamento de clientes. A Companhia monitora constantemente o capital circulante líquido, bem como as projeções de geração de fluxo de caixa para suportar a viabilidade do seu plano de negócios.

O Portobello Grupo está em processo de negociação e reperfilamento de operações com instituições financeiras. Além disso, com a geração de caixa e outras ações de estrutura de capital, entende-se que sejam suficientes para equalizar o capital circulante líquido. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade.

A tabela abaixo demonstra o índice de alavancagem financeira que é base para o monitoramento do capital. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo LAJIDA/EBITDA:

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida bruta	1.289.402	1.165.517
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(171.306)	(79.440)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(56.257)	(34.875)
Dívida Líquida	1.061.839	1.051.202
Dívida líquida/ LAJIDA ou EBITDA	3,31	3,35
Dívida líquida/ LAJIDA ou EBITDA ajustado e recorrente	3,37	2,93

* Inclui contratos de arrendamento com opção de compra

** No cálculo da dívida líquida não estão incluídas as cotas do FIDC no valor R\$ 66 milhões em 2025.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e investimentos provêm de diversas instituições financeiras, onde são garantidas pelos recebíveis oriundos das vendas da Companhia, por hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos. Alguns

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financiamentos para investimentos provêm também dos próprios fornecedores dos equipamentos adquiridos.

As principais fontes de financiamentos detalhadas no item são:

1. Emissão de debêntures contratadas para alongamento da dívida e maior liquidez financeira da Companhia, com saldo de R\$ 485,0 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 480,0 milhões em 31 de dezembro de 2024);
2. Empréstimos e financiamentos com diversas instituições financeiras, atrelados ao CDI, TJLP e renda fixa no montante de R\$ 802,3 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 664 milhões em 31 de dezembro de 2024);

O custo médio de captação em 31 de dezembro de 2025 foi de 16,38% (13,01% em 31 de dezembro de 2024).

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta, em sua dívida bruta, saldo de duas emissões de debêntures, sendo R\$ 296,0 milhões referentes à 6ª (quarta) emissão, realizada em 2025, e R\$ 188,0 milhões referentes à 5ª (quinta) emissão, realizada em 2023, recursos estes destinados ao alongamento da dívida e preservação da liquidez financeira.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento bancário bruto da Companhia (compostos pelos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2024 e 2025 foi de R\$ 1.163,7 milhões e R\$ 1.287,3 milhões, respectivamente, na qual 30,6% e 69,4% destes montantes, que correspondem a R\$ 357,0 milhões e R\$ 720,0 milhões, apresentam garantia real e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos.

g) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, informações dos contratos de empréstimos relevantes:

Debêntures:

Em AGE realizada no dia 8 de dezembro de 2023, foi aprovada pela Companhia a realização, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição. Os "covenants" para dezembro de 2025 foram cumpridos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 13 de junho de 2025, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 6º (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie como garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, com objeto de oferta pública.

Em 26 de junho de 2025, foram subscritas 300,0 milhões debêntures, sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil reais, perfazendo o montante total de R\$ 300,0 milhões. Com a referida captação, a Companhia realizou o resgate antecipado total das debentures da 4ª emissão, no valor de R\$ 110,0 milhões, e realizou resgate antecipado parcial de R\$ 112,0 milhões, referente a 5ª emissão. A Companhia também realizou a liquidação de empréstimos bilaterais com o Banco do Brasil no montante aproximado R\$83,0 milhões

Crédito à exportação (NCE):

A Companhia apresenta 7 (sete) contratos relacionados a crédito de exportação. O montante total em aberto em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 147,0 milhões (R\$ 297,0 milhões em 2024). Dos contratos citados, 3 (três) contratos de NCE são garantidos por meio de recebíveis e aplicações (10% e 30% do saldo do empréstimo) das empresas controladas da Companhia.

FINEP ou Financiadora de Estudos e Projetos:

FINEP É uma entidade pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação. A Companhia possui um contrato celebrado no ano de 2019, no valor de R\$ 67,0 milhões, prazo total de 120 meses, tendo também como garantia fiança bancária.

Em novembro de 2020, firmou contrato de R\$ 98,0 milhões, também com prazo de 120 meses e carência de 36 meses, tendo também como garantia fiança bancária, sendo desembolsado o valor de R\$ 64,0 milhões ainda em 2020 e R\$ 34,0 milhões em 2021.

Em julho de 2024, firmou contrato de R\$ 38,0 milhões, também com prazo de 144 meses, tendo também como garantia fiança bancária.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante em aberto de FINEP é R\$ 144,0 milhões (R\$ 165,0 milhões em 2024).

PPE (Pré-Pagamento à exportação):

No 1º trimestre de 2025, foi realizada captação de empréstimos na modalidade de Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") no montante de US\$ 54,0 milhões (cinquenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos) junto ao Banco XP S.A, com carência de 2 (anos).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024, o montante em aberto na modalidade específica de financiamento à exportação (PPE) era de R\$ 384,0 milhões (R\$ 143,0 milhões em 31 de dezembro 2024), incluindo o contrato mencionada com e Banco XP S.A. e outros.

h) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As principais relações de longo prazo da Companhia com instituições financeiras estão divulgadas no item acima e nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

i) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação.

j) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em garantia aos empréstimos, foram concedidas aplicações financeiras vinculadas, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora e da controlada Portobello Shop.

Para as debêntures (5ª e 6ª emissão) e PPE da XP, a Companhia possui cláusulas financeiras (*covenants*), sendo uma delas o índice obtido através da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA consolidados, que não poderá ser superior a 3,50X, com medições trimestrais.

Adicionalmente, referente ao PPE da XP, a Companhia deve manter o EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior que 1,5x em 2025, 2,0x em 2026 e 2027 e 2,5x em 2028, além de liquidez corrente maior ou igual a 1,0x de 2026 em diante. Todas as cláusulas de *covenants* destas operações foram cumpridas para o exercício de 31 de dezembro de 2025.

k) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía limites de crédito contratados e não desembolsados.

l) Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024	2025	2024	2025 x 2024
Receita líquida de venda de produtos e prestação de serviços	2.606.148	2.407.806	100%	100%	8%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.674.284)	(1.542.434)	-64%	-64%	9%
Lucro operacional bruto	931.864	865.372	36%	36%	8%
	35,8%	35,9%			
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Vendas	(688.432)	(661.703)	-26%	-27%	4%
Gerais e administrativas	(136.060)	(140.112)	-5%	-6%	-3%
Outras receitas (despesas) operacionais	5.824	71.470	0%	3%	-92%
Redução ao valor recuperável do contas a receber	1.326	(4.975)	0%	0%	-127%
	(817.342)	(735.320)	-31%	-31%	11%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	114.522	130.052	4%	5%	-12%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	34.165	22.634	1%	1%	51%
Despesas financeiras	(398.211)	(235.521)	-15%	-10%	69%
Variação cambial líquida	10.609	(26.737)	0%	-1%	-140%
	(353.437)	(239.624)	-14%	-10%	47%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição soci	(238.915)	(109.572)	-9%	-5%	118%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(16.644)	(30.454)	-1%	-1%	-45%
Diferido	(36.163)	38.009	-1%	2%	-195%
	(52.807)	7.555	-2%	0%	-799%
Prejuízo do exercício	(291.722)	(102.017)	-11%	-4%	186%
Resultado líquido atribuível a					
Acionistas da Companhia	(291.738)	(102.038)	-11%	-4%	186%
Participação dos não controladores	16	21	0%	0%	-24%

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresentou crescimento de 8%, em comparação ao ano anterior. Esse crescimento foi verificado em todas as unidades do Grupo, sendo Portobello (5,5%), Portobello Shop (4,6%), Pointer (4,0%) e Portobello América (27,2%).

Custo dos produtos vendidos

Em 2025, os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1,6milhões, representando um aumento de 9% comparado ao período anterior (R\$ 1.5 milhões em 2024), devido ao

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aumento da inflação nos insumos de produção. O aumento dos custos está alinhado ao aumento da receita líquida.

Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto totalizou R\$ 931,9 milhões em 2025, comparado a R\$ 865,3 milhões em 2024, demonstrando uma margem semelhante à verificada no ano anterior.

Despesas com vendas

Em 2025, as despesas com vendas totalizaram R\$ 688,4 milhões, representando um aumento de 4% em relação aos R\$ 661,7 milhões registrados em 2024. Esse crescimento foi impulsionado pela expansão da rede de Lojas Próprias, pela intensificação das estratégias de marketing do Portobello Grupo e pelo maior suporte às vendas, em linha com o aumento dos volumes.

Despesas gerais e administrativas

Em 2025 as despesas gerais e administrativas reduziram 3%, totalizando R\$ 136,1 milhões, em comparação com R\$ 140,1 milhões no ano de 2024. Essa redução é decorrente, principalmente, pelas despesas com otimização operacional realizadas ao longo do ano de 2025.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2025, o valor de outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizou R\$ 5,8 milhões enquanto, em 2024, foi de R\$ 71,4 milhões

Em 2025, o resultado foi impactado pela provisão para perdas em estoques no valor de R\$ 22,0 milhões, registrada no início do ano em decorrência das chuvas, além de provisões para contingências no montante aproximado de R\$ 18,4 milhões. Adicionalmente, em 2024, foi reconhecida a reversão de provisão no valor de R\$ 20,1 milhões, em virtude de acordo judicial entre a Mineração Portobello e a Advocacia-Geral da União.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou despesa de R\$ 353,4 milhões em 2025, em comparação a R\$ 239,6 milhões em 2024, representando um aumento de 47%. A variação de R\$ 116,6 milhões decorreu principalmente da elevação dos juros sobre empréstimos e financiamentos, em função do aumento da taxa Selic, além do crescimento relacionado à maior utilização de instrumentos financeiros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social

No ano de 2025, a Companhia apresentou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de -R\$52,8 milhões, decorrente principalmente da reversão parcial de tributos diferidos ativos no montante de -R\$30,0 milhões, e em 2024 uma receita de R\$7,5 milhões. No ano de 2024, foram constituídos tributos diferidos ativos no montante de R\$38,0 milhões

Resultado líquido do exercício

O prejuízo do exercício de 2025 foi de R\$291,7 milhões, comparado a R\$102,0 milhões, decorrentes dos eventos descritos anteriormente.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		
	2025	2024	Var. %
Caixa líquido das atividades operacionais	202.544	94.813	114%
Caixa líquido das atividades de investimento	(134.634)	(183.903)	-27%
Caixa líquido das atividades de financiamento	25.959	(320.414)	-108%
Varição no caixa e equivalentes de caixa	93.869	(409.504)	-123%
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	(2.003)	2.472	-181%

Caixa líquido das atividades operacionais

Em 2025, o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 202,5 milhões, comparado a R\$ 94,8 milhões em 2024. Esse caixa gerado de R\$ 202,5 milhões decorre das variações de ativos e passivos e dos ajustes ao lucro, no montante de R\$ 387,9 milhões, bem como dos pagamentos de juros de empréstimos e debêntures e do imposto de renda e da contribuição social, nos valores de - R\$167,2 milhões e -R\$ 18,0 milhões, respectivamente.

Caixa líquido nas atividades de investimentos

Em 2025, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de- R\$ 134,6 milhões, comparado a -R\$183,9 milhões em 2024. Esse valor aplicado de -R\$ 131,4 milhões decorre de aquisição de imobilização e intangível em -R\$133,1 milhões e investimentos em cotas FIDC *Supplier* em -R\$40,0 milhões e reembolso de ativo de arrendamento no valor aproximado de R\$38,4 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido das atividades de financiamento

Em 2025, as atividades de financiamento resultaram em um caixa gerado de R\$ 25,9 milhões, comparado a um caixa aplicado de - R\$320,4 milhões em 2024. Esse caixa gerado de R\$ 25,9 milhões decorre substancialmente às captações realizadas no período de R\$ 753,9 milhões e pagamentos de empréstimos e financiamentos de -R\$603,4 milhões. Pagamentos de arrendamentos, aplicações financeiras vinculadas e instrumentos derivativos de swap representaram- R\$128,6 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia atua no segmento de revestimentos cerâmicos e é responsável pela fabricação e venda dos produtos que compõem seu portfólio, entre eles: porcelanatos, mosaicos para fachadas, peças especiais e revestimentos para paredes, mobiliários cerâmicos. Além disso, com o objetivo de gerar comodidade ao cliente, a unidade Portobello Shop revende produtos de parceiros em louças e metais. Estes são os produtos que buscam materializar o design, a inovação e o pioneirismo da marca Portobello e suas subsidiárias no Brasil e no mundo.

As atividades da Companhia são divididas em dois segmentos operacionais, sendo eles representados por Mercado interno (Brasil) e Mercado Externo (Exportação), e as unidades de negócio. Essa segregação é feita com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Estatutária, onde é efetuada análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua.

De acordo com a reestruturação organizacional, promovida a partir do final do ano de 2020, a Companhia passou a divulgar a informação por segmento incluindo mercado externo e interno e uma abordagem por unidade de negócios:

- **Cerâmica Portobello:** É a marca de design do grupo dedicada à criação e distribuição de soluções contemporâneas em revestimentos, desenvolvidas para pessoas e empresas que desejam transformar projetos e sonhos em realidade, com originalidade, inovação e alto padrão de qualidade. Em 2025, a unidade de negócios Cerâmica Portobello respondeu por 40,6% das receitas líquidas (41,6% em 2024), registrando margem bruta de 39,3% (39,0% em 2024) e atuação estratégica nos canais de exportação, revendas multimarcas e engenharia.
- **Portobello Shop:** Rede de varejo especializada em revestimentos cerâmicos e soluções complementares, a rede oferece uma experiência de compra integrada e diferenciada, conectando lojas físicas e ambientes digitais para atender profissionais de arquitetura, design e seus clientes finais. Com foco em inovação, atendimento consultivo, a marca fortalece a especificação de projetos e a criação de ambientes personalizados. Em 2025, a unidade de negócios representou 40,0% das receitas líquidas (41,4% em 2024), com margem bruta de 44,0 (48,4% em 2024).
- **Pointer:** É a marca de design democrático, dedicada à produção e distribuição de revestimentos cerâmicos que combinam qualidade, estética e preço competitivo,

2.2 Resultados operacional e financeiro

ampliando o acesso ao design para diferentes perfis de consumidores. Com atuação relevante no mercado nacional, especialmente na região Nordeste, a Unidade se destaca por sua eficiência operacional e por uma estrutura industrial orientada à sustentabilidade. Em 2025, a Unidade de Negócios Pointer representou 9,9% das receitas líquidas (10,3% em 2024), com margem bruta de 9,7% (12,1% em 2024).

- Portobello America (PBA):** É a unidade internacional do grupo que combina o know-how, a excelência em design e a inovação da Portobello com o DNA do mercado norte-americano. A marca atua na criação, produção e distribuição de soluções completas e competitivas em revestimentos, com foco em eficiência, proximidade com o cliente e adequação às demandas locais. Em 2025, a unidade de negócio Portobello America representou 14,5% das receitas líquidas (12,4% em 2024), com margem bruta de 10,0% (-0,7% em 2024).

A composição da receita líquida de vendas (R\$ mil) e lucro bruto e resultado operacional antes do resultado financeiro nos 2 últimos anos foi a seguinte:

2025				
	Consolidado	Eliminações	Mercado Interno	Mercado Externo
Receita líquida	2.606.148	(130.527)	2.061.630 79,1%	675.046 25,9%

2024				
	Consolidado	Eliminações	Mercado Interno	Mercado Externo
Receita líquida	2.407.806	(148.728)	2.020.516 77,5%	536.018 20,6%

Obs.: Foram realizadas eliminações acima.

2025						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita líquida	2.606.148	(130.528) -5,0%	1.057.107 40,6%	258.201 9,9%	1.042.274 40,0%	379.094 14,5%

2024						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita líquida	2.407.806	(137.319) -5,7%	1.002.446 41,6%	248.189 10,3%	996.410 41,4%	298.080 12,4%

Obs.: Foram realizadas eliminações acima.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Além dos fatores mencionados no item 2.1(h) desta proposta da administração, as operações da Companhia são influenciadas por condições macroeconômicas diretamente relacionadas ao ciclo da construção civil e ao mercado imobiliário. Entre os principais fatores destacam-se: (i) nível de atividade do setor de construção e reformas, (ii) renda

2.2 Resultados operacional e financeiro

disponível e poder de compra das famílias, (iii) disponibilidade e custo do crédito imobiliário, (iv) taxa de juros e condições de financiamento habitacional, (v) inflação de insumos da construção, (vi) variações cambiais que impactam custos e exportações, (vii) confiança de consumidores, arquitetos e incorporadoras, e (viii) volume de lançamentos imobiliários e investimentos em obras, os quais podem influenciar a demanda por revestimentos e o desempenho operacional da Companhia.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As variações relevantes das receitas em 2025 refletiram, principalmente, a diversificação geográfica das operações, o maior dinamismo do mercado externo e a estratégia de portfólio com foco em produtos de maior valor agregado. A introdução contínua de novas soluções em design e a qualificação dos canais, especialmente na Portobello Shop e na Cerâmica Portobello, contribuíram para sustentar o crescimento da receita líquida no período de 2025. Por outro lado, o ambiente competitivo e mais sensível a preços no mercado doméstico influenciou ajustes comerciais e de mix, enquanto as oscilações cambiais impactaram positivamente as receitas provenientes das operações internacionais, em especial da Portobello America. A inflação e o aumento de custos ao longo do ano também exigiram revisões seletivas de preços e gestão disciplinada de volumes, preservando a competitividade e a geração operacional da Companhia.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional do Portobello Grupo em 2025 foi impactado por fatores macroeconômicos relevantes, incluindo inflação de custos, dinâmica competitiva no mercado doméstico, variações cambiais e condições financeiras mais restritivas ao longo do ano. A inflação de insumos e pressões sobre preços exigiram maior disciplina comercial e gestão eficiente de mix, especialmente em um ambiente de demanda mais seletiva na construção civil brasileira. As oscilações da taxa de câmbio influenciaram tanto os custos quanto as receitas das operações internacionais, com efeitos positivos sobre a competitividade das exportações e impacto nos resultados da Portobello America.

No resultado financeiro, o patamar de juros ainda elevado ao longo do exercício influenciou o custo da dívida e as despesas financeiras, enquanto a volatilidade cambial gerou efeitos sobre posições financeiras e operações no exterior. Ainda assim, a Companhia manteve disciplina na gestão de capital e na estrutura de endividamento, com predominância de dívidas de longo prazo, evolução da liquidez e alavancagem estável, sustentando a consistência da geração de caixa e o equilíbrio financeiro ao longo do período.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve, no período analisado, mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia que tenham resultado em efeitos relevantes sobre as informações apresentadas nos itens 2.1 e 2.2. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), mantendo consistência em relação aos critérios utilizados nos exercícios anteriores. Eventuais atualizações normativas ocorridas no período não produziram impactos materiais na posição patrimonial, no desempenho operacional ou nos indicadores financeiros divulgados.

Uma série de novas normas contábeis será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Apresentação das Demonstrações Financeiras e se aplicará a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A nova norma introduz os seguintes principais requisitos:

As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração do resultado: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também deverão apresentar um novo subtotal de lucro operacional. O lucro líquido não será alterado.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPM's) deverão ser divulgadas em uma única nota explicativa nas demonstrações financeiras.

Serão fornecidas orientações aprimoradas sobre a forma de agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, todas as entidades deverão utilizar o subtotal de lucro operacional como ponto de partida na demonstração dos fluxos de caixa, quando adotado o método indireto para apresentação dos fluxos de caixa operacionais.

O Grupo encontra-se em processo de avaliação dos impactos da nova norma, especialmente em relação à estrutura da demonstração do resultado, à demonstração dos fluxos de caixa

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

e às divulgações adicionais relacionadas às MPM's. O Grupo também avalia os impactos sobre a forma de agregação das informações nas demonstrações financeiras.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas mencionadas no parecer do auditor.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

No período analisado, não houve introdução ou alienação de segmento operacional que tenha provocado efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou nos resultados do emissor. A Companhia manteve sua estrutura de segmentos operacionais, com continuidade das operações nos mercados em que atua e foco na execução da estratégia definida para cada unidade de negócios. Dessa forma, não são esperados impactos materiais decorrentes de mudanças na composição dos segmentos operacionais sobre os resultados futuros.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c) Eventos ou operações não usuais

No exercício de 2025, a Companhia foi impactada por eventos extraordinários que afetaram temporariamente seus resultados operacionais.

As inundações ocorridas em janeiro impactaram as operações em Tijuca, com efeito estimado de R\$ 28,2 milhões no EBITDA do 1T25, decorrente principalmente de perda de receita e provisões para perdas de estoques, parcialmente compensadas por redução de despesas variáveis.

Adicionalmente, em julho de 2025, foi anunciada a elevação de tarifas de importação pelos Estados Unidos sobre determinados produtos brasileiros, com vigência a partir de agosto de 2025, gerando efeitos imediatos sobre o comércio bilateral.

No 4T25, o período foi impactado por efeitos positivos pontuais no montante de R\$ 14,6 milhões, relacionados ao reconhecimento do crédito-prêmio de IPI (fase 3) conforme nota explicativa nº 14 letra(a) da DFP 2025 e à reversão de contingências.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve

a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza o LAJIDA/EBITDA e o LAJIR/EBIT como indicadores para avaliar o desempenho operacional, com base no lucro líquido do exercício e desconsiderando os efeitos das despesas e receitas financeiras, dos tributos sobre o lucro e das despesas de depreciação e amortização.

Também acompanha o LAJIDA/EBITDA Ajustado, que exclui itens não recorrentes do período, permitindo melhor análise do desempenho operacional recorrente.

Adicionalmente, é avaliado o ROCE (*Return on Capital Employed*), calculado pela divisão do LAJIR/EBIT pelo capital empregado (passivo de longo prazo acrescido do patrimônio líquido).

Por fim, o ROCE Ajustado considera o LAJIR/EBIT Ajustado em relação ao capital empregado, desconsiderando efeitos não recorrentes e proporcionando visão complementar da rentabilidade operacional.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

- **Composição do EBIT (LAJIR) e margem operacional/EBIT:**

Composição do EBIT (LAJIR) (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de	
	2025	2024
Lucro Líquido	(291.738)	(102.032)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	52.806	(7.555)
(+) Resultado Financeiro	353.420	239.625
EBIT (LAJIR)	114.489	130.037
Receita Operacional Líquida	2.606.148	2.407.806
Margem operacional (EBIT) %	4,4%	5,4%

2.5 Medições não contábeis

- Composição do EBIT (LAJIR) Ajustado e margem operacional/EBIT Ajustado:**

Composição do EBIT (LAJIR) Ajustado (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de	
	2025	2024
Lucro Líquido	(291.738)	(102.032)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	52.806	(7.555)
(+) Resultado Financeiro	353.420	239.625
EBIT (LAJIR)	114.489	130.037
Itens não recorrentes (1)	6.200	(23.756)
EBIT (LAJIR) Ajustado	108.289	153.788
Receita Operacional Líquida	2.606.148	2.407.806
Margem operacional (EBIT) %	4,2%	6,4%

(1) Eventos não recorrentes referem-se a perdas causadas por chuvas, despesas judiciais e questões tarifárias, enquanto os efeitos positivos incluem crédito de IPI e reversão de contingências.

- Composição do EBITDA (LAJIDA) e margem EBITDA:**

Composição do EBITDA (LAJIDA) (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de	
	2025	2024
Lucro Líquido	(291.738)	(102.032)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	52.806	(7.555)
(+) Resultado Financeiro	353.420	239.625
(+) Depreciação e Amortização	206.715	183.452
EBITDA	321.204	313.490
Receita Operacional Líquida	2.606.148	2.407.806
Margem EBITDA %	12,3%	13,0%

- Composição do EBITDA Ajustado (LAJIDA) e margem EBITDA Ajustado:**

Composição do EBITDA (LAJIDA) Ajustado (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de	
	2025	2024
Lucro Líquido	(291.738)	(102.032)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	52.806	(7.555)
(+) Resultado Financeiro	353.420	239.625
(+) Depreciação e Amortização	206.715	183.452
EBITDA	321.204	313.490
Otimização tributária		(7.100)
Reconhecimento e Atualizações de Processos Judiciais	12.400	(14.224)
Otimização Operacional		45.092
Otimização Tributária	(4.000)	
Credito Premio IPI	(14.600)	
Total de itens não recorrentes	(6.200)	23.768
EBITDA AJUSTADO	315.004	337.258
Receita Operacional Líquida	2.606.148	2.407.806
Margem EBITDA AJUSTADO %	12,1%	14,0%

2.5 Medições não contábeis

- **Composição do ROCE e do ROCE Ajustado**

Composição do ROCE e ROCE ajustado (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de	
	2025	2024
EBIT/LAJIR	114.489	130.037
CAPITAL EMPREGADO	2.176.030	1.987.650
Passivo de Longo Prazo	2.149.528	1.616.547
Patrimônio Líquido	26.502	371.103
ROCE	5,3%	6,5%
EBIT/LAJIR	114.489	130.037
Itens não recorrentes (1)	(6.200)	23.768
EBIT/LAJIR AJUSTADO	108.289	153.805
CAPITAL EMPREGADO	2.176.030	1.987.650
Passivo de Longo Prazo	2.149.528	1.616.547
Patrimônio Líquido	26.502	371.103
ROCE ajustado	5,0%	7,7%

c) Motivos pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

A Companhia entende que a utilização do LAJIDA/EBITDA contribui para melhor compreensão de sua situação econômica e financeira, pois permite avaliar o desempenho operacional e facilita a comparabilidade com outras empresas do mesmo segmento.

O indicador é calculado nos termos da Instrução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, considerando o resultado líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das despesas de depreciação, amortização e exaustão.

O LAJIDA/EBITDA constitui informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição às informações auditadas, pois não é reconhecido pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

O LAJIDA/EBITDA Ajustado corresponde ao LAJIDA/EBITDA excluídos os itens não recorrentes do período, conforme detalhado no item 2.5 do Formulário de Referência.

O ROCE (*Return on Capital Employed*) mede a eficiência na aplicação do capital empregado e é calculado pela divisão do LAJIR/EBIT pelo total do capital empregado (passivo de longo prazo acrescido do patrimônio líquido). O ROCE Ajustado desconsidera os efeitos de itens não recorrentes no período

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em março de 2026, a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel e Locação Atípica (*Sale and Leaseback*) com um Fundo de Investimento Imobiliário.

A operação consiste na alienação de um imóvel industrial da Companhia localizado em Marechal Deodoro/AL, onde situa-se a operação da unidade Pointer, com área total de terreno de 1.000.002,00 m², pelo valor de R\$ 102,5 milhões. O recebimento deste montante ocorrerá de forma parcelada e está condicionado ao atingimento de marcos contratuais. A Companhia manterá a posse direta e a operação integral de sua unidade fabril por meio do referido contrato de locação, com prazo de vigência de 15 anos. O aluguel mensal pactuado é de R\$ 1,2 milhões, sujeito a reajuste anual pelo IPCA. Cabe destacar que o referido Fundo contará como acionistas iniciais empresas detidas por acionistas controladores da Companhia, configurando uma transação com partes relacionadas.

a) Captações de empréstimos e financiamentos

Em fevereiro de 2026, a PBG S.A. firmou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$159,3 milhões (equivalente a US\$ 30.6 milhões), destinado à exportação. O passivo será atualizado pela variação cambial do dólar (PTAX) e remunerado à taxa de juros fixa de 4,8319% ao ano. A amortização do principal ocorrerá em parcela única em 15 de janeiro de 2033 e a operação é garantida por carta de fiança bancária.

b) Processo com provisão de perda possível

Não houve alterações relevantes nos processos classificados como perda possível, apresentados nas demonstrações financeiras.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

Exercício Social encerrado em:	2024	2023
a) Regras sobre a retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia dispõe que, dos resultados líquidos apurados, será constituída anualmente a reserva legal como destinação de 5% do lucro líquido do exercício. A reserva legal não poderá exceder a 20% do capital social da Companhia e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Prevista na lei 6.404/76, art. 196 e no Estatuto Social, art. 37, alínea c, a Reserva para Retenção de Lucros pode ser constituída mediante orçamento de capital previamente aprovado. Poderá ainda ser formada conforme previsto no art. 195 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social, art. 37, alínea b, a Reserva para Contingência, mediante proposta dos órgãos da administração. Além das reservas citadas, não há outras previstas pelo Estatuto Social da Companhia. Aplicam-se ainda todas as outras reservas de lucros dispostas na Lei 6.404/76.</p> <p>Em 2025 não houve constituição de reserva de lucro</p>	
Valor total das reservas de lucros	R\$ 209,5 milhões	R\$ 225,6 milhões
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	<p>Os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia (art.37 alíneas d) correspondem a 25% do lucro líquido do exercício após a destinação à Reserva Legal e demais deduções e acréscimos previstos no art. 202, II e III da Lei 6.404/76. O estatuto também prevê no art. 38 a possibilidade de a Companhia pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Através de acordo de acionistas firmado em 18 de fevereiro de 2019, através do tópico 8.1 estabelece que, salvo se diversamente acordado pelos acionistas, em Reunião Prévia, os acionistas e a Companhia deverão fazer com que, durante a vigência do acordo, a Companhia anualmente declare, distribua e pague dividendos (ou, em seu lugar, juros sobre o capital próprio, conforme legislação aplicável) em montante igual a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei) do exercício social em questão, observada a existência de caixa disponível na Companhia para efetuar o pagamento dos dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório acima estabelecido. Em 2025, a Companhia apresentou prejuízo no exercício e, portanto, sem distribuição de dividendos.</p>	
Valores dos dividendos e juros sobre capital próprio	-	-
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>O artigo 39 do Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>	

2.7 Destinação de resultados

<p>d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>A Companhia tem restrições à distribuição de dividendos impostas em casos de não cumprimentos de cláusulas de <i>Covenants</i> apresentadas em contrato firmado junto ao Banco do Brasil e referentes à emissão de Debêntures.</p>
<p>e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado”</p>	<p>A Companhia possui uma política de destinação dos resultados formalmente aprovada em 2008 pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia também disserta sobre a destinação dos lucros é definida, conforme abaixo:</p> <p>a) 5% dos lucros líquidos apurados serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e d) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório.</p> <p>Entretanto, em conformidade com o acordo de acionistas, durante a vigência do mesmo, será distribuído um montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei e conforme o disposto no item 8.1 do acordo de acionistas).</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. ROs diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

I. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos.

Não aplicável.

II. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável.

III. Contratos de construção não terminada

Não aplicável.

IV. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 25 de março de 2026 foi oficializado a liberação da linha no valor de até R\$ 185,0 milhões junto ao BNDES FINAME, esta linha ssa linha aprovada pelo BNDES FINAME pode ser utilizada no futuro pela Companhia como parte da revisão da estrutura de capital.

V. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos que não constam nos demonstrativos financeiros.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos

a) Investimentos, incluindo:

I. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos em 2025 totalizaram R\$ 117,0 milhões. Desse montante, 56% foram destinados ao projeto da nova fábrica nos Estados Unidos; 18% à Portobello Shop, distribuídos entre as lojas e a evolução digital; 19% à planta da Unidade Portobello, em Tijuca; 2% à planta da Pointer; e 5% a projetos comerciais e corporativos.

Mesmo com a redução nos investimentos, o Grupo segue avançando em projetos estratégicos voltados ao crescimento do varejo integrado e à internacionalização.

II. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos serão financiados pela estrutura de capital corrente da Companhia, ponderando capital próprio e de terceiros. A contratação de capital de terceiros utiliza-se, preferencialmente, de linhas de longo prazo, conforme descritas na seção “Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes”.

III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em março de 2026, a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel e Locação Atípica (*Sale and Leaseback*) com um Fundo de Investimento Imobiliário. A operação consiste na alienação de um imóvel industrial da Companhia localizado em Marechal Deodoro/AL, onde situa-se a operação da unidade Pointer, com área total de terreno de 1.000.002,00 m², pelo valor de R\$ 102,5 milhões. O recebimento deste montante ocorrerá de forma parcelada e está condicionado ao atingimento de marcos contratuais. A Companhia manterá a posse direta e a operação integral de sua unidade fabril por meio do referido contrato de locação, com prazo de vigência de 15 anos. O aluguel mensal pactuado é de R\$ 1,2 milhões sujeito a reajuste anual pelo IPCA. Cabe destacar que o referido Fundo contará como acionistas iniciais empresas detidas por acionistas controladores da Companhia, configurando uma transação com partes relacionadas.

2.10 Planos de negócios

- b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há previsão de indicação de aquisição de plantas, equipamentos que devam influenciar de forma material.

- c) Novos produtos e serviços, indicando:**

I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia mantém um ciclo estruturado de inovação conduzido por um grupo multidisciplinar de profissionais dedicado à pesquisa, análise de tendências e desenvolvimento de novos produtos.

Esse processo inclui interação com especialistas do mercado, realização de clínicas de produto e participação em eventos relevantes do setor, além de viagens de estudo que contribuem para a identificação de tendências e novas tecnologias.

Como resultado dessas iniciativas, foi lançado o *Trendbook 2025*, desenvolvido pelo time criativo a partir das pesquisas conduzidas no Ciclo de Inovação. O material orienta as decisões de portfólio e sustenta a estratégia das novas coleções, reforçando o posicionamento da marca em design e inovação.

II. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

III. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2025, a Companhia investiu R\$ 4,9 milhões em projetos de desenvolvimento de novos produtos, reforçando seu compromisso contínuo com a inovação e a geração de valor.

IV. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A companhia elaborou o Plano ESG, que foi lançado no final de 2022 e revisado em 2024 para uma visão 2025-2030. É baseado na Declaração de Sustentabilidade, na matriz de materialidade e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, refletindo as demandas do mercado, avanços tecnológicos e as expectativas crescentes dos diferentes stakeholders. Os projetos estratégicos são integrados com os princípios ESG e se distribuem em três pilares principais: +Ecoeficiente, + Gente e + Governança.

2.10 Planos de negócios

Mais detalhes podem ser observados no Relatório de Sustentabilidade do Portobello Grupo, disponível no site: <https://www.portobello.com.br/sustentabilidade>.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas.

Assim, tendo em vista que não foram divulgadas projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia e de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/2022, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas.

Assim, tendo em vista que não foram divulgadas projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia e de suas controladas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

A ordem de apresentação dos fatores de risco dentro de cada categoria reflete a avaliação interna da Companhia quanto à sua relevância relativa, considerando, entre outros critérios, impacto potencial, probabilidade de ocorrência e relevância estratégica para o negócio.

São apresentados os principais fatores de risco considerados relevantes na data deste Formulário de Referência, os quais a Companhia tem conhecimento e entende que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários por ela emitidos. Caso tais riscos venham a se materializar, poderão impactar negativamente a reputação, os negócios, a situação financeira e patrimonial da Companhia, bem como o valor de mercado de seus valores mobiliários.

A Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos inerentes aos segmentos em que atuam, decorrentes de eventuais alterações nas condições competitivas, econômicas, políticas, sociais e climáticas. Tais mudanças podem afetar adversamente seus negócios, os resultados operacionais e sua posição financeira.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia, potenciais investidores devem avaliar cuidadosamente todas as informações constantes neste Formulário de Referência, bem como as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas.

Para os fins desta Seção “4. Fatores de Risco”, a referência de que determinado risco pode gerar um “efeito adverso” significa que tal risco poderá acarretar impactos negativos relevantes sobre os negócios da Companhia, sua condição financeira, seus resultados operacionais ou sobre o valor de mercado dos valores mobiliários por ela emitidos.

A Companhia alerta que outros riscos, não identificados ou considerados irrelevantes nesta data, também poderão afetá-la adversamente, independentemente dos fatores de risco descritos a seguir.

a) Emissor

Fatores externos podem impactar adversamente a estratégia e as operações da Companhia

Vários fatores podem interferir na execução da estratégia de crescimento, bem como, das demais operações da Companhia e de suas controladas: aumento da inflação; taxas de juros; taxas de câmbio; variações nos custos e principais insumos, incluindo disponibilidade de matéria prima e variações nos preços; impactos e variações nos ciclos econômicos

4.1 Descrição dos fatores de risco

nacionais e internacionais, notadamente em construção civil; variação nos níveis de renda e emprego; políticas fiscais; disponibilidade de mão de obra qualificada; restrições resultantes de novas pandemias, entre outros que, isoladamente ou em conjunto podem impactar no desdobramento do plano estratégico e na construção das alavancas de crescimento do Grupo.

A ocorrência de um ou mais desses eventos poderá gerar atraso ou impacto na execução da estratégia de crescimento da Companhia, ocasionar paralisação, parcial ou temporária, das linhas de produção, aumentar os custos de produção, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e nos expor a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades.

Capacidade de sustentar a estratégia de crescimento através do plano de gente, gestão e cultura

O plano estratégico estabelece metas de crescimento e rentabilidade, que em boa parte depende do alto desempenho das equipes e pessoas chaves. Um desequilíbrio na relação entre condições de trabalho e reconhecimento adequado pode influenciar negativamente os níveis de turnover e a capacidade de atrair e reter talentos, bem como afetar a cultura organizacional. A inexistência ou insuficiência de um plano de gente, que aborda a sucessão, cultura, meritocracia, associado a insuficiência de um plano de formação de líderes, pode comprometer a execução da estratégia e não sustentar o plano de crescimento do grupo.

Volatilidade do cenário político-econômico nacional e internacional

O Grupo está sujeito aos cenários de instabilidade econômica local e global, como o aumento da taxa de juros, flutuações cambiais, eventos de conflitos militares internacionais, crises econômicas globais e falta de clareza na estratégia para o mercado de capitais podendo comprometer a capacidade de obtenção de recursos e aumentar o risco de default. Todos esses eventos podem comprometer o plano de negócios da companhia e resultar em perdas financeiras e estratégicas.

O cenário político pode influenciar o ambiente econômico nacional e internacional, seja em função das políticas monetária, fiscal e cambial conduzidas pelo governo brasileiro ou em função de crises institucionais que reduzem a confiança dos investidores e aumentam a volatilidade dos mercados.

O ritmo de crescimento de vendas no mercado interno pode ser afetado por fatores e eventos adversos

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o ritmo de crescimento de vendas, por estar sujeita a diversos fatores, como: (i) capacidade de prever e responder às novas

4.1 Descrição dos fatores de risco

tendências de consumo em tempo hábil; (ii) capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) confiança do consumidor na Companhia, pois um declínio nesta percepção pode levar o consumidor a priorizar concorrentes em detrimento da Companhia; (iv) situação econômica nos mercados onde a Companhia está localizada, pois um cenário adverso pode impactar negativamente a demanda pelos produtos oferecidos pela Companhia; (v) mudanças nas políticas de crédito, propaganda e marketing, que se não forem assertivas podem influenciar negativamente a propensão de consumo, afetando adversamente as vendas; (vi) concorrência que pode utilizar de práticas, como uma precificação abaixo do usualmente visto no mercado, prejudicando o crescimento das vendas; (vii) cenário econômico mundial influenciando a economia nacional e internacional em decorrências de diversas frentes, desde crises políticas que limitam a confiança de investidores e refletem na decisão de consumo.

Falhas nos sistemas de tecnologia de informação

As operações da Companhia estão diretamente ligadas ao uso dos sistemas da tecnologia de informação, para o registro das vendas, apoio na geração de relatórios financeiros, ferramentas da web, controle de custos e estoques, contas a pagar e contas a receber, entre outros. Possíveis falhas na execução desses sistemas poderão afetar as operações e o desempenho da Companhia de forma adversa.

Caso haja violação externa de seus sistemas, podem ocorrer outros riscos, como vazamentos e/ou perda de informações financeiras e de dados pessoais, bem como a aplicação de sanções. Adicionalmente, qualquer interrupção ou lentidão dos sistemas de informação poderia causar perda ou atraso no processamento de informações. Como por exemplo: dados relacionados a solicitações de clientes, ou a entrega de determinadas informações aos clientes com atraso ou erros, o que poderia reduzir a procura pelos serviços e produtos.

A volatilidade dos mercados pode impactar negativamente no valor médio e na atratividade das ações da Companhia

Uma vez que se trata de um investimento em renda variável, há a implicação em riscos. Logo, ao adquirir ações de emissão da Companhia, o investidor se sujeitará à volatilidade dos mercados de capitais. Essas características poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações pelo preço e momento desejados, o que poderá ter efeito adverso nos preços das ações.

Violação de obrigações contratuais previstas em contratos de financiamento “covenants”

Como a Companhia recorre a bancos e ao mercado de capitais na busca de crédito para o financiamento das suas operações, os agentes financiadores incluem dispositivos

4.1 Descrição dos fatores de risco

contratuais com vistas à manutenção de indicadores financeiros em determinados patamares que garantam a liquidez da Companhia para fazer frente às obrigações assumidas, mais conhecidos como “*covenants*”.

Estes itens, quando não observados, podem acionar cláusulas de vencimento antecipado das linhas de crédito assumidas, se assim desejarem as contrapartes que possuam contratos com tais cláusulas. Adicionalmente, a obrigação de evitar a inobservância de tais cláusulas implica na limitação, pela gestão, de decidir sobre a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio em excesso ao mínimo estatutário, pela alienação de bens, realização de operações de fusões ou aquisições e também de propor/negociar junto às instituições financeiras, oportunamente e por período determinado. Poderá ser negociado um *waiver* para tal indicador, com o compromisso de retomar aos patamares acordados em determinado período.

Decisões desfavoráveis associadas a possíveis perdas nos processos judiciais e/ou administrativos podem afetar adversamente a Companhia

Atualmente a Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais, conforme detalhado neste formulário (Itens 4.4 e 4.6). Caso ocorram decisões desfavoráveis e/ou caso as perdas sejam significativamente superiores aos montantes provisionados, existe o risco de impacto na condição financeira da Companhia. Vale ressaltar que não é possível garantir que os resultados dos processos sejam favoráveis à Companhia, visto que envolve forças externas ao seu ambiente.

Além disso, a Companhia não pode assegurar que terá provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos e que estes valores correspondem com precisão aos riscos inerentes ou até mesmo residuais caso haja amparo securitário ou demais medidas de mitigação. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios poderão afetar adversamente, inclusive em aspectos reputacionais à Companhia.

Riscos relacionadas à Compliance

A Companhia possui um Programa de Compliance, considerando as diretrizes da Lei nº 12.846/13, do Decreto nº 11.129/2022, da ISO 37301:2021 e melhores práticas de mercado. A Companhia considera como riscos de compliance relevantes à sua operação, os riscos relacionados ao relacionamento com o setor público, ao relacionamento com terceiros, ao cumprimento de obrigações regulatórias e ambientais e outros fatores envolvendo a conduta de colaboradores (como conflitos de interesses, fraudes, assédio moral e sexual, discriminação e preconceito).

4.1 Descrição dos fatores de risco

Embora o registro histórico da Companhia com relação à riscos de compliance não seja significativo, a materialização desses riscos poderá sujeitar a Companhia à aplicação de sanções financeiras e operacionais, tais como multas e embargos, bem como impactar negativamente na imagem e reputação da Companhia.

Como estratégia de mitigação destes riscos, a Companhia realiza um monitoramento preventivo, através de ações de comunicação e treinamento, bem como de políticas e procedimentos implementados, e detectivos, através do canal de denúncias disponibilizado ao público interno e externo.

Redução da oferta ou aumento de exigências para obtenção de linhas de crédito

Em caso de redução de oferta, as linhas de crédito poderão ter aumento no custo ou mesmo com elevados níveis de exigência. Em ocorrendo tais fatores, a possibilidade de captação de recursos de forma competitiva é reduzida, bem como em caso de refinanciamento. Esses fatos geram a possibilidade de não obtenção, através do mercado, de recursos financeiros necessários para honrar os vencimentos vigentes, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

Riscos relacionados a interrupções nos Centros de distribuição por qualquer motivo

Atualmente, a Companhia possui seis centros de distribuição em funcionamento localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, por onde passa grande parte de seus produtos vendidos. Se a operação normal de um desses centros de distribuição for interrompida por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do nosso controle, como questões ambientais (incluindo processos de licenciamento ambiental ou incidentes ambientais, tais como incêndios e desastres naturais, contaminação e resíduos sólidos), falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID19), entre outros, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

Riscos relacionados à nossa estrutura operacional.

Atualmente, a Companhia possui oito unidades operacionais produtivas e seis centros de distribuição em funcionamento localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, responsáveis pela comercialização e distribuição integral dos produtos da Companhia. Se a operação normal das plantas produtivas ou de um desses centros de distribuição for interrompida por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do nosso controle, como questões ambientais (incluindo processos de licenciamento ambiental ou incidentes ambientais, tais como incêndios e desastres naturais, contaminação e resíduos

4.1 Descrição dos fatores de risco

sólidos), falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID19), entre outros, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

Greve no transporte pode resultar em problemas logísticos para recebimento de insumos e escoamento dos produtos

Para escoamento da sua produção e recebimento de insumos, a Companhia utiliza rodovias. Em caso de greve no sistema de transporte a Companhia poderia enfrentar problemas em receber insumos para produção e escoar os produtos. Esses fatos podem gerar a impossibilidade de entregas nos prazos definidos, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

Riscos cibernéticos e eventual atraso na adoção de Inovações Tecnológicas

A transformação digital é fundamental para a sustentação do posicionamento de inovação da marca Portobello e suas subsidiárias. A Companhia cria ações voltadas para melhorar a experiência dos consumidores e especificadores com a marca, além de adotar comportamentos alinhados às novas tecnologias também na operação da empresa.

Entretanto, apesar de estar implementando um plano de Transformação Digital, viabilizando mais agilidade na captura e interpretação de dados que subsidiam ações estratégicas e garantem a satisfação dos nossos clientes, o Grupo pode não ser capaz de prever o momento em que novas tecnologias serão lançadas ao mercado de consumo e consecutivamente o momento exato de adoção das novas tecnologias por parte de nossos clientes, portanto, eventual atraso na adoção de inovações tecnológicas pode colocar o grupo em desvantagem competitiva no mercado.

Com relação aos sistemas de tecnologia, como as operações da Companhia estão diretamente ligadas ao uso dos sistemas de informação, independentemente dos níveis de segurança da informação adotados, estes sistemas podem estar vulneráveis a uma variedade de interrupções, ameaças e incidentes relacionados a ataques cibernéticos, podendo resultar na perda de acesso a dados pessoais, informações ou a sistemas críticos; em erros de transação; atrasos nos negócios; e interrupções nos serviços ou na entrega de produtos.

Além disso, à medida que os negócios da Companhia e o cenário de segurança da informação evoluem, a Companhia poderá necessitar realizar investimentos adicionais significativos para proteger os dados da Companhia e a sua infraestrutura tecnológica, o que pode afetar adversamente a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A extensão e desmembramento de pandemias podem gerar crises na saúde pública e na economia

A ocorrência de eventos sistêmicos extremos, tais como crises sanitárias globais, a exemplo da pandemia da COVID-19, pode impactar adversamente as operações da Companhia, inclusive por meio de restrições regulatórias, interrupções na cadeia de suprimentos, aumento de custos operacionais e redução da demanda.

b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus acionistas controladores.

Os gestores não detectaram risco ao negócio, pois foi protocolado na Companhia em agosto de 2021 um acordo de acionistas com cerca de 54% do capital votante, com validade de vinte anos, podendo ser renovado automaticamente por dois períodos iguais e sucessivos de vinte anos e restrições por cinco anos para negociação das ações integrantes deste bloco.

Eventuais vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer, podem causar volatilidade devido à baixa liquidez atual, e impactar adversamente o valor de mercado das ações.

c) Com relação a suas controladas e coligadas

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis solidários das dívidas trabalhistas de fornecedores terceirizados.

As atividades desenvolvidas por controladas e coligadas, inclusive no exterior, podem expor a Companhia a riscos operacionais, regulatórios e reputacionais que impactem seus resultados consolidados, conforme demais riscos descritos.

d) Com relação a seus administradores

Ética e Conduta

A Companhia possui um Código de Conduta que estabelece diretrizes a serem seguidas por administradores, colaboradores e terceiros. O descumprimento dessas normas, bem como de políticas internas e do Programa de Integridade, pode gerar sanções administrativas e judiciais, perdas financeiras e danos à reputação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Mesmo alegações infundadas de condutas inadequadas podem afetar significativamente a imagem e a credibilidade da Companhia.

Insider Trading

Como companhia listada no Novo Mercado, a Companhia está sujeita à regulamentação da CVM e da B3. Qualquer negociação com uso de informação privilegiada por administradores ou demais partes relacionadas podem resultar em penalidades, danos reputacionais e impacto negativo aos acionistas.

A participação de administradores em investigações ou inquéritos relacionados a essas práticas pode comprometer sua atuação e a imagem institucional da Companhia.

e) Com relação a seus fornecedores

A empresa possui dependência na utilização do gás natural, o principal item para a produção de cerâmica, que tem seus preços ligados ao petróleo e ao câmbio, ainda que a compra seja realizada em moeda local. Desta forma, uma oscilação significativa nos custos de fornecimento do gás natural poderá impactar os custos de produção da Companhia. Por enquanto, o uso de alternativa energética ainda possui um custo mais alto.

Aumento de preços de matérias primas e insumos decorrentes de eventual desequilíbrio de oferta e demanda, variação na legislação que regula a tributação dos insumos, e flutuações de taxa de câmbio, podem aumentar a volatilidade operacional da Companhia. Ressalte-se, no entanto, que se tais mudanças ocorrerem, elas afetam os vários participantes do segmento, o que significa que a competitividade relativa da Companhia é preservada.

Com relação aos clientes da Companhia

A inadimplência de clientes para vendas a prazo pode afetar os resultados da Companhia

As vendas a prazo são comuns no mercado em que a Companhia opera, dessa maneira, o desempenho da economia, associado à diminuição das linhas de financiamento e risco de crédito dos clientes influenciam os níveis de inadimplência, impactando os recebíveis da Companhia.

A Companhia reconhece montantes voltados para provisão de crédito de liquidação duvidosa e entende que esta provisão é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber, sendo seu valor representado pela estimativa de risco de não realização dos recebíveis.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso ocorra uma taxa de inadimplência maior que a estimada, ou qualquer deterioração do risco de crédito de clientes, poderá causar um efeito adverso sobre o valor dos ativos, patrimônio, resultados e liquidez da Companhia.

f) Com relação ao setor de atuação da Companhia

O consumo de produtos cerâmicos está profundamente ligado ao desempenho do setor de construção civil, imobiliário e do varejo de material de construção, que dependem das disponibilidades de crédito e incentivos aos consumidores e construtores. Em caso de haver agravamento neste cenário poderá haver um efeito adverso na demanda por produtos e nos resultados operacionais da Companhia. Cumpre ressaltar que o setor possui um consumo cíclico, onde os produtos cerâmicos são consumidos na última fase do ciclo médio da construção civil.

A empresa tem foco em suas atividades no setor de construção civil no Brasil e do exterior. Desta forma, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia são integralmente dependentes do ritmo de negócios desse segmento que, historicamente, pode ser afetado positiva ou negativamente por intervenções do Governo Federal, principalmente no que tange a concessão de crédito através dos bancos públicos.

A construção civil também pode ser impactada pelo nível de confiança do consumidor, além de outras situações que afetaram o nível de novos lançamentos de edifícios pelas construtoras, como por exemplo, investigações conduzidas pelo Ministério Público e pela Política Federal em relação a corrupções envolvendo o setor de construção civil.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no seu setor de atuação e possui concorrentes relevantes nos principais mercados em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação de mercado e sua rentabilidade.

Uma deterioração no ritmo dos negócios do setor de Construção Civil pode impactar negativamente as operações da Companhia e conseqüentemente seu nível de receita.

g) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

A carga tributária sobre os produtos cerâmicos, como exemplo o IPI que teve a redução dos percentuais das alíquotas incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor. Em 01 de dezembro de 2021 a alíquota do IPI para o setor passou a ser de 1, e atualmente é de 0,65%. Um aumento repentino das alíquotas pode impactar diretamente as vendas da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A regulamentação da Agência Nacional de Mineração (ANM) pode afetar o suprimento de matérias primas.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a regulamentação ambiental, incluindo licenças, autorizações e alvarás. Não é possível assegurar que novas regulamentações ou regulamentações existentes nas esferas federais, estaduais e municipais não possam interferir na condução normal das atividades da Companhia e de suas controladas, incorrendo em novos custos.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. A estrutura regulatória que rege as instituições financeiras brasileiras está em contínua evolução, inclusive em decorrência de tratados e acordos internacionais.

Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e a maneira com que as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas também pode mudar, assim como novas leis e regulamentações podem ser adotadas.

Não possuímos controle sobre as regulamentações governamentais aplicadas às nossas atividades, incluindo as relativas a requerimentos de capital mínimo; investimento em capital fixo; limites e outras restrições de crédito; gestão de riscos; contábeis e estatísticos; dentre outros.

Tais mudanças podem afetar de forma adversa nossas operações e rendimento.

h) Com relação à países estrangeiros

Exportação

A instabilidade do ambiente internacional pode influenciar diretamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia. O canal de exportação tem papel estratégico, especialmente em momentos de desafios no mercado interno, funcionando como uma importante alternativa de receita.

No entanto, fatores como mudanças nas economias dos países compradores, variação cambial, oscilações nos custos logísticos, restrições comerciais, questões geopolíticas e alterações regulatórias podem afetar tanto os custos quanto os volumes exportados.

Operações Internacionais

O desempenho das operações da Companhia fora do Brasil, em especial no Canadá, está sujeito a riscos associados ao ambiente econômico e competitivo local. Ao final de 2025, cerca de 25,9% da receita operacional líquida veio do mercado externo, reforçando o peso

4.1 Descrição dos fatores de risco

dessas operações na estratégia da Companhia.

Desafios como concorrência internacional, redução na oferta de crédito, perda de poder de compra dos consumidores e mudanças nas exigências legais ou regulatórias podem impactar a rentabilidade e os resultados financeiros provenientes desses mercados.

i) Com relação às questões sociais

As operações ligadas à cadeia produtiva possuem uma propensão de grau de risco maior nos ambientes industriais e de mineração. Para minimizar esses riscos, a Companhia entende que saúde e segurança são áreas interdependentes e estratégicas, sendo os treinamentos técnicos e de conscientização ferramentas essenciais para a melhoria contínua dos indicadores. A gestão eficiente desses temas é conduzida por meio de políticas corporativas, análise centralizada de indicadores e aplicação local liderada por cada área operacional.

Adicionalmente, a Companhia reconhece riscos sociais relacionados à sua cadeia de valor, como possíveis práticas inadequadas por fornecedores, incluindo trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou condições precárias de trabalho, além de riscos associados ao relacionamento com comunidades do entorno das unidades operacionais e áreas de extração mineral. A ausência de uma abordagem preventiva pode resultar em impactos reputacionais, restrições regulatórias e operacionais, além de riscos legais e financeiros.

Como forma de mitigação, a Companhia adota mecanismos complementares, como programas de integridade, monitoramento da cadeia de suprimentos, canais de denúncia e iniciativas voltadas à promoção dos direitos humanos e à prevenção de práticas discriminatórias, buscando assegurar a conformidade com os princípios sociais, trabalhistas e éticos esperados por seus stakeholders.

j) Com relação às questões ambientais

A Companhia está exposta a riscos ambientais relacionados à gestão de resíduos, uso e descarte de água, utilização de recursos naturais e à conformidade com condicionantes legais e regulatórias ligadas a licenças ambientais. A geração de resíduos e o uso intensivo de recursos podem impactar a continuidade operacional, custos regulatórios e reputação corporativa, especialmente frente a pressões crescentes por práticas mais sustentáveis. A falha no cumprimento de normas ambientais pode resultar em sanções, suspensão de atividades e aumento de despesas com mitigação e remediação ambiental.

Em se tratando das operações fabris e da empresa de mineração detida pela Companhia, as operações estão sujeitas a regulamentação ambiental, incluindo licenças, autorizações e alvarás. Não é possível assegurar que novas regulamentações ou regulamentações

4.1 Descrição dos fatores de risco

existentes nas esferas federais, estaduais e municipais não possam interferir na condução normal das atividades da Companhia e de suas controladas, incorrendo em novos custos e/ou sanções.

k) Com relação às questões climáticas, incluindo físicos e de transição

A Companhia está sujeita a riscos físicos decorrentes de eventos extremos como enchentes, ciclones, nevascas e tornados (estes dois últimos, especialmente nas operações das empresas controladas nos EUA), que podem causar danos materiais, interrupções logísticas e impactos na cadeia de suprimentos.

A produção da Companhia pode ser impactada negativamente devido à falta de abastecimento de gás natural, por ocasião de enchentes ou outros eventos naturais que possam causar danos do gasoduto que abastece o Estado de Santa Catarina e de Maceió. Outros riscos que podem ser destacados para as empresas de mineração seriam a falta de energia e água no seu processo produtivo, visto que esses são itens essenciais para a produção.

Adicionalmente, os riscos de transição climática, como mudanças regulatórias, exigências por parte de investidores e clientes por produtos com menor impacto climático, e a necessidade de adaptação da operação para um modelo de baixa emissão, representam desafios relevantes. Esses fatores podem afetar a resiliência do modelo de negócios, exigindo investimentos em inovação, infraestrutura e adaptação regulatória.

l) Riscos relacionadas a tecnologia da informação, segurança cibernética e proteção de dados

As operações da Companhia dependem de forma significativa de seus sistemas de tecnologia da informação, utilizados para o registro de vendas, processamento de transações financeiras, gestão de estoques, controle de custos, contas a pagar e a receber, geração de relatórios financeiros e suporte às plataformas digitais e comerciais.

Eventuais falhas, interrupções, lentidão, indisponibilidade ou inadequação desses sistemas, sejam decorrentes de erros internos, falhas técnicas, defeitos, não conformidades, lapsos humanos ou deficiências operacionais, podem comprometer o processamento de informações, afetar a continuidade operacional e impactar adversamente os resultados da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está exposta a riscos relacionados a incidentes cibernéticos, incluindo acessos não autorizados, ataques maliciosos, vazamento ou perda de informações financeiras e dados pessoais, o que pode resultar na aplicação de sanções regulatórias, litígios, despesas adicionais e danos reputacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), que estabelece obrigações relacionadas ao tratamento de dados pessoais. Embora adote políticas, procedimentos e controles voltados à conformidade com a legislação aplicável, alterações regulatórias, interpretações administrativas ou decisões judiciais podem ampliar exigências ou impactar a forma de tratamento de dados realizada pela Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Volatilidade do cenário político-econômico nacional e internacional

O Grupo está sujeito aos cenários de instabilidade econômica local e global, como o aumento da taxa de juros, flutuações cambiais, eventos de conflitos militares internacionais, crises econômicas globais e falta de clareza na estratégia para o mercado de capitais podendo comprometer a capacidade de obtenção de recursos e aumentar o risco de default. Todos esses eventos podem comprometer o plano de negócios da companhia e resultar em perdas financeiras e estratégicas.

O cenário político pode influenciar o ambiente econômico nacional e internacional, seja em função das políticas monetária, fiscal e cambial conduzidas pelo governo brasileiro ou em função de crises institucionais que reduzem a confiança dos investidores e aumentam a volatilidade dos mercados.

Fatores externos podem impactar adversamente a estratégia e as operações da Companhia

Vários fatores podem interferir na execução da estratégia de crescimento, bem como, das demais operações da Companhia e de suas controladas: aumento da inflação; taxas de juros; taxas de câmbio; variações nos custos e principais insumos, incluindo disponibilidade de matéria prima e variações nos preços; impactos e variações nos ciclos econômicos nacionais e internacionais, notadamente em construção civil; variação nos níveis de renda e emprego; políticas fiscais; disponibilidade de mão de obra qualificada; restrições resultantes de novas pandemias, entre outros que, isoladamente ou em conjunto podem impactar no desdobramento do plano estratégico e na construção das alavancas de crescimento do Grupo.

A ocorrência de um ou mais desses eventos poderá gerar atraso ou impacto na execução da estratégia de crescimento da Companhia, ocasionar paralisação, parcial ou temporária, das linhas de produção, aumentar os custos de produção, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e nos expor a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades.

Eventos externos internacionais os quais não podemos controlar e que possam impactar a velocidade de crescimento da internacionalização do grupo

A internacionalização expressa uma das prioridades estratégicas do grupo. O mercado americano foi escolhido para o início deste processo da empresa tanto por ser atrativo comercialmente para o segmento quanto pela localização, que viabiliza negócios com outras regiões importantes nas Américas.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A Portobello America iniciou as operações da nova fábrica nos Estados Unidos em julho de 2023, e conseqüentemente passa por um processo de evolução na produtividade e eficiência, maturação das operações e conquista de novos clientes.

Atrasos na produção e vendas poderão impactar não só os resultados esperados, especialmente nos primeiros anos, como a capacidade de investimentos e alavancagem financeira do Grupo.

Adicionalmente, operar em outro país pode expor a Companhia a riscos políticos, econômicos e a diversos requisitos regulamentares estrangeiros que estão sujeitos a mudanças, cabendo destacar (i) tensões econômicas entre governos e mudanças no comércio internacional; (ii) regulamentos que restrinjam sua capacidade de venda de produtos; (iii) conseqüências de mudanças na legislação tributária, cambial e ambiental; (iv) instabilidade política e econômica, desastres naturais, pandemias, guerra e terrorismo.

O ritmo de crescimento de vendas no mercado interno pode ser afetado por fatores e eventos adversos

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o ritmo de crescimento de vendas, por estar sujeita a diversos fatores, como: (i) capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) confiança do consumidor na Companhia, pois um declínio nesta percepção pode levar o consumidor a priorizar concorrentes em detrimento da Companhia; (iv) situação econômica nos mercados onde a Companhia está localizada, pois um cenário adverso pode impactar negativamente a demanda pelos produtos oferecidos pela Companhia; (v) mudanças nas políticas de crédito, propaganda e marketing, que se não forem assertivas podem influenciar negativamente a propensão de consumo, afetando adversamente as vendas; (vi) concorrência que pode utilizar de práticas, como uma precificação abaixo do usualmente visto no mercado, prejudicando o crescimento das vendas; (vii) cenário econômico mundial influenciando a economia nacional e internacional em decorrências de diversas frentes, desde crises políticas que limitam a confiança de investidores e refletem na decisão de consumo.

Tecnologia, segurança da informação e riscos cibernéticos

A transformação digital é fundamental para a sustentação do posicionamento de inovação da marca Portobello e suas subsidiárias. A Companhia cria ações voltadas para melhorar a experiência dos consumidores e especificadores com a marca, além de adotar comportamentos alinhados às novas tecnologias também na operação da empresa.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Entretanto, apesar de estar implementando um plano de Transformação Digital, viabilizando mais agilidade na captura e interpretação de dados que subsidiam ações estratégicas e garantem a satisfação dos nossos clientes, o Grupo pode não ser capaz de prever o momento em que novas tecnologias serão lançadas ao mercado de consumo e consecutivamente o momento exato de adoção das novas tecnologias por parte de nossos clientes, portanto, eventual atraso na adoção de inovações tecnológicas pode colocar o grupo em desvantagem competitiva no mercado.

Com relação aos sistemas de tecnologia, como as operações da Companhia estão diretamente ligadas ao uso dos sistemas de informação, independentemente dos níveis de segurança da informação adotados, estes sistemas podem estar vulneráveis a uma variedade de interrupções, ameaças e incidentes relacionados a ataques cibernéticos, podendo resultar na perda de acesso a dados pessoais, informações ou a sistemas críticos; em erros de transação; atrasos nos negócios; e interrupções nos serviços ou na entrega de produtos.

Além disso, à medida que os negócios da Companhia e o cenário de segurança da informação evoluem, a Companhia poderá necessitar realizar investimentos adicionais significativos para proteger os dados da Companhia e a sua infraestrutura tecnológica, o que pode afetar adversamente a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela gerência responsável, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria e a vice-presidência de finanças identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado	Operações comerciais futuras	Previsões de fluxos de caixa	Política de Hedge
Risco de câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Swaps cambial
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de curto e longo prazos com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Monitoramento do mercado de crédito com rodadas de renegociações estratégicas
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes.	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras e análises internas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Acompanhamento de liquidez e monitoramento dos ratings/limites de crédito disponíveis

a) Risco de mercado

I. Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições à algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, ao Euro e ao Yuan. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

O Grupo mantém a política de conservar a exposição cambial passiva no montante equivalente até um ano de suas exportações.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

II. Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros e inflação

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa, conforme respectiva nota explicativa. Os empréstimos adquiridos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. No que diz respeito às aplicações financeiras, são realizadas em CDB bancários, conforme respectiva nota explicativa.

O risco inflacionário é coberto por cláusulas de ajuste de preço vinculadas aos índices de mercado presentes nos contratos com clientes e por atualizações periódicas de tabelas de preço baseadas nos mesmos índices.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

A Companhia e suas controladas mantêm rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes e ajustam os limites de crédito sempre que é detectada qualquer alteração material no nível de risco percebido. A Companhia não possui concentração significativa em cliente específico, em relação ao total da carteira.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Vice-presidência de finanças e Tesouraria. O Grupo vem diligenciando na gestão de caixa de acordo com suas políticas de investimento e financiamento.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros não derivativos da Controladora e Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais.

Controladora					
31.12.2025					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Obrigações de arrendamento	9.767	5.049	-	-	14.816
Fornecedores	304.038	28	-	-	304.066
Cessão de crédito com fornecedores	138.719	-	-	-	138.719
Contas a pagar de imobilizado	8.668	-	5.688	-	14.356
Parcelamento de obrigações tributárias	45.396	34.929	64.245	-	144.570
Empréstimos, financiamentos e debêntures	218.671	386.005	623.749	33.531	1.261.956
Impostos, taxas e contribuições	25.695	-	-	-	25.695
Obrigações sociais e trabalhistas	54.108	-	-	-	54.108
	<u>805.062</u>	<u>426.011</u>	<u>693.682</u>	<u>33.531</u>	<u>1.958.286</u>

Controladora					
31.12.2024					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Obrigações de arrendamento	26.306	5.381	2.792	-	34.479
Fornecedores	265.457	-	-	-	265.457
Cessão de crédito com fornecedores	105.180	-	-	-	105.180
Contas a pagar de imobilizado	13.562	-	-	-	13.562
Parcelamento de obrigações tributárias	10.943	8.188	29.815	-	48.946
Empréstimos, financiamentos e debêntures	403.320	356.309	350.327	36.553	1.146.509
Impostos, taxas e contribuições	23.847	-	-	-	23.847
Obrigações sociais e trabalhistas	52.628	-	-	-	52.628
	<u>901.243</u>	<u>369.878</u>	<u>382.934</u>	<u>36.553</u>	<u>1.690.608</u>

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Consolidado					
31.12.2025					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Obrigações de arrendamento	46.759	97.387	65.421	522.529	732.096
Fornecedores	409.959	28	-	-	409.987
Cessão de crédito com fornecedores	185.332	-	-	-	185.332
Contas a pagar de imobilizado	74.385	54.463	36.492	-	165.340
Parcelamento de obrigações tributárias	61.839	50.767	110.799	-	223.405
Empréstimos, financiamentos e debêntures	219.270	398.086	636.429	33.531	1.287.316
Impostos, taxas e contribuições	33.464	-	-	-	33.464
Obrigações sociais e trabalhistas	76.299	-	-	-	76.299
	<u>1.107.307</u>	<u>600.731</u>	<u>849.141</u>	<u>556.060</u>	<u>3.113.239</u>

Consolidado					
31.12.2024					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Obrigações de arrendamento	71.528	33.582	55.535	414.812	575.457
Fornecedores	375.775	-	-	-	375.775
Cessão de crédito com fornecedores	120.375	-	-	-	120.375
Contas a pagar de imobilizado	22.546	94.864	87.879	-	205.289
Parcelamento de obrigações tributárias	10.943	8.188	29.815	-	48.946
Empréstimos, financiamentos e debêntures	406.014	370.809	350.327	36.553	1.163.703
Impostos, taxas e contribuições	38.958	-	-	-	38.958
Obrigações sociais e trabalhistas	78.295	-	-	-	78.295
	<u>1.124.434</u>	<u>507.443</u>	<u>523.556</u>	<u>451.365</u>	<u>2.606.798</u>

d) Análise de sensibilidade e exposição

I. Análise de sensibilidade e exposição às variações nas taxas de juros:

A Administração efetua estudo de potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os instrumentos financeiros passivos. O estudo tem como base as curvas futuras de juros disponibilizadas por instituições como B3 e Banco Central do Brasil. A Companhia adota as taxas futuras divulgadas por estas instituições como taxas prováveis. A periodicidade adotada é de 12 meses a partir da data base deste relatório. Tais variações tem potencial de afetar o resultado e consequentemente o patrimônio líquido da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Controladora						
31.12.2025	Risco	Índice na data base	Cenário provável ao final de 12 meses	Impacto provável no resultado		
		%	%	Variação	Impacto	
Aplicações financeiras						
US treasury YIELD	6.509	Queda	4,15	3,13	(1,03pp)	(67)
CDI	67.070	Queda	14,90	13,52	(1,38pp)	(925)
Aplicações financeiras vinculadas						
CDI	41.420	Queda	14,90	13,52	(1,38pp)	(571)
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
TJLP	(143.786)	Alta	8,66	7,86	(0,80pp)	1.153
CDI	(1.031.129)	Alta	14,90	13,52	(1,38pp)	14.219
SELIC	(35.484)	Alta	15,00	12,25	(2,75pp)	976
Parcelamento de obrigações tributárias						
SELIC	(144.570)	Alta	15,00	12,25	(2,75pp)	3.976
Impacto provável no resultado em virtude da exposição às taxas de juros						18.761
Exposição líquida em SELIC	(180.054)		15,00	12,25	(2,75pp)	4.952
Exposição líquida em CDI	(922.639)		14,90	13,52	(1,38pp)	12.723
Exposição líquida em TJLP	(143.786)		8,66	7,86	(0,80pp)	1.153
Exposição líquida em US YIELD	6.509		4,15	3,13	(1,03pp)	(67)
Consolidado						
31.12.2025	Risco	Índice na data base	Cenário provável ao final de 12 meses	Impacto provável no resultado		
		%	%	Variação	Impacto	
Aplicações financeiras						
US treasury YIELD	16.865	Queda	4,15	3,13	(1,03pp)	(173)
CDI	141.503	Queda	14,90	13,52	(1,38pp)	(1.951)
Aplicações financeiras vinculadas						
CDI	41.420		14,90	13,52		(571)
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
TJLP	(143.786)	Alta	8,66	7,86	(0,80pp)	1.153
CDI	(1.031.129)	Alta	14,90	13,52	(2,40pp)	14.219
SELIC	(35.484)		15,00	12,25	(2,75pp)	976
Parcelamento de obrigações tributárias						
SELIC	(223.405)	Alta	15,00	12,25	(2,75pp)	6.144
Impacto provável no resultado em virtude da exposição às taxas de juros						19.797
Exposição líquida em SELIC	(258.889)		15,00	12,25	(2,75pp)	7.120
Exposição líquida em CDI	(848.206)		14,90	13,52	(1,38pp)	11.697
Exposição líquida em TJLP	(143.786)		8,66	7,86	(0,80pp)	1.153
Exposição líquida em US YIELD	16.865		4,15	3,13	(1,03pp)	(173)

e) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira para os quais, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente na data base, divulgadas por instituições como B3 e Banco Central do Brasil.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da Variação Cambial no resultado futuro para os valores em moeda estrangeira:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Controladora							
	Moeda original	Reais mil	Risco	Câmbio na data base	Câmbio provável ao final de 12 meses	Impacto provável no resultado		
	31.12.25	31.12.25				Variação	Impacto	
Caixa e equivalentes de caixa								
Dólar	1	5	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	-	
Aplicações financeiras								
Dólar	1.183	6.509	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(121)	
Aplicações financeiras vinculadas								
Dólar	2.696	14.837	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(276)	
Contas a receber de clientes								
Dólar	10.003	55.041	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(1.024)	
Euro	1.240	7.977	Queda	6,4338	6,3141	0,1197	(148)	
Renminbi	6	5	Queda	0,7833	0,7865	0,0032	-	
Fornecedores								
Dólar	1.789	9.843	Alta	5,5024	5,4000	0,1024	(183)	
Euro	374	2.409	Alta	6,4338	6,3141	0,1197	(45)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos de Swap								
Dólar	(86.743)	(477.297)	Alta	5,5024	5,4000	0,1024	8.883	
Contas a pagar de imobilizado								
Euro	(909)	(5.848)	Alta	6,4338	6,3141	0,1197	109	
							Impacto provável no resultado em virtude da exposição ao câmbio	
							7.195	
Exposição líquida ao Dólar	(71.071)	(391.062)						
Exposição líquida ao Euro	705	4.538						
Exposição líquida ao Renminbi	6	5						

	Consolidado							
	Moeda original	Reais mil	Risco	Câmbio na data base	Câmbio provável ao final de 12 meses	Impacto provável no resultado		
	31.12.25	31.12.25				Variação	Impacto	
Caixa e equivalentes de caixa								
Dólar	1.541	8.477	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(158)	
Aplicações financeiras								
Dólar	3.065	16.865	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(314)	
Aplicações financeiras vinculadas								
Dólar	2.696	14.837	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(276)	
Contas a receber de clientes								
Dólar	16.094	88.556	Queda	5,5024	5,4000	0,1024	(1.648)	
Euro	1.240	7.977	Queda	6,4338	6,3141	0,1197	(148)	
Renminbi	6	5	Queda	0,7471	0,7726	0,0032	-	
Fornecedores								
Dólar	(9.734)	(53.559)	Alta	5,5024	5,4000	0,1024	997	
Euro	374	2.409	Alta	6,4338	6,3141	0,1197	(45)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos de Swap								
Dólar	(91.352)	(502.657)	Alta	5,5024	5,4000	0,1024	9.354	
Contas a pagar de imobilizado								
Euro	(977)	(6.287)	Alta	6,4338	6,3141	0,1197	117	
Dólar	(15.056)	(82.843)	Alta	5,5024	5,4000	0,1024	1542	
							Impacto provável no resultado em virtude da exposição ao câmbio	
							9.421	
Exposição líquida ao Dólar	(92.746)	(510.324)						
Exposição líquida ao Euro	637	4.099						
Exposição líquida ao Renminbi	6	5						

Adicionalmente, o Grupo possui Instrumentos Financeiros para a proteção da Receita de Exportação e Empréstimos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando

I. Processos Tributários

A Companhia e suas controladas figuram como requerentes ou requeridas em 164 ações, no âmbito da Justiça Comum, Justiça Federal, Secretarias Estaduais de Fazenda e na Receita Federal, dos quais 40 são processos administrativos e 124 processos na esfera judicial, sendo 62 processos com a Companhia figurando no polo ativo e 102 no polo passivo.

Processo nº 5043288-86.2023.4.04.7200 e 5005612-70.2024.4.04.7200 (Origem PAF nº 10983.721445/2014-78)	
Juízo	Juízo Substituto da 11ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSPFU01)
Instância	Justiça Federal de Santa Catarina
Data de instauração	
Partes no processo	Autor: União - Fazenda Nacional Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	EXECUÇÃO FISCAL N. 5043288-86.2023.4.04.7200 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL Nº 5005612-70.2024.4.04.7200 PA 10983.721445/2014-78 - CDA 91 6 23 038297-91 - CSLL - ESTIMATIVAS MENSAIS - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO - 2010 A 2013 - R\$ 21.827.168,32 - Trata-se de execução fiscal ajuizado para fins de cobrança de débitos de CSLL. O objeto da cobrança da execução fiscal é a glosa de despesas relativas a débitos tributários incluídos no parcelamento instituído pela MP 470/2009. O processo tem como origem o PAF nº 10983.721445/2014-78, cuja autuação foi julgada procedente no ano de 2023 após o encerramento da tramitação e julgamento dos recursos especiais das partes no âmbito administrativo. Classificado como probabilidade de perda possível a execução fiscal que trata de débitos remanescentes (estimativas mensais de CSLL do período de 01/2010 a 11/2012 e CSLL dos exercícios de 2010 a 2013), os quais foram constituídos definitivamente e inscritos em dívida ativa, sob o nº 91.6.23.038297-91, objeto da EF nº 5043288-86.2023.4.04.7200, no valor R\$ 21.827.168,32.
Principais fatos	22/07/2025: Protocolo de Petição - Protocolada petição requerendo que sejam desconstituídos os débitos consubstanciados nas CDA n. 91.6.23.038297-91, oriundos do auto de infração lavrado no PAF n. 10983.721445/2014-78. ; 02/07/2025: Despacho - Proferido despacho intimando as partes a se manifestarem sobre o laudo pericial.; 28/04/2025: Despacho - Proferido despacho acerca da petição juntada pela perita, informando às partes que a reunião de início da perícia será realizada de forma virtual, no dia 08/05/2025, às 10h30, ocasião em que também foi requisitada a liberação dos honorários periciais.; 28/03/2025: Protocolo de Petição - Protocolada manifestação requerendo a juntada do comprovante de depósito dos honorários periciais, no valor de R\$ 19.519,61. ;

4.4 Processos não sigilosos relevantes

18/03/2025: Intimação - Expedida intimação à empresa para realizar o depósito de sua cota parte dos honorários periciais complementares.;

26/02/2025: Protocolo de Petição - Protocolada manifestação concordando com a proposta de honorários periciais apresentada, no valor de R\$ 39.039,21. ;

20/02/2025: Intimação - Expedida intimação acerca da manifestação apresentada pelo perito quanto a estipulação dos seus honorários periciais.;

Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 0,00

Processo nº 5000338-70.2021.4.04.7220 (Origem PAF nº PAF 10980.723.913/2021-06)

Juízo	Juízo Substituto da 11ª Unidade de Apoio em Execução Fiscal (RSPFU01)
Instância	Justiça Federal de Santa Catarina
Data de instauração	
Partes no processo	Autor: União - Fazenda Nacional Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	EXECUÇÃO FISCAL N. 5000338-70.2021.4.04.7220 - PA 10980.723913/2021-06 - CDA 91.2.21.008266-75 - IRPJ - GLOSA - 2009 A 2013 - R\$ 45.109.672,71 - O objeto da cobrança da execução fiscal é a glosa de despesas relativas a débitos tributários incluídos no parcelamento instituído pela MP 470/2009. O processo tem como origem o PAF nº 10980.723.913/2021-06.

Principais fatos

30/09/2025: Protocolo de Recurso - Protocolados embargos de declaração requerendo a correção de vícios de omissão e contradição, pois a decisão: (i) deixou de indicar os fundamentos para desconsiderar a prova pericial, que afastou a duplicidade de créditos de IPI e esclareceu os lançamentos de 2009; (ii) não apreciou a nulidade do lançamento por vício material de motivação (art. 142 do CTN); (iii) ignorou a dedutibilidade da multa de mora no lucro real (art. 41, §5º, Lei n. 8.981/1995 c/c PN CST n. 61/1979); e (iv) manteve a exigência simultânea de multa isolada e de ofício, mesmo reconhecendo o princípio da consunção.;

23/09/2025: Sentença - Proferida sentença julgando improcedentes os embargos à execução e manteve a tutela provisória do AI nº 5019231-07.2022.4.04.0000, que impede o uso do crédito discutido para negar certidão de regularidade fiscal ou inscrição no CADIN até o trânsito em julgado.;

28/03/2025: Protocolo de Petição - Protocolada manifestação requerendo que sejam julgados procedentes os embargos à execução fiscal, para que sejam desconstituídos os débitos consubstanciados nas CDA nº n. 91.2.21.008266-75, oriundos do auto de infração lavrado no Processo Administrativo Fiscal n. 10983.721445/2014-78 (transferidos para cobrança no PAF n. 10980.723913/2021-06). ;

07/03/2025: Intimação - Expedida intimação às partes para que se manifestem sobre laudo pericial no qual a perita concluiu ser uma questão de mérito.;

Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 0,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 11516.721.813/2019-61	
Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil
Instância	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil
Data de instauração	01/08/2019
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL N. 11516-721.813/2019-61 – CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS DESTINADAS AO FINANCIAMENTO DA APOSENTADORIA ESPECIAL – EXPOSIÇÃO AO AGENTE RUÍDO – 01/2015 A 13/2016 – R\$ 10.432.739,15 – Trata-se de auto de infração lavrado para constituição e cobrança de contribuições adicionais ao FAE em razão da suposta exposição a ruído acima dos limites legais na filial da PBG S/A (CNPJ 83.475.913/0002-72).
Principais fatos	<p>27/11/2025: Distribuição de Recurso - Tribunais Superiores - Protocolado recurso especial requerendo a reforma integral do Acórdão nº 2202-011.406, para fins de cancelamento do auto de infração, ante a não incidência das contribuições adicionais destinadas ao FAE, tendo em vista a demonstração de neutralização da exposição ao agente nocivo ruído, em intensidade inferior ao limite de 85 dB(A) estabelecido na NR-05, por meio de medida de proteção eficaz.;</p> <p>25/11/2025: Decisão - Proferida decisão negando provimento ao recurso voluntário apresentado pela empresa.;</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 0,00

Processo nº 5003680-81.2025.8.24.0940	
Juízo	Vara de Execução Fiscal da Comarca de Florianópolis
Instância	1º Grau
Data de instauração	16/08/2025
Partes no processo	Autor: Estado de Santa Catarina Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	EXECUÇÃO FISCAL Nº 5003680-81.2025.8.24.0940 – CDAs 250007385446 E 250011885563 - ICMS - 01/2016 A 12/2020 - R\$ 29.114.898,45 - Trata-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado de Santa Catarina visando à cobrança das CDAs n. 250007385446 e n. 250011885563, decorrentes dos Processos Administrativos n. 2170000027140 e 2170000027193, respectivamente. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL Nº 5004256-74.2025.8.24.0940 - EXECUÇÃO FISCAL Nº 5003680-81.2025.8.24.0940 – CDAs 250007385446 E 250011885563 – PA 2170000027140 E 2170000027193 - ICMS - 01/2016 A 12/2020 - R\$ 29.114.898,45 - Trata-se de embargos à execução fiscal visando a suspensão do curso da execução fiscal.
Principais fatos	10/11/2025: Protocolo de Petição - Protocolada petição para informar que foi apresentada petição no feito executivo correlato prestando os devidos esclarecimentos quanto à garantia oferecida, bem como demonstrando o atendimento dos requisitos exigidos na apólice de seguro.;

4.4 Processos não sigilosos relevantes

20/10/2025: Decisão - Proferida decisão determinando a suspensão dos embargos à execução fiscal até a regularização da apólice de seguro oferecida como garantia. ;

20/10/2025: Despacho - Proferido despacho informando a distribuição do processo à vara de execução fiscal estadual. ;

15/10/2025: Distribuição de Inicial - Protocolados embargos à execução fiscal, com requerimento de extinção da execução fiscal.;

Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	0,00

Processo nº 5001760-09.2024.8.24.0940, e 0301204-19.2015.8.24.0072

Juízo	Vara de Execução Fiscal Estadual
Instância	1º Grau
Data de instauração	05/11/2024
Partes no processo	Autor: Estado de Santa Catarina Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	EXECUÇÃO FISCAL N. 5001760-09.2024.8.24.0940 – ICMS – CDA 240016173513 – BASE DE CÁLCULO TUST/TUSD – 01/2016 A 03/2019 – R\$ 15.989.998,42 – Trata-se Execução Fiscal ajuizada pelo Estado de Santa Catarina visando à cobrança de ICMS, referente à inclusão dos valores referentes ao TUST/TUSD na base de cálculo do imposto, da unidade consumidora de energia elétrica n. 12351313, decorrente da lavratura da Notificação Fiscal n. 206030005096 (PAF 2070000013314) para evitar a ocorrência de decadência, em razão da tutela concedida anteriormente nos autos da Ação Declaratória n. 0301204-19.2015.8.24.0072.

AÇÃO DECLARATÓRIA N° 0301204-19.2015.8.24.0072 – ICMS - TARIFAS DE USO E DISTRIBUIÇÃO - TUST E TUSD – Trata-se de ação declaratória visando a declaração da ilegalidade da inserção das tarifas TUST e TUSD na base de cálculo do ICMS sobre a energia elétrica consumida pela empresa.

Principais fatos	04/12/2025: Protocolo de Petição - Protocolada tutela provisória de urgência incidental, requerendo a aceitação da Apólice nº 014142025000607750204877 como caução em garantia dos débitos consubstanciados na CDA nº 240016173513, a fim de que não seja apontado qualquer óbice à renovação da certidão de regularidade fiscal, nos termos dos arts. 205 e 206 do CTN, até o julgamento definitivo da ação. ; 26/05/2025: Distribuição de Recurso - Recurso de apelação interposto pelo Estado de Santa Catarina.;
------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	0,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10340.720820/2023-19	
Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil
Instância	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil
Data de instauração	31/07/2023
Partes no processo	Autor: União Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL N. 10340.720820/2023-19 – CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA APOSENTADORIA ESPECIAL – EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS – 01/2020 A 13/2020 – R\$ 8.937.892,46 – Trata-se de auto de infração lavrado para constituição e cobrança de contribuições adicionais para o financiamento da aposentadoria especial (“FAE”) de 25 anos de contribuição, em razão da exposição de empregados aos agentes nocivos (ii) ruído, (ii) vibração e (iii) calor acima dos limites mínimos de tolerância.
Principais fatos	16/10/2025: Distribuição de Recurso - Protocolado recurso voluntário requerendo a anulação do acórdão recorrido, em razão do evidente cerceamento de defesa, bem como o provimento do recurso para fins de cancelamento do auto de infração.; 22/09/2025: Decisão - Proferida decisão julgando improcedente a impugnação e mantém o crédito tributário exigido.;
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	0,00

Processo nº 5020339-87.2022.4.04.7205 e 5011881-62.2023.4.04.7200	
Juízo	7ª Vara Federal de Joinville
Instância	1º Grau
Data de instauração	14/10/2022
Partes no processo	Autor: Agência Nacional de Mineração Ré: Mineração Portobello LTDA
Valores, bens ou direitos envolvidos	EXECUÇÃO FISCAL N. 5020339-87.2022.4.04.7205 - CDA 11.154397.2022 - CFEM - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO - R\$ 3.755.221,18 - Trata-se de execução fiscal ajuizada para fins de cobrança de débitos de CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral. Foram apensadas ao presente processo as seguintes execuções: 5020340-72.2022.4.04.7205, 5020341-57.2022.4.04.7205, 5020342-42.2022.4.04.7205, 020343-27.2022.4.04.7205, 5020344-12.2022.4.04.7205 e 5021068-16.2022.4.04.7205. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL N. 5011881-62.2023.4.04.7200 - CFEM - AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO - PORTOBELLO S/A - EMPRESA COLIGADA - R\$ 23.054.391,62 - Trata-se de embargos opostos à execução fiscal visando o cancelamento dos débitos de CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral, tendo em vista a ocorrência de diversas nulidades no curso dos processos administrativos que deram ensejo aos débitos em discussão, não foi observada a descaracterização mineralógica, o arbitramento dos beneficiamentos consumidos pela Portobello S/A foi ilegal, não havia previsão legal para cobrança de CFEM sobre o consumo mineral realizado por empresa coligada, bem como a ocorrência de prescrição intercorrente administrativa.
Principais fatos	08/12/2025: Despacho - Proferido despacho intimando a empresa para se manifestar acerca da manifestação do perito judicial e da ANM.; 30/06/2025: Protocolo de Petição - Protocolada petição informando o encaminhamento, em 26/06/2025, das informações e dos documentos solicitados pelo perito, por meio de correio eletrônico.;

4.4 Processos não sigilosos relevantes

26/06/2025: Decisão - Proferido decisão indeferindo o pedido do perito e determinou o regular prosseguimento dos trabalhos periciais, com a análise e resposta aos quesitos da ANM.;

12/05/2025: Intimação - Expedida intimação às partes para que se manifestem sobre a petição do perito, na qual informa que realizou diligências entre os dias 5 e 8 de maio nas áreas de mineração e na unidade industrial da empresa, com a presença dos assistentes técnicos da empresa, mas sem o comparecimento da Agência Nacional de Mineração, e que iniciou a elaboração do laudo pericial com base nos quesitos apresentados tempestivamente, solicitando ao Juízo o desconsideração dos quesitos enviados pela ANM fora do prazo.;

27/03/2025: Protocolo de Petição - Protocolada manifestação, a fim de informar a ciência do cronograma dos trabalhos periciais em campo, entre os dias 05/05/2025 a 08/05/2025.;

25/03/2025: Despacho - Expedida intimação às partes sobre a manifestação do perito, que, devido à solicitação do assistente técnico da requerente, ampliou o prazo da perícia de 2 para 4 dias, a ser realizada em várias unidades de mineração, de Ituporanga a Tijucas, e solicitou confirmação das partes sobre datas e locais.;

07/03/2025: Intimação - Expedida intimação certificando as partes acerca da manifestação apresentada pelo perito sobre o início dos seus trabalhos.;

27/02/2025: Protocolo de Petição - Protocolada manifestação, a fim de informar ciência da data, horário e local designados para o início da prova pericial. ;

25/02/2025: Intimação - Expedida intimação acerca do início dos trabalhos periciais, marcando a perícia em campo para o dia 02 e 03 de abril de 2025 às 08h00 horas.;

05/02/2025: Despacho - Proferido despacho determinando a transferência de 50% do saldo dos honorários periciais ao perito.

20/12/2024: Petição de pagamento/parcelamento - Protocolada manifestação requerendo a juntada do comprovante de depósito dos honorários periciais, no valor de R\$ 37.841,60 (trinta e sete mil e oitocentos e quarenta e um reais e sessenta centavos);

Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	0,00

Processo nº 0004555-83.2009.8.24.0072, 5000348-04.2019.8.24.0072 e 5023179-64.2021.4.04.9999

Juízo	Vara Cível da Comarca de Tijucas
Instância	1º Grau
Data de instauração	22/06/2009
Partes no processo	Autor: União Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	EXECUÇÃO FISCAL nº 0004555-83.2009.8.24.0072 - CDA Nº 91.3.08.000185-72; 91.3.08.000186-53; 91.3.08.000187-34; 91.3.08.000188-15; 91.3.08.000189-04; 91.4.08.001639-95; 91.4.08.001641-00; 91.4.08.001642-90; 91.4.08.001643-71 - IMPOSTO SOBRE PRODUTO INDUSTRIALIZADO (IPI) e IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - R\$ 5.573.275,15 Trata-se de execução fiscal ajuizada pela União para cobrança de créditos de IPI, com parte dos débitos quitados por parcelamento e discussão quanto à exigibilidade e à destinação dos valores depositados em juízo. Execução parcialmente extinta por pagamento; CDAs 91.4.08.001640-29 e 91.4.08.001639-95 extintas por parcelamento; valores depositados transferidos para DJE/GDJE; embargos à execução parcialmente extintos e, no mérito, julgados improcedentes; condenação da executada em honorários. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL nº 0004555-83.2009.8.24.0072 - referem-se a créditos fiscais cuja exigibilidade estava suspensa à época em que foram inscritos em dívida ativa

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Principais fatos	Em 14/08/2019, Processo distribuído. Em 02/02/2021, Processo extinto sem resolução do mérito em razão de Embargos à execução intempestivos. Em 05/07/2021, Embargos de Declaração da contribuinte rejeitados. Em 05/08/2021, Apresentamos apelação. Em 27/11/2021, A Fazenda apresentou contrarrazões. Em 05/11/2024, Decisão recebendo os Embargos à execução, reconhecendo a tempestividade. Em 21/01/2025, Fazenda apresentou impugnação aos embargos à execução. Em 21/05/2025, Sentença julgando improcedente. Após isso, foram opostos Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interposta apelação, pendente de julgamento. Em 08/09/2025, Autos remetidos ao TRF4, aguardando distribuição no TRF4.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	0,00

Processo nº 5012943-40.2023.4.04.7200 e 5031421-96.2023.4.04.7200

Juízo	10ª Vara Federal de Florianópolis
Instância	1ª Instância
Data de instauração	17/04/2023
Partes no processo	Autor: União Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Embargos à Execução Fiscal 5031421-96.2023.4.04.7200 - FAE – Ruído/Sílica – Objeto da cobrança é a contribuição adicional ao FAE de 6%, referentes à aposentadoria especial aos 25 anos de contribuição, em decorrência da exposição de empregados aos agentes nocivos de ruído e sílica livre, no valor de R\$ 11.509.570,63
Principais fatos	28/05/2025 - Recurso de apelação interposto pela companhia. 22/04/2025 - Sentença de improcedência
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	0,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

II. Processos Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são rés em 239 reclamações trabalhistas (frente a 227 em 31 de dezembro de 2024), movidas em sua grande maioria por ex-funcionários e prestadores de serviços. Os pleitos envolvem, principalmente, verbas rescisórias, adicionais, horas extras, equiparação salarial, além de indenizações por danos morais e materiais decorrentes de acidentes de trabalho ou doenças profissionais. As provisões correspondentes são revisadas periodicamente pela Administração, com respaldo de seus consultores jurídicos, sendo que parte dos processos estão garantidos por depósitos judiciais.

III. Processos Cíveis

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 400 ações cíveis (353 ações em 31 de dezembro de 2024), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. O saldo dos valores provisionados é composto por: (i) ações indenizatórias propostas por Consumidores Finais; (ii) Construtoras clientes da Companhia, em que reclamam de produtos adquiridos; (iii) ações civis públicas ajuizadas pela Advocacia Geral da União (AGU) em face da Mineração Portobello LTDA (controlada) em que objetiva o ressarcimento pela suposta extração ilegal de minérios, e (iv) ações relacionadas à rede de Franquias Portobello Shop.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5014615-66.2012.4.04.7201	
Juízo	2ª Vara Federal de Joinville
Instância	STJ – Agravo que inadmitiu Recurso Especial.
Data de instauração	23/10/2012
Partes no processo	Autor: Advocacia Geral da União Ré: Mineração Portobello LTDA
Valores, bens ou direitos envolvidos	
Principais fatos	<p>1º Grau – Sentença de improcedência</p> <p>2º Grau – TRF 4ª REGIÃO – Acórdão de parcial provimento ao Apelo da União para condenação ao pagamento de indenização à União, pelos danos materiais causados em decorrência da exploração ilegal de minérios, que deve ser arbitrada em 50% (cinquenta por cento) do valor obtido com a extração irregular (a ser apurado oportunamente, tendo como base de cálculo a mesma adotada para o recolhimento da CFEM durante o período, observada a prescrição), deduzido o montante já recolhido a título de CFEM. Apuradas a ocorrência de dano ambiental e a viabilidade de recuperação da área degradada, por meio do pertinente PRAD, este deverá ser executado, após a aprovação pelo órgão competente, a fim de que seja restabelecido, na medida do possível, o status quo ante. E o desempenho de qualquer atividade no local deverá ser precedida, necessariamente, de licenciamento, com o respectivo EIA/RIMA.</p> <p>Instâncias Superiores: Recursos Especiais da Mineração e União, desprovidos por decisão monocrática. Interposto agravo interno pela União provido para arbitrar a indenização em 100% do valor explorado. Interposto recurso pela Mineração, cujo provimento foi negado no STJ. Em sede de Recurso Extraordinário perante o STF, o apelo da União sobre a imprescritibilidade foi provido, enquanto o recurso da Mineração Portobello visando à improcedência da cobrança foi desprovido por decisão monocrática. Ressalta-se que o processo saiu do sobrestamento, tendo o STF reconhecido, em 18/03/2025, a imprescritibilidade da pretensão de reparação do dano ambiental.</p> <p>O processo tramita em fase de cumprimento de sentença, na qual a União Federal pleiteia o montante de R\$ 17.005.440,95. Ato contínuo, a Mineração Portobello apresentou a devida impugnação, sob o fundamento de excesso de execução, estimando o valor devido em R\$ 4.689.501,46, ocasião em que procedeu ao recolhimento da parcela incontroversa.</p> <p>Diante da plausibilidade jurídica das razões invocadas, o Juízo determinou a suspensão do curso executivo até o desfecho da impugnação. Registra-se a existência de parecer do Ministério Público Federal favorável à pretensão da Companhia, corroborado por cálculos judiciais recentemente acostados aos autos, os quais ratificam a tese defendida pela Mineração Portobello.</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 0,00

* Saldo do valor indicado em 31 de dezembro de 2025.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5005926-57.2017.4.04.7201	
Juízo	6ª Vara Federal de Joinville
Instância	TRF 4ª Região – Recurso de Apelação
Data de instauração	15/05/2017
Partes no processo	Autor: Advocacia Geral da União Ré: Mineração Portobello LTDA
Valores, bens ou direitos envolvidos	
Principais fatos	<p>1º Grau – Sentença reconhecendo a prescrição e decadência.</p> <p>2º Grau – TRF 4ª REGIÃO – O Recurso de Apelação interposto pela União foi julgado para negar provimento. A União interpôs Recurso especial e extraordinário, os quais foram admitidos.</p> <p>Instâncias Superiores - Supremo Tribunal Federal reconheceu como imprescritíveis os valores pleiteados pela União Federal. Contra essa decisão a Mineração interpôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em junho de 2024. Com a conclusão da tramitação do processo no STF, os autos foram remetidos à Instância de Origem para serem analisados. Com o retorno, todas as demais teses de defesa da Mineração Portobello Ltda deverão ser avaliadas pelo juízo.</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 0,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5002112-40.2013.4.04.7213	
Juízo	Vara Federal de Rio do Sul
Instância	TRF 4 ^a Região
Data de instauração	01/08/2017
Partes no processo	Autor: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO Ré: MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA
Valores, bens ou direitos envolvidos	
Principais fatos	<p>Valores, bens ou direitos envolvidos: Pleito de reparação civil fundamentado na extração supostamente irregular de areia quartzosa em jazida situada no município de Ituporanga.</p> <p>Principais fatos: em primeiro grau, a Mineração Portobello foi condenada ao valor de R\$ 99.448,00. Em segundo grau, a companhia restou condenada pelo TRF da 4ª Região ao ressarcimento do montante de R\$ 206.987,40, valor sobre o qual devem incidir os encargos de mora e atualização monetária.</p> <p>Após o processamento perante o Supremo Tribunal Federal, os autos retornaram à instância de origem para fins de retratação acerca da imprescritibilidade da pretensão reparatória, em observância aos Temas nº 999 e nº 1268 da jurisprudência da Suprema Corte. Atualmente, o feito aguarda pronunciamento do TRF4, com prognóstico de reconhecimento da imprescritibilidade. Concluída esta etapa, vislumbra-se nova remessa ao STF para apreciação do recurso extraordinário interposto pela Mineração Portobello. Outrossim, conforme o teor do acórdão em sede de retratação, subsiste a faculdade de oposição de embargos de declaração com o escopo de sanar omissões ou contradições, especialmente quanto à delimitação do quantum indenizatório.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 00,00

Processo nº 5000298-65.2025.8.24.0072

Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Tijucas
Instância	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Data de instauração	15/02/2025
Partes no processo	Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	
Principais fatos	<p>Valores, bens ou direitos envolvidos:</p> <p>Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina objetivando a apuração e mitigação de suposto risco técnico-sanitário nas instalações industriais da Ré relacionado à proliferação do vetor <i>Aedes aegypti</i>.</p> <p>Principais fatos: Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público de Santa Catarina contra a Companhia, visando apurar suposto risco sanitário por focos de <i>Aedes aegypti</i> nas instalações de Tijucas/SC. O laudo pericial judicial indicou risco moderado a elevado. A Companhia impugnou formalmente o laudo, arguindo sua nulidade devido ao lapso temporal de 5 meses entre a vistoria e a entrega, além de apontar graves falhas metodológicas, como amostragem insignificante (0,00027% do pátio) e ausência de comprovação laboratorial da espécie do mosquito. O processo aguarda decisão judicial sobre o pedido de nova perícia ou esclarecimentos</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro e Reputacional
Valor provisionado*	R\$ 00,00

Processo nº 5003588-47.2012.404.7214

Juízo	1ª Vara Federal de Mafra
Instância	Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
Data de instauração	23/10/2012
Partes no processo	Autor: Advocacia Geral da União Ré: Mineração Portobello LTDA
Valores, bens ou direitos envolvidos	
Principais fatos	<p>1º Grau – Sentença de PARCIAL PROCEDÊNCIA para indenizar a União pelos danos patrimoniais decorrentes da extração irregular de argila, no período de 2002 a 2010, observada a prescrição quinquenal e o valor de R\$ 11,71 (onze reais e setenta e um centavos) por tonelada de argila em fevereiro de 2011, cujo montante total deverá ser apurado e atualizado em liquidação do julgado.</p> <p>2º Grau – TRF 4ª REGIÃO – Acórdão de parcial provimento ao Apelo da União e negar provimento ao recurso de apelação apresentado pela Mineração Portobello. Apresentado recursos especial e extraordinário.</p> <p>Instâncias Superiores – Recursos Especiais da Mineração e União, junto ao Superior Tribunal de Justiça, desprovidos. Recursos Extraordinários junto ao Supremo Tribunal Federal: da União sobre a imprescritibilidade provido através de decisão monocrática da Min. Cármen Lúcia. Interposto agravo interno pela Mineração Portobello. Recurso manejado pela Mineração julgado pela Turma do STF, reconhecendo a imprescritibilidade.</p> <p>Considerando os desdobramentos processuais, o Grupo negociou um acordo junto à Advocacia Geral da União no montante de R\$ 15.313 e promoveu a reversão da diferença com o valor anteriormente provisionado de R\$ 22.793. O acordo negociado pela Companhia foi homologado em 13/03/2025.</p> <p>O processo foi baixado em 24/06/2025. A Companhia manterá o valor provisionado até o pagamento final do acordo.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Chance de perda	Não se aplica, pois está em fase de pagamento do acordo.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro.

Valor provisionado*	R\$ 17.798.589,07.
---------------------	--------------------

* Saldo do valor indicado em 31 de dezembro de 2025.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Valor total provisionado dos processos não sigiloso relevantes

Os processos listados no item 4.4 totalizam o valor provisionado de R\$ 17.798.589,07, considerando-se aqueles classificados como de risco “provável”, de acordo com as normas contábeis correlatas.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

A Companhia foi cientificada da instauração, pelo Ministério da Economia, de um Processo Administrativo de Responsabilização – PAR/ME, para se apurar indícios de descumprimento do disposto na Lei 12.846/13, consistente em suposta irregularidade que remonta ao ano de 2015.

Após a conclusão das investigações internas, foi constatado que se tratava de um evento único, praticado por um fornecedor da Companhia, cujo vínculo já havia se encerrado à época. Diante disto e da cooperação da Companhia, foi formalizada proposta de adesão ao Julgamento Antecipado, conforme Portaria Normativa CGU nº 19/2022, com pagamento de multa no valor de R\$ 2.003.571,00 (dois milhões, três mil, quinhentos e setenta e um reais).

Como forma de mitigação dos riscos, a Companhia priorizou a implementação dos procedimentos e ferramentas de *due diligence* de terceiros e passou a submeter a análise de contratações semelhantes às que deram causa às irregularidades à avaliação prévia da área de Compliance.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

a) Depósitos em garantia

Em setembro de 2020, a Companhia firmou um “Termo de Entendimento e Quitação de Obrigações” com a Refinadora Catarinense S.A., visando à quitação de dívida no valor de R\$ 101.990. Pelo acordo, a Refinadora transferiu à Companhia R\$ 89.517, referentes a valores depositados em processos de execução fiscal ajuizados contra a PBG S.A. Esse montante foi registrado, em outubro de 2020, como depósito em garantia no ativo não circulante, sendo atualizado ao longo do tempo. Em 2022, com a autorização judicial para levantamento parcial dos valores, a Companhia apresentou seguro garantia nos autos das execuções fiscais nº 0001185-67.2007.8.24.0072 (arquivada em abril de 2024) e nº 0003437-66.2011.8.24.0072, o que resultou na redução do valor depositado para R\$ 2.210 em 31 de dezembro de 2025.

b) Crédito-prêmio do IPI – “Polo Ativo”

O processo iniciou-se em 1984. Durante seu curso, chegou a tramitar perante o Supremo Tribunal Federal (STF), após, retornou à 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (vara original), para que fosse dado prosseguimento ao cumprimento de sentença. A Companhia, diante da manifestação prestada pela Contadoria Judicial – anexada ao processo em março de 2020 – em que informa não possuir conhecimento técnico para apresentar manifestação acerca das impugnações apresentadas pela União Federal e, considerando que os valores apresentados pela Companhia foram devidamente homologados, reconheceu a parcela tida como complementar no valor de R\$ 66.056 (base agosto de 2015).

No primeiro trimestre de 2020, o valor de R\$ 75,1 milhões foi reconhecido no ativo. Concomitantemente, no passivo, foram registrados os seguintes valores: (i) R\$ 56, 3 milhões referentes aos valores a serem pagos à Refinadora Catarinense, (ii) R\$ 1,7 milhões referentes a PIS/COFINS, (iii) R\$ 3.3 milhões referentes a IRPJ/CSLL diferidos. Adicionalmente, foram provisionados honorários de sucesso, e o valor líquido que cabe à Companhia é de R\$ 4,8 milhões. Em decisão de mérito, proferida em julho de 2022, acerca da impugnação ao cumprimento de sentença pela Fazenda Nacional, o juiz rejeitou os argumentos apresentados e, ainda, homologou os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial. Em face da referida decisão, a Fazenda Nacional apresentou Embargos de Declaração a qual restou rejeitado, mantendo-se incólume da decisão embargada.

Em 2023, em face das decisões que homologaram o cálculo, a Fazenda Nacional interpôs recurso ao TRF da 1ª Região que foi recebido sem a concessão de efeito suspensivo, com a determinação de apreciação do pleito após a apresentação das contrarrazões da Companhia.

4.7 Outras contingências relevantes

Os autos aguardam julgamento, sem movimentações relevantes no curso de 2024 e primeiro trimestre de 2025.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 (Fatores de Risco) e 4.3 (Principais Riscos de Mercado), informar

- a) **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2022 e revisada em 14 de agosto de 2023. Atualmente, a Companhia conduz um processo de revisão integral desta política, com previsão de nova aprovação e retomada das atividades operacionais de gestão ao longo de 2026.

- b) **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo**

Estabelecer os princípios, diretrizes e competências aplicáveis ao sistema de gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade no âmbito da PBG S.A., assegurando estrutura para identificar, avaliar, tratar e monitorar riscos em níveis compatíveis com o apetite aprovado e a estratégia de negócios.

A revisão em curso visa disciplinar a governança do tema em nível corporativo, orientar a articulação entre as linhas de defesa e servir como referência para os instrumentos operacionais vinculados.

I. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia considera os seguintes tipos de riscos, para gerenciamento:

- Estratégicos;
- Operacionais;
- Financeiros, de crédito e de liquidez;
- Reporte e divulgação;
- Regulatórios e de integridade/conformidade, incluindo desvios de conduta e atos de natureza ilícita;
- Tecnológicos, de segurança da informação e cibernéticos;
- Socioambientais, inclusive climáticos;
- Outros riscos materialmente relevantes à luz do contexto da Companhia.

II. Os instrumentos utilizados para proteção

Durante o exercício de 2025, os instrumentos de proteção focaram na supervisão direta

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

exercida pela Diretoria e pelo Comitê de Auditoria.

Adicionalmente, a Auditoria Interna atuou como um instrumento crítico de proteção, realizando avaliações independentes sobre a estrutura de controles internos e conformidade. Essa atuação permitiu a identificação de fragilidades e o monitoramento do ambiente de riscos de forma independente, suprimindo tecnicamente o hiato operacional das áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos enquanto se aguarda a reestruturação e nova implantação dos processos operacionais em 2026.

III. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de governança e gerenciamento de riscos da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, comitê de assessoramento (Comitê de Auditoria), Diretoria Corporativa, além de áreas especializadas e segregadas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna.

Diante do processo de revisão integral e reestruturação da governança do tema em curso, a articulação e a execução plena dessas responsabilidades operacionais estão programadas para serem retomadas ao longo do exercício de 2026.

A gestão de riscos na Companhia compreende as seguintes atribuições e responsabilidades:

- **Conselho de Administração**
 - i. Aprovar as Políticas Corporativas e suas revisões;
 - ii. Definir as diretrizes gerais de gerenciamento de riscos da Companhia;
 - iii. Aprovar o apetite, a tolerância e os limites aceitáveis de exposição a riscos, bem como suas revisões;
 - iv. Zelar para que a Diretoria mantenha mecanismos e controles internos adequados para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos a que a Companhia esteja exposta, inclusive no que se refere ao sistema de integridade/conformidade;
 - v. Supervisionar a exposição da Companhia a riscos e a adequação dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance;
 - vi. Receber prestação de contas da Diretoria sobre a eficácia desses sistemas;
 - vii. Deliberar sobre matérias relevantes relacionadas a riscos, controles internos e compliance submetidas à sua competência; e
 - viii. Acompanhar, com apoio do Comitê de Auditoria, a implementação das medidas relevantes de mitigação e aprimoramento.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Comitê de Auditoria:**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2025, foi aprovada a inclusão do Comitê de Auditoria no Estatuto Social da Companhia.

- Assessorar o Conselho de Administração na supervisão de riscos, controles internos, compliance e auditoria interna;
- Acompanhar a qualidade e a suficiência da estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos;
- Analisar reportes relevantes sobre riscos prioritários, deficiências de controle e planos de ação;
- Acompanhar a avaliação da eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance;
- Apoiar o Conselho na contratação ou substituição do auditor independente e na supervisão da sua atuação, estrutura, independência, qualidade e resultados dos seus trabalhos; e
- Emitir recomendações ao Conselho de Administração sobre matérias de sua competência.

- **Comitê de Ética**

- Assegurar a efetividade do sistema de compliance;
- Converter princípios e valores em normas sobre condutas admitidas e não admitidas;
- Acompanhar as ocorrências que envolvam condutas éticas praticadas pelos colaboradores da Companhia e de suas empresas controladas até a sua completa solução, coordenando as investigações de ilícitos ou irregularidades e recomendando penalidades a serem executadas pelos gestores imediatos, garantindo a equidade das sanções aplicadas;
- Assegurar medidas para elevar o nível de confiança (interna e externa), a imagem e a reputação da organização;
- Proteger o patrimônio físico e intelectual da organização;
- Supervisionar as atividades relacionadas aos canais de denúncias;
- Identificar oportunidades de melhoria dos processos internos relacionados ao Sistema de Gestão de Compliance.

- **Diretoria Corporativa**

- Estabelecer a estrutura operacional de Gestão de Riscos e Controles Internos dentro da Companhia;
- Apoiar nas decisões do Conselho de Administração no que se refere à mitigação dos riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- iii. Implementar e monitorar as atividades de Controles Internos, incluindo a manutenção de sua respectiva documentação;
- iv. Apoiar as áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos na avaliação do nível de apetite e tolerância a riscos de acordo com as diretrizes estratégicas;
- v. Estabelecer comunicação com os líderes das áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna, referente aos riscos corporativos e controles ineficazes;
- vi. Acompanhar o processo de gerenciamento de riscos e controles, subsidiando recursos (humanos, financeiros e tecnológicos) e monitorando a implementação de ações para o tratamento de riscos; e
- vii. Efetuar reporte junto a Gestão de Riscos ao Conselho de Administração acerca do gerenciamento dos riscos.

- **Diretores de Unidades de Negócio (Risk Owners)**

- i. Estabelecer e implementar planos de ação para o tratamento dos riscos, em conjunto com as áreas envolvidas, definindo responsáveis e prazos para conclusão;
- ii. Definir indicadores de monitoramento dos riscos;
- iii. Informar à área de Gestão de Riscos sobre alterações na probabilidade, impacto ou demais características relevantes dos riscos sob sua responsabilidade;
- iv. Promover e disseminar a cultura de gestão de riscos no âmbito da respectiva Unidade de Negócio.

- **Gestão de Riscos e Controles Internos**

- i. Propor e manter metodologias de gerenciamento de riscos e documentações internas;
- ii. Monitorar periodicamente o contexto interno e externo e a adequação aos requerimentos regulatórios;
- iii. Estruturar e atualizar a Matriz de Riscos Corporativos e o Dicionário de Riscos;
- iv. Propor critérios de avaliação e níveis de apetite/tolerância ao risco para aprovação do Conselho de Administração;
- v. Apoiar os Risk e Control Owners na identificação de riscos, elaboração de planos de ação e avaliação de controles;
- vi. Realizar avaliações periódicas (walkthroughs e testes de efetividade) para verificar a adequação dos controles internos.

Nota: Áreas sem atuação operacional no exercício de 2025.

- **Compliance**

- i. Supervisionar a concepção e implementação do sistema de gestão de compliance;
- ii. Identificar e gerenciar riscos de compliance relacionados às obrigações da

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Companhia e parceiros de negócio;

- iii. Documentar a avaliação dos riscos de compliance e acompanhar investigações internas e ações corretivas.

- **Auditoria Interna**

- i. Avaliar de forma independente, a estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos, reportando os resultados ao Comitê de Auditoria;
- ii. Elaborar e validar o plano anual de Auditoria Interna junto ao Comitê de Auditoria;
- iii. Comunicar ao Comitê de Auditoria sobre alterações significativas e eventuais impactos da limitação de recursos no cumprimento do plano anual de auditoria;
- iv. Monitorar a implementação dos planos de ação e reportar ineficiência ao Comitê de Auditoria.

- **Gestores das áreas (Control Owners)**

- i. Revisar os processos sob sua responsabilidade;
- ii. Apoiar a implementação dos planos de ação, garantindo a efetividade dos controles propostos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O processo de gerenciamento de riscos por meio de uma abordagem integrada encontra-se em fase de fortalecimento e aprimoramento contínuo pela Companhia, acompanhando as recentes evoluções em sua estrutura organizacional e em seu modelo de governança corporativa, incluindo a instituição do Comitê de Auditoria em caráter estatutário. Nesse contexto, o modelo de gerenciamento integrado de riscos vem sendo revisitado e alinhado às novas diretrizes estratégicas e operacionais da Companhia.

Paralelamente, conforme previamente mencionado, a Política de Gestão de Riscos Corporativos está passando por revisão, com o objetivo de assegurar aderência à estratégia corporativa, aos objetivos de negócio e à evolução do ambiente regulatório e de governança da Companhia. Como parte desse processo de maturação e consolidação, está previsto o restabelecimento das equipes, rotinas e atividades operacionais das áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, de modo que, até o encerramento do exercício de 2026, os resultados, monitoramentos e avaliações da área voltem a ser reportados de forma recorrente ao Comitê de Auditoria.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Durante o ano de 2023, a área de Gestão de Riscos e Controles Internos efetuou o mapeamento do ambiente de riscos e controles internos em processos selecionados, implementou um sistema integrado de Gestão de Riscos e Controles e Políticas Corporativas e atua periodicamente no monitoramento dos planos de ação, testes de efetividade e aprimoramento dos controles.

Atualmente os controles internos efetivamente implementados estão relacionados à conformidade de demonstrações financeiras, a Administração entende que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiáveis para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais.

O processo de monitoramento permanente dos controles internos para a mitigação de riscos operacionais e de conformidade está em fase de implementação pela Companhia. A Companhia busca aumentar o nível de automatização e integração dos sistemas utilizados através da utilização do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

As demonstrações financeiras são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, contando com a assessoria do Comitê de Auditoria. Adicionalmente, conta com o apoio do Comitê Executivo de Riscos, responsável dentre outras funções, por assegurar o monitoramento dos riscos e integridade das atividades de controles internos. Os controles internos relacionados à conformidade de demonstrações financeiras são monitorados pela Controladoria e os controles internos para a mitigação de riscos operacionais e estratégicos são monitorados pela área de Compliance, Riscos e Controles Internos.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As áreas de Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos apoiam as equipes da Companhia na identificação, avaliação, comunicação, tratamento e monitoramento dos riscos. Adicionalmente, a área de auditoria interna atua com revisões independentes nos processos da Companhia. Tais trabalhos são reportados pelos respectivos responsáveis ao Comitê de Auditoria e Comitê Executivo de Riscos. Para as deficiências identificadas é solicitado às áreas a elaboração de um plano de ação, com indicação de responsável e data de implantação. Cabe ressaltar que os planos de ação são acompanhados pelas áreas

5.2 Descrição dos controles internos

anteriormente citadas.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pela auditoria independente relativo ao exercício de 2025, foi apontada a seguinte deficiência significativa.

- Ausência de informações completas sobre operações submetidas a aprovação de órgãos de Governança
- Ausência de atualização das contingências com os advogados externos;
- Ausência de evolução no endereçamento das deficiências reportadas em 2024

As demais recomendações para aprimoramento de processos e controles, classificadas como outras deficiências foram reportadas às suas respectivas áreas, para elaboração de um plano de ação com indicação de responsável e data de implementação.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Todas as deficiências de controle reportadas pelo auditor independente, tem seus planos de ação estabelecidos e monitorados periodicamente pela Administração da Companhia através do Comitê de Auditoria, comitê que passou a ser estatutário no ano de 2026..

A Companhia entende que embora haja recomendações para melhorar os controles, identificados na revisão da auditoria externa, os Diretores da Companhia entendem que os itens não impactaram a confiabilidade das demonstrações financeiras.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo

A Companhia possui regras e práticas vigentes para combater possíveis fraudes ou ilícitos contra a administração pública, descritas em seu Código de Conduta Ética, o qual estabelece as diretrizes para as interações entre seus administradores e colaboradores com seus públicos de relacionamento, em especial, neste caso, com o poder público.

A Companhia não permite o oferecimento ou a entrega, direta ou indiretamente, de qualquer tipo de contribuição, doação, favores ou envio de presentes a entidades governamentais ou funcionários públicos, a fim de que estes ajam ou utilizem sua influência com o objetivo de auxiliar a Companhia a ganhar um negócio ou obter vantagem imprópria.

Para complementar o seu compromisso anticorrupção, o Programa de Compliance da Companhia foi desenhado levando em conta os requisitos da Lei nº 12.846/13, Decreto nº 11.129/2022 e melhores práticas de mercado.

Em 2023, a Companhia implementou um sistema de gestão de riscos para acompanhar a avaliação realizada em 2021, considerando os seguintes riscos: (1) corrupção pública, (2) corrupção privada e fraudes, (3) uso de interposta pessoa, (4) dificultar investigações e fiscalizações, (5) assédio, discriminação e preconceito, (6) conflitos de interesses, (7) *insider trading*, (8) compliance regulatório e (9) compliance ambiental. Também foram implementados procedimentos de *due diligence* para avaliação dos terceiros com quem a Companhia se relaciona, com o apoio de ferramentas automatizadas, além de treinamentos EaD abordando os temas relacionados aos riscos de compliance.

Os critérios de compliance para terceiros também foram incluídos no Programa de Excelência, o qual traz requisitos de avaliação e melhoria das lojas próprias e franqueadas, através do Pilar ESG, bem como foram incluídas diretrizes anticorrupção e de prevenção à conflitos de interesses nos instrumentos contratuais formalizados pela Companhia.

Em 2024, a Companhia promoveu campanhas voltadas à Prevenção ao Conflito de Interesses, conferindo maior robustez aos procedimentos de KYE (*Know Your Employee*), KYS (*Know Your Supplier*) e KYC (*Know Your Customer*).

Durante os anos anteriores, foram conduzidas avaliações de riscos operacionais e estratégicos. A revisão da metodologia de avaliação de riscos encontra-se em andamento,

5.3 Programa de integridade

com previsão de consolidação e finalização em 2026, com a reavaliação dos riscos já mapeados, considerando a nova abordagem metodológica e possíveis mudanças estratégicas nas operações da Companhia.

I. Principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados

A Companhia está atenta às exigências da Lei Anticorrupção e seu regulamento (Lei nº 12.846/13 e Decreto nº 11.129/2022, respectivamente), estabelecendo em seu código de conduta práticas consideradas ilícitas na condução de nossos negócios.

Dentre essas práticas são destacadas: (1) a proibição, no exercício de sua função, de obter ganhos para si, para terceiros ou para a empresa, mediante fraude; (2) proibição de praticar atos de suborno, corrupção (ativa ou passiva) ou “Pagamentos de Facilitação”, seja oferecendo/recebendo dinheiro ou quaisquer outros benefícios, para conquistar alguma vantagem indevida para si, para terceiros, para agentes públicos ou para a empresa; (3) a comunicação ativa com gestores para prevenir oferecimentos ou solicitações de favores; (4) a intolerância a práticas ilícitas de fornecedores na condução de nossos negócios; e (5) a proibição de aceitação de benefícios pessoais impróprios com o intuito de ganhar ou manter um negócio ou outras vantagens de terceiros, sejam eles do setor público ou privado.

II. Estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento dos procedimentos de integridade

- **Comitê de Ética:** Formado por seis membros entre diretores não estatutários e média gerência do Grupo, o Comitê está vinculado à Presidência da PBG. É responsável pela gestão e aplicação do Código de Conduta Ética da Portobello, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade. Além disso, este comitê analisa e gerencia os casos de violação do código, recomendando as medidas necessárias para as alçadas responsáveis. Cabe também ao Comitê de Ética a supervisão da efetividade do Programa de Compliance e dos canais de comunicação.
- **Compliance:** Atualmente, a área de Compliance, está estruturada sob a liderança de um Diretor Jurídico e de Compliance, contando com orçamento próprio e estrutura dedicada. O Compliance Officer foi formalmente designado, acumulando a função de Diretor da área. A área reporta-se diretamente ao Diretor Presidente do Grupo e é responsável por acompanhar, implementar e supervisionar a gestão do Programa de Compliance da PBG S.A., assegurando sua efetividade, atualização contínua e aderência às melhores práticas de governança corporativa. Entre as principais responsabilidades da Coordenação, destacam-se: (i) a avaliação e proposta de revisão das políticas e procedimentos internos relacionados à conformidade, bem como do Código de Conduta Ética; (ii) a condução de treinamentos voltados às normas, políticas e demais instrumentos de integridade; (iii) a gestão dos canais de comunicação e

5.3 Programa de integridade

denúncias; (iv) a identificação e avaliação de riscos de compliance, estratégicos e operacionais; (v) o monitoramento do ambiente de controles internos da Companhia; e (vi) a gestão das Políticas Corporativas.

- **Auditoria Interna:** A auditoria interna é supervisionada pelo Comitê de Auditoria, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. Tem como missão proteger e aumentar o valor organizacional fornecendo avaliação, assessoria e conhecimentos independentes baseados em uma abordagem de riscos e contribuindo para o atingimento dos objetivos estratégicos da organização e para a melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, observando e aplicando os princípios de integridade, objetividade, confidencialidade e competência.
- **Comitê de Auditoria:** As áreas de Compliance, Riscos e Controles Internos, o Comitê de Ética e a Auditoria Interna reportam-se periodicamente ao Comitê de Auditoria da Companhia, com a finalidade de assegurar a devida transparência e visibilidade de suas atividades ao Conselho de Administração, bem como de promover a melhoria contínua dos processos e práticas de Compliance. Ressalta-se, ainda, que o Comitê de Auditoria passou a ter natureza estatutária a partir de dezembro de 2025, conforme deliberação aprovada em Assembleia Geral Extraordinária.

III. Se o emissor possui código de ética ou de conduta

A Companhia possui Código de Conduta Ética aplicável a todos os administradores e colaboradores, incluindo suas controladas. O documento é disponibilizado aos colaboradores no momento da admissão e amplamente comunicado à organização sempre que há atualizações em seu conteúdo.

O Código institui os valores éticos da Companhia e aborda diretrizes e regras de condutas aplicáveis a todos os seus colaboradores, incluindo aspectos de integridade, conflito de interesses, valorização das pessoas, relacionamentos internos, com meio ambiente, com fornecedores, com órgãos governamentais e com clientes, aspectos de fraude, corrupção e suborno, entre outros itens.

Em setembro de 2022 foi publicada a atualização do Código, denominado “Código de Conduta Ética”, aprovada pelo Conselho de Administração. A nova versão abrange, além do público interno, os franqueados, parceiros de negócios, fornecedores e quaisquer outros terceiros que se relacionem com a Companhia. O Código de Conduta Ética passou por uma nova revisão para inclusão de pequenos ajustes relacionados ao Regulamento do Novo Mercado em março de 2025, sendo que não houve alterações materiais significativas. O Código de Conduta Ética é mantido disponível para consulta na intranet da Companhia, bem como no site do Canal de Denúncias (<https://canalintegro.com.br/Portobello>) e no Portal de Relações com Investidores (<https://ri.portobello.com.br/>).

5.3 Programa de integridade

Para facilitar a comunicação com o público interno, a Companhia também elaborou o Manual de Condutas Éticas, o qual traz orientações complementares ao Código, com foco em sua aplicação prática no cotidiano dos colaboradores.

Todos os temas abordados no Código de Conduta Ética e no Manual de Condutas Éticas da Companhia foram abordados em campanhas de comunicação e conscientização, bem como por treinamentos presenciais e EaD executados no curso de 2025.

O não cumprimento ou a violação das premissas existentes no Código pode implicar em sanções administrativas, a depender da gravidade, podendo chegar ao desligamento de um colaborador ou à rescisão contratual, em caso de empresas contratadas, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, conforme o previsto no procedimento interno de aplicação de medidas disciplinares.

A Companhia também possui uma Política de Gestão de Terceiros, disponível para consulta no Portal de Relações com Investidores (<https://ri.portobello.com.br/>). Esse documento estabelece as diretrizes que orientam a conduta nos negócios realizados pela Companhia e contempla procedimentos de *due diligence*, bem como regras de conduta aplicáveis a fornecedores e demais públicos com os quais a Companhia mantém relacionamento, tais como franqueados, representantes comerciais e parceiros de negócios.

b) Se o emissor possui canal de denúncia

A Companhia possui canal de denúncias independente, administrado pela empresa Iaux Brasil Assessoria Empresarial Ltda, denominado "Canal da Ética". O Canal da Ética está aberto para o público interno e externo e pode ser acessado através do link www.canalintegro.com.br/Portobello (disponível 24 horas por dia, sete dias por semana) ou do telefone 0800 580 2831 (disponível de segunda a sexta, das 08h às 20h).

I. Se o canal de denúncias é interno, indicando, em caso positivo

O canal de denúncias é independente e administrado pela empresa Iaux Brasil Assessoria Empresarial Ltda.

II. Se o canal está aberto para recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está disponível para o público interno e para o público em geral, sendo divulgado também nos contratos formalizados com terceiros, nos materiais divulgados para franqueados e no Portal de Relações com Investidores da Companhia.

5.3 Programa de integridade

III. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O canal possibilita o registro de relatos anônimos e o sistema não coleta gravações, registros de IP, cookies ou outras informações que possam identificar os usuários. A Companhia dispõe de uma Política de Proteção ao Comunicante de Boa-fé, divulgada internamente e no site do próprio canal de denúncias.

IV. Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela análise e apuração das denúncias recebidas é a área de Compliance. A análise dos registros e a deliberação acerca das medidas de tratamento das denúncias é do Comitê de Ética.

c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais, não foram identificados casos confirmados de corrupção, desvios, fraudes, irregularidades ou quaisquer atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública previstos em seu Código de Conduta Ética, bem como diretrizes complementares, cuja implementação está em andamento, como parte de um processo de melhoria contínua.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em relação ao último exercício social, a administração entende que não houve alteração significativa nos principais riscos a que está exposta e, tem como prática o monitoramento contínuo dos riscos e controles relacionados.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

A Companhia não possui outras informações que julgue relevantes a serem disponibilizadas.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AUGUSTO LOPES GOMES						
097.646.979-09	Brasil	Sim	Sim	16/08/2017		
Não						
8.889.964	6,306	0	0,000	8.889.964	6,306	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BEATRIZ REBELLO SALLES						
019.266.869-26	Brasil	Sim	Sim	19/02/2018		
Não						
3.411.884	2,420	0	0,000	3.411.884	2,420	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CARLOS EDUARDO ZOPPELLO BRENNAND						
029.598.008-77	Brasil	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
2.703.802	1,918	0	0,000	2.703.802	1,918	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CAROLINA CONSONI GOMES MALUCELLI						
005.529.979-27	Brasil	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
3.500.000	2,483	0	0,000	3.500.000	2,483	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CAROLINA CZERNAY GUTIERREZ						
005.692.859-92	Brasil	Sim	Sim	28/03/2023		
Não						
4.155.000	2,947	0	0,000	4.155.000	2,947	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	4,139,865	10.952	2.936	2.936		
CESAR GOMES JUNIOR						
305.583.019-91	Brasil	Sim	Sim	30/03/2020		
Não						
22.256.419	15,786	0	0,000	22.256.419	15,786	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	22,256,419	58.877	15.786	15.786		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CÉSAR GOMES NETO						
006.211.549-97	Brasil	Sim	Sim	30/03/2020		
Não						
5.405.756	3,834	0	0,000	5.405.756	3,834	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DANIEL GOMES VIEIRA						
530.997.889-53	Brasil	Sim	Sim	15/08/2019		
Não						
805.000	0,571	0	0,000	805.000	0,571	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
EDUARDO CZENAY GUITIERREZ						
003.623.319-60	Brasil	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
5.917.066	4,197	0	0,000	5.917.066	4,197	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ELEONORA RAMOS GOMES						
013.808.518-82	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024		
Não						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
GABRIELA RICHTER GOMES						
007.489.389-07	Brasil	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
5.361.376	3,803	0	0,000	5.361.376	3,803	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	5,361,376	14.183	3.803	3.803		
GUSTAVO CZERNAY GUTIERREZ						
004.113.839-22	Brasil	Sim	Sim	16/10/2018		
Não						
300.000	0,213	0	0,000	300.000	0,213	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	300,000	0.794	0.213	0.213		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Junior Administração Bens Part. Soc. Ltda						
03.609.424/0001-46	Brasil	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
4.371.700	3,101	0	0,000	4.371.700	3,101	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LUCIA GOMES VIEIRA DELLAGNELO						
593.613.879-87	Brasil	Sim	Sim	04/08/2015		
Não						
810.500	0,575	0	0,000	810.500	0,575	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	810,500	2.144	0.575	0.575		
LUCIO REBELLO						
042.547.779-73	Brasil	Sim	Sim	19/02/2018		
Não						
3.412.984	2,421	0	0,000	3.412.984	2,421	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	3,412,984	9.029	2.421	2.421		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MARCELO CONSONNI GOMES						
008.532.629-18	Brasil	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
3.503.000	2,485	0	0,000	3.503.000	2,485	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARIA AMELIA GOMES VIEIRA						
024.514.519-20	Brasil	Sim	Sim	13/11/2017		
Não						
207.800	0,147	0	0,000	207.800	0,147	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARIA CRISTINA GOMES VIEIRA						
656.463.129-49	Brasil	Sim	Sim	28/07/2015		
Não						
717.250	0,509	0	0,000	717.250	0,509	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	717,250	1.897	0.509	0.509		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MIRIAM GOMES VIEIRA DE ANDRADE						
745.543.959-87	Brasil	Sim	Sim	06/09/2017		
Não						
803.000	0,570	0	0,000	803.000	0,570	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	803,000	2.124	0.570	0.570		
NILTON TORRES DE BASTOS FILHO						
217.335.658-50	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024		
Não						
8.250.000	5,852	0	0,000	8.250.000	5,852	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PATRICIA BASTOS AUERBACH						
217.335.618-62	Brasil	Sim	Sim	30/04/2024		
Não						
8.250.000	5,852	0	0,000	8.250.000	5,852	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PBG Participações Societárias Ltda						
15.033.377/0001-14	Brasil	Sim	Sim	20/08/2014		
Não						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PGG PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA						
39.938.112/0001-23	Brasil	Sim	Sim	19/06/2023		
Não						
3.098.766	2,198	0	0,000	3.098.766	2,198	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
VALERIO GOMES NETO						
245.328.949-72	Brasil	Sim	Sim	02/04/2014		
Não						
345.904	0,245	0	0,000	345.904	0,245	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
44.509.715	31,570	0	0,000	44.509.715	31,570	
TOTAL						
140.986.886	100,000	0	0,000	140.986.886	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PGG PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA				39.938.112/0001-23		
GUSTAVO CZERNAY GUTIERREZ						
004.113.839-22	Brasil	Sim	Sim	04/09/2023		
Não						
270.000	100,000	0	0,000	270.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
270.000	100,000	0	0,000	270.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Junior Administração Bens Part. Soc. Ltda				03.609.424/0001-46		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PBG Participações Societárias Ltda				15.033.377/0001-14		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	14.556
Quantidade acionistas pessoa jurídica	116
Quantidade investidores institucionais	21

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	44.375.712	31,475%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	44.375.712	31,475%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Companhia Brasileira de Cerâmica S.A.	20.465.785/0001-85	98,85
Mineração Portobello Ltda.	83.713.495/0001-23	99,99
PBTECH Comercio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda.	05.876.012/0001-06	99,94
PORTOBELLO AMÉRICA, INC – USA	00.000.000/0000-00	100
Portobello Shop S/A	05.345.379/0001-95	99,9

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

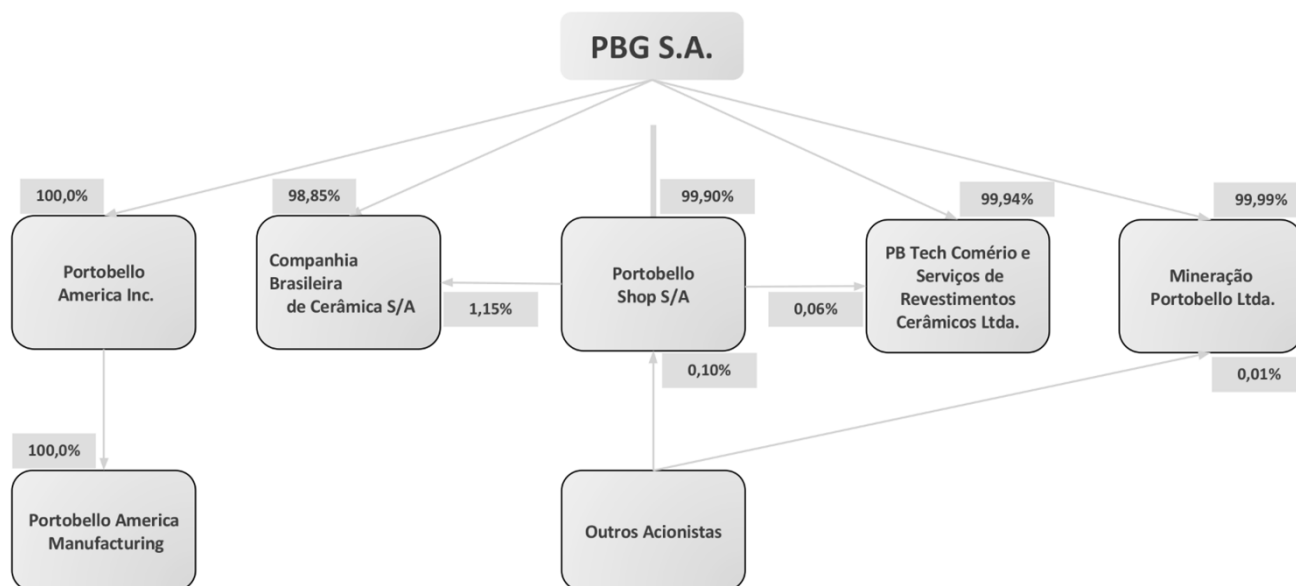
6.5. Organograma dos acionistas e do grupo econômico

- a) **Todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações**

Destacamos no tópico 6.1 e 6.2 as informações relacionadas à posição acionária atualizada com o último acordo dos acionistas. Abaixo destacamos os acionistas que fazem parte do grupo de controle e que possuem posições acionárias superiores a 5% de ações ordinárias:

Acionista	CPF/CNPJ	Nacionalidade	Quantidade ações ordinárias	%Total de Ações
Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Brasileiro	22.256.419	15,79%
Augusto Lopes Gomes	097.646.979-09	Brasileiro	8.889.964	6,31%
Nilton Torres de Bastos Filho	217.335.658-50	Brasileiro	8.250.000	5,85%
Patricia Bastos Auerbach	217.335.618-62	Brasileiro	8.250.000	5,85%

- b) **Principais controladas e coligadas do emissor**
- c) **Participações do emissor em sociedades do grupo**
- d) **Participações de sociedades do grupo no emissor**
- e) **Principais sociedades sob controle comum**



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando

a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui política formal que estabelece critérios e procedimentos para indicação e eleição de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária. As indicações observam a legislação aplicável, o Estatuto Social e normas de governança corporativa, buscando uma composição multidisciplinar, com diversidade de experiências, conhecimentos e alinhamento estratégico.

Os candidatos devem atender a requisitos como reputação ilibada, ausência de conflitos de interesse, alinhamento com os valores da Companhia, experiência profissional relevante e disponibilidade de tempo. Para cargos de administração, também são considerados formação acadêmica e capacidade de execução estratégica.

A indicação pode ser realizada por acionistas (no caso do Conselho) ou pelo próprio Conselho de Administração (para Comitês e Diretoria), sendo a eleição feita pela Assembleia Geral ou pelo Conselho, conforme o cargo. Há ainda critérios específicos para conselheiros independentes, incluindo requisitos de independência e vedações.

O documento foi publicado no site de relações com investidores da Companhia em abril de 2022, podendo ser consultado em: <https://ri.portobello.com.br>.

Em abril de 2026, foi aprovada a Política de Indenidade da Companhia, reforçando sua estrutura de governança corporativa e estabelecendo diretrizes para a proteção de administradores e demais beneficiários elegíveis no exercício de suas funções.

b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo

I. Periodicidade das avaliações e sua abrangência

A remuneração individual é avaliada anualmente a partir de estudos considerando as práticas salariais de mercado e a avaliação de performance do período.

II. Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

A estratégia de remuneração da Companhia é estruturada com base em práticas de mercado, visando atrair, reter e engajar profissionais qualificados para a execução das diretrizes estratégicas aprovadas pelos acionistas.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A remuneração fixa, associada a um pacote de benefícios compatível com o mercado, promove a atratividade e competitividade no curto prazo. Já a remuneração variável de curto prazo (PPR) é vinculada ao atingimento de metas corporativas e individuais, incentivando o foco em resultados sustentáveis no médio prazo.

Para o longo prazo, a Companhia poderá adotar programas de incentivo vinculados ao desempenho contínuo e à criação de valor duradouro, reforçando o compromisso dos executivos com os objetivos estratégicos e a perenidade do negócio.

A composição da remuneração busca, assim, alinhar os interesses dos administradores aos da Companhia e de seus acionistas, promovendo uma gestão orientada a resultados, com visão integrada de curto, médio e longo prazos.

As metas utilizadas para a apuração do PPR são definidas com base no orçamento corporativo e incluem a previsão de custos do programa. Ao final de cada exercício, o desempenho é avaliado e a remuneração variável é calculada conforme os parâmetros estabelecidos.

III. Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A gestão dos indicadores é realizada através dos sistemas *Stratws* e *Qulture Rocks*.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Conselho de Administração aprovou em abril de 2022 a Política de Transações com Partes Relacionadas, que traz as regras para administração de conflitos de interesses em transações envolvendo pessoas de influência relevante. Adicionalmente, o Código de Conduta Ética da Companhia e a Política de Prevenção ao Conflito de Interesses aprovada em agosto de 2024, estabelecem diretrizes para a identificação e administração de conflitos de interesses em geral, aplicáveis a todos os colaboradores da Companhia.

d) Por órgão

Item respondido em quadro separado.

I. Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

13 pessoas – sendo 1 mulher e 12 homens.

II. Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

13 pessoas autodeclaradas brancas.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

III. Número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não há outros atributos de diversidade mapeados no momento

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

O Portobello Grupo mantém seu compromisso com diversidade, inclusão e desenvolvimento humano. Em 2025, a Portobello Shop avançou na promoção da equidade de gênero em posições de liderança, com mulheres representando 56% dos cargos de gestão da unidade.

A Companhia também manteve o cumprimento integral da cota de PCDs na Portobello Shop e ampliou iniciativas de inclusão social por meio da contratação de 14 profissionais em parceria com o programa FUNAP, voltado à ressocialização de pessoas privadas de liberdade no CD de Jundiaí (SP).

Na Cerâmica Portobello, foi implementada a plataforma Profera Play, direcionada à educação em diversidade e inclusão, além da realização da primeira edição do Cine Diversidade.

Em 13 de maio de 2026, foi publicado o Relatório de Sustentabilidade referente ao exercício de 2025, disponível no site institucional da Companhia e no portal de Relações com Investidores.

Relatório de sustentabilidade 2025:

Ao final de 2025, o Portobello Grupo manteve equipes distribuídas entre suas unidades industriais, varejo, logística e operações internacionais, totalizando 4.187 colaboradores, sendo 1.424 mulheres, 2.762 homens e 1 colaborador classificado em outras categorias.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Funcionários

GRI 2-7

REGIÃO	2024			2025			
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Outros	Total
Ceramica Portobello + Corporativo	731	1.672	2.403	744	1.745	0	2.489
Pointer	117	378	495	113	344	0	457
Portobello Shop (lojas próprias)	224	111	335	225	102	0	327
Portobello Shop (BackOffice)	171	99	270	173	102	0	275
Portobello Shop (Logística/Oficina)	97	262	359	93	266	0	359
Portobello America	92	190	282	76	203	1	280
TOTAL	1.432	2.712	4.144	1.424	2.762	1	4.187

Localização dos funcionários: Santa Catarina (Ceramica Portobello, Corporativo, backoffice e logística da Portobello Shop), Alagoas (Pointer), São Paulo, Pernambuco, Goiás e Rio de Janeiro (Logística/Oficina e backoffice Portobello Shop), Tennessee (Portobello America) e cinco regiões brasileiras por meio de 30 lojas próprias (Portobello Shop).

Dados de 31/12/2025 e de 31/12/24.

Diferentemente do indicador 405-1, que não traz os dados da Portobello America, o indicador 2-7 compila as informações da unidade.

As unidades não contam com colaboradores sem carga horária definida.

Pointer: aprendizes e estagiários são contratados em regime de tempo parcial (sendo 29 mulheres e 12 homens), e os demais colaboradores (tanto permanentes, quanto temporários) são contratados em regime de tempo integral.

Funcionários temporários

REGIÃO	2024				2025		
	Mulher	Homem	Outros	Total	Mulher	Homem	Total
Ceramica Portobello e Corporativo	30	49	0	79	8	22	30
Portobello Shop - Lojas Próprias	0	2	0	2	1	0	1
Portobello Shop - BackOffice	12	5	0	17	3	0	3
Portobello Shop - Logística/Oficina	3	17	0	20	0	10	10
Portobello America	0	9	1	10	3	5	8
TOTAL	45	82	1	128	15	37	52

A unidade Pointer não tem funcionários temporários.

FUNCIONÁRIOS POR REGIME DE TRABALHO

	2023		2024		2025	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Permanentes	1.340	2.735	1.432	2.712	1.424	2.762
Temporários	36	115	45	82	15	37
TOTAL	1.376	2.850	1.477	2.794	1.439	2.799

Este quadro apresenta a composição dos colaboradores e integrantes de órgãos de governança do Portobello Grupo, detalhando gênero, faixa etária e distribuição por categoria funcional em 2024 e 2025.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Diversidade em órgãos de governança e empregados

GRI 405-1.a

INTEGRANTES EM ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA									
2024									
Empresa	Total	Mulheres	% Mulheres	Homens	% Homens	De 30 a 50 anos	% de 30 a 50 anos	Acima de 50 anos	% acima de 50 anos
Cerâmica Portobello + Corporativo	23	5	21,7	18	78,3	9	39,1	14	60,9
Pointer	2	0	0	2	100	0	0	2	100
Portobello Shop	1	0	0	1	100	1	100	0	0

Diversidade entre funcionários (por unidade operacional)

GRI 405-1

CERÂMICA PORTOBELLO												
Categoria funcional	2024						2025					
	Mulheres	Homens	Menos de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos	TOTAL	Mulheres	Homens	Menos de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos	TOTAL
Conselho	4	8	0	2	10	12	4	8	0	2	10	12
Diretoria	3	7	0	5	5	10	1	10	0	7	4	11
Gerencia	12	27	0	29	10	39	12	26	0	25	13	38
Coordenação	30	44	1	62	11	74	27	49	4	62	10	76
Operação	594	1.523	516	1.360	241	2.117	645	1.565	593	1.336	281	2.210
Estagiário	19	8	27	0	0	27	6	6	12	0	0	12
Aprendiz	69	55	124	0	0	124	49	81	130	0	0	130
TOTAL	731	1.672	668	1.458	277	2.403	744	1.745	739	1.432	318	2.489
% sobre o total	30,4	69,6	27,8	60,7	11,5	100	29,9	70,1	29,7	57,5	12,8	100,0

31/12/24 e 31/12/25.

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva do Portobello Grupo acompanham e apoiam a supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima, considerando sua relevância para a estratégia de longo prazo da companhia.

O Relatório de Sustentabilidade 2025 evidencia esse compromisso por meio de ações ligadas à gestão de emissões e eficiência de recursos.

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração que determina a os papéis de cada órgão, incluindo comitês de assessoramento e demais áreas e colaboradores. Esta política está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.portobello.com.br/>)

As principais responsabilidades dos órgãos da Administração com relação à Gestão de Riscos podem ser consultadas no item 5.1, 'b', III, do presente formulário.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	1	9	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	0	10	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	0	10	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar

a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A estrutura de governança corporativa do PBG tem como principal órgão o Conselho de Administração, guardião da cultura e dos valores da Companhia, a quem cabe a orientação geral dos negócios.

Reportam-se ao Conselho os seus Comitês de Assessoramento, Comitê de Auditoria, Comitê Estratégico, Comitê de Design, Comitê de Internacionalização e Comitê de Sustentabilidade, e a Diretoria Executiva.

b) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração da Companhia escolhe o auditor externo e, se necessário, o destitui. O acompanhamento e fiscalização dos trabalhos é realizado pelo Comitê de Auditoria (conforme o Regimento Interno do Comitê de Auditoria), que se reúne com os auditores independentes em periodicidade mínima trimestral para discussão do plano anual de auditoria, acompanhamento dos trabalhos, discussão dos principais pontos de auditoria e análise de eventuais recomendações.

A contratação da auditoria independente está de acordo com a legislação em vigor. Adicionalmente, a escolha da auditoria independente deve ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria conforme o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e aprovada pelo Conselho de Administração.

c) Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

As questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de Conformidade são reportadas ao Conselho de Administração, através do Comitê de Sustentabilidade (foco ASG) e do Comitê de Auditoria (conformidade), considerando as informações relevantes coletadas nos trabalhos realizados pela auditoria interna e nos reportes periódicos da área de compliance.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome CESAR GOMES JUNIOR **CPF:** 305.583.019-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 26/05/1957

Experiência Profissional: Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UEDESC.

Na sua experiência, se incluem as seguintes posições: Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S.A., Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc. É também membro do Conselho Consultivo do CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina e atualmente é o Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente		01/05/2026	Não	01/05/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CLÁUDIO AVILA DA SILVA **CPF:** 179.169.099-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 02/07/1953

Experiência Profissional: Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC. Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Vice Presidente Cons. de Administração		01/05/2026	Não	30/04/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GERALDO LUCIANO MATTOS JUNIOR **CPF:** 144.388.523-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 08/03/1963

Experiência Profissional: Formação: Graduação em Administração de Empresas (Universidade Estadual do Ceará) e Direito (Universidade de Fortaleza), assim como e mestrado em Administração de Empresas (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Coppead).

Principais Cargos Exercidos: Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores de M Dias Branco (até novembro de 2019) ; Membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: Hapvida participações, Portobello e Assaí Atacadista.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Presidente do Conselho de Administração		01/05/2026	Não	01/05/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCIO LEAL DA COSTA LOBO **CPF:** 016.783.167-41 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 24/07/1970

Experiência Profissional: Engenheiro mecânico formado pela PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) - 1992, Pós-graduação em Finanças pelo Departamento de Engenharia Industrial da PUC-RJ - 1994. Profissional com forte experiência na área financeira, atualmente atua como Investment Banking na Órama, e Partner na Hunter Capital. É membro do Conselho Administrativo da Multilog desde abril de 2022, membro do Conselho de Administração da Pedra Branca desde julho de 2018 e membro do Conselho de Administração da RV Tecnologia desde setembro de 2018.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		01/05/2026	Sim	28/04/2023

Nome MARIA LAURA DE SANTOS TARNOW **CPF:** 014.714.517-12 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Comunicação Social **Data de Nascimento:** 29/11/1969

Experiência Profissional: Profissional com 30 anos de experiência em empresas de bens de consumo de público de diversos segmentos sociais, lidando com uma ampla de temas estratégicos, operacionais e organizacionais. Atua no Conselho de Administração do Grupo Soma desde julho de 2020, Presidente do Conselho Consultivo do Grupo Rascal desde novembro de 2021 e Membro do Conselho Consultivo Softys desde julho de 2022.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		01/05/2026	Sim	12/05/2023

Nome MAURO DO VALLE PEREIRA **CPF:** 376.466.139-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 29/01/1959

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pela ESAG - Escola Superior de Administração e Gerência, com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Portobello Grupo, com início em 1978, atuando em diversas áreas, entre elas as Diretorias de Exportação, Operações e Comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		01/05/2026	Sim	12/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome NILTON TORRES DE BASTOS FILHO **CPF:** 217.335.658-50 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/11/1976

Experiência Profissional: Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da USP e MBA pela Stern School of Business – NYU.

Atuou como consultor, tendo trabalhado em projetos relacionados a estratégia e operações para Editora Abril, Editora Attica Scipione, Klabin, Latam Airlines, entre outras. Foi Diretor Industrial e Comercial da PBG S.A., CEO da Lubrasil Lubrificantes Ltda e Banker na Turim MFO.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2026	Não	28/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ROMAEL SOSO **CPF:** 810.525.610-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 14/06/1981

Experiência Profissional: Diretor Vice-Presidente de Varejo e Inovação da Portobello S.A. desde 2025. Atua no Grupo desde 2021, onde exerceu a função de CEO da Portobello Shop, liderando iniciativas de transformação digital, excelência operacional e expansão.

Acumulou experiências executivas em empresas de grande porte, como Lojas Renner, Cia. Hering e Grendene, com foco em branding, canais de distribuição e desenvolvimento de mercado. Iniciou sua trajetória na NEOgás.

É graduado em Administração com ênfase em Negócios Internacionais pela FSG, com MBA em Marketing pela Fundação Getulio Vargas e programas executivos em instituições como Columbia Business School, Kellogg School of Management, Disney Institute, Insper e Unisinos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/05/2025	2 anos	Outros Diretores	Diretor Vice-Presidente de Inovação e Varejo	14/05/2025		12/05/2025

Nome RONEI GOMES **CPF:** 691.383.119-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 11/07/1971

Experiência Profissional: Contador, formado pela UFSC e com MBA em Finanças pela Fordham University (EUA), possui mais de 30 anos de experiência nas áreas de Finanças, Tecnologia da Informação e Supply Chain em organizações globais de bens de consumo, como Reckitt Benckiser, Kraft Foods/Mondelez, British American Tobacco e Mars. Atuou como CFO por cerca de 20 anos, foi Diretor Regional de Finanças e CFO América Latina na Reckitt Benckiser, tendo também ocupado posições de liderança na Kraft Foods/Mondelez, incluindo CFO Brasil e América Latina, além de atuação em Relações com Investidores. Possui certificação como conselheiro pela Harvard Business School (EUA).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	04/05/2026	2 anos.	Diretor Financeiro / Diretor de Relações com Investidores		04/05/2026		07/05/2020

7.4 Composição dos comitês

Nome: CESAR GOMES JUNIOR **CPF:** 305.583.019-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 26/05/1957

Experiência Profissional: Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC.

Na sua experiência, se incluem as seguintes posições: Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S.A., Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc. É também membro do Conselho Consultivo do CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina e atualmente é o Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	01/05/2026	1 ano	Comitê Estratégico		30/04/2026	28/04/2023
Outros Comitês		Presidente do Comitê	01/05/2026	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		30/04/2026	28/04/2023
Outros Comitês		Presidente do Comitê	01/05/2026	1 ano	Comitê de Internacionalização		30/04/2026	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: CLÁUDIO AVILA DA SILVA **CPF:** 179.169.099-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 02/07/1953

Experiência Profissional: Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC. Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Presidente do Comitê	10/12/2025	2 anos			10/12/2025	10/12/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2026	1 ano	Comitê Estratégico		30/04/2026	28/04/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2026	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		30/04/2026	28/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: GERALDO LUCIANO MATTOS JUNIOR **CPF:** 144.388.523-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 08/03/1963

Experiência Profissional:

Formação: Graduação em Administração de Empresas (Universidade Estadual do Ceará) e Direito (Universidade de Fortaleza), assim como e Mestrado em Administração de Empresas (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Coppead).

Principais Cargos Exercidos: Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores de M Dias Branco (até novembro de 2019); Membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: Hapvida participações, Portobello e Assaí Atacadista.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	10/12/2025	2 anos			10/12/2025	10/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: JORGE MULLER **CPF:** 518.027.679-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 30/09/1964

Experiência Profissional: Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com especialização em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de Contador no Portobello Grupo durante 08 anos. Posteriormente, foi Contador da empresa Dígitro Telecomunicações Ltda, Gerente de Controladoria da Hertz Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da Muller Contadores Associados S.S. Ltda.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	10/12/2025	2 anos.			10/12/2025	10/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
CESAR GOMES JUNIOR	305.583.019-91	CÉSAR GOMES NETO	83.475.913/0001-91	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	CÉSAR GOMES NETO	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Acionista membro do grupo de controle	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
CESAR GOMES JUNIOR	305.583.019-91	CÉSAR GOMES NETO	83.475.913/0001-91	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
CÉSAR GOMES NETO	006.211.549-97	CÉSAR GOMES NETO	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Acionista membro do grupo de controle	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
CESAR GOMES JUNIOR	305.583.019-91	CÉSAR GOMES NETO	83.475.913/0001-91	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
ELEONORA RAMOS GOMES	013.808.518-82	CÉSAR GOMES NETO	83.475.913/0001-91	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Acionista membro do grupo de controle.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
CESAR GOMES JUNIOR	305.583.019-91	CÉSAR GOMES NETO	83.475.913/0001-91	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
VALERIO GOMES NETO	245.328.949-72	CÉSAR GOMES NETO	83.475.913/0001-91	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Acionista membro do grupo de controle.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023Administrador do Emissor

GABRIELA RICHTER GOMES	007.489.389-07	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

FLOORING REVESTIMENTOS CERÊMICOS LTDA	11.561.432/0003-50		
Sócia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ELEONORA RAMOS GOMES	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

SOLUÇÃO CERÂMICA COMÉRCIO LTDA	03.796.084/0001-00		
Sócia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Franquia Portobello Shop

Administrador do Emissor

VALERIO GOMES NETO	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

GOMES PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	10.723.267/0001-60		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Locação centro empresarial Office Park

Administrador do Emissor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
ELEONORA RAMOS GOMES Acionista membro do grupo de controle.	013.808.518-82 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Fornecedor
Pessoa Relacionada GOMES PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA Sócio	10.723.267/0001-60 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação Gomes Participações Societárias Ltda			
<hr/>			
Administrador do Emissor EDUARDO RAMOS GOMES Acionistas membros do grupo de controle	454.713.209-72 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Fornecedor
Pessoa Relacionada GOMES PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA Sócio	10.723.267/0001-60 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação Locação Centro Empresarial Office Park			
<hr/>			
Administrador do Emissor CESAR GOMES JUNIOR Acionistas membros do grupo de controle	305.583.019-91 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Fornecedor
Pessoa Relacionada GOMES PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA Sócio	10.723.267/0001-60 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação Locação Centro Empresarial Office Park			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Acordos/seguros de administradores

A Companhia contrata, anualmente, apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (“D&O”) até o montante de R\$ 50 milhões, em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros da Companhia o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes da reparação de eventuais danos causados pelo segurado a terceiros ou à própria Companhia, bem como o pagamento parcial de multas e penalidades cíveis e administrativas impostas aos administradores da Companhia enquanto no exercício de suas funções profissionais.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Não se aplica.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Companhia ("Política") visa determinar diretrizes a serem observadas para determinar a remuneração dos Diretores, membros do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, considerando a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado. Além disso, a Política tem o intuito de motivá-los a atingir resultados e criar valor para os acionistas, proporcionando o alinhamento dos interesses dos profissionais com os interesses de longo prazo da Companhia, assim como a retenção destes profissionais.

A Política foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de abril de 2022 e pode ser consultada por meio dos seguintes endereços eletrônicos:
<https://ri.portobello.com.br/list.aspx?idCanal=plzAGmv00gdpimha2y6Y8Q==&linguagem=pt>
<https://www.rad.cvm.gov.br/>

b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

A remuneração individual é avaliada anualmente a partir de estudos considerando as práticas salariais de mercado e a avaliação de performance do período.

I. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração e a Assembleia Geral de Acionistas participam do processo decisório para estipular a remuneração dos órgãos de administração da Companhia, conforme detalhado nos itens abaixo:

8.1 Política ou prática de remuneração

II. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A definição da remuneração dos administradores é fundamentada em estudos de mercado realizados por consultorias especializadas, que avaliam práticas salariais de empresas com porte, faturamento e setores de atuação comparáveis ao da Companhia, incluindo os segmentos de Indústria e Varejo.

As análises utilizam metodologias globais de avaliação de cargos, como a Metodologia HAY, permitindo a verificação da remuneração total por grupo salarial, considerando fatores como complexidade da função, experiência exigida, responsabilidades e exposição ao risco.

Além dos dados de mercado, também são considerados atributos individuais, como competências técnicas, histórico profissional e riscos de retenção. Com base nesses elementos, o Conselho de Administração propõe o valor global de remuneração e sua alocação entre os administradores, proposta esta que é submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária. Essa metodologia visa assegurar o alinhamento com padrões de mercado, garantir a atratividade dos cargos e reconhecer o desempenho dos profissionais em linha com os objetivos estratégicos da Companhia.

III. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o tema é avaliado pelo Conselho de Administração com base no estudo descrito no subitem "II" acima.

c) Composição da remuneração, indicando

I. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A estratégia de remuneração da Companhia é estruturada com base em práticas de mercado, visando atrair, reter e engajar profissionais qualificados para a execução das diretrizes estratégicas aprovadas pelos acionistas.

A remuneração fixa, associada a um pacote de benefícios compatível com o mercado, promove a atratividade e competitividade no curto prazo. Já a remuneração variável de curto prazo (PPR) é vinculada ao atingimento de metas corporativas e individuais, incentivando o foco em resultados sustentáveis no médio prazo.

8.1 Política ou prática de remuneração

Para o longo prazo, a Companhia poderá adotar programas de incentivo vinculados ao desempenho contínuo e à criação de valor duradouro, reforçando o compromisso dos executivos com os objetivos estratégicos e a perenidade do negócio.

A composição da remuneração busca, assim, alinhar os interesses dos administradores aos da Companhia e de seus acionistas, promovendo uma gestão orientada a resultados, com visão integrada de curto, médio e longo prazos.

As metas utilizadas para a apuração do PPR são definidas com base no orçamento corporativo e incluem a previsão de custos do programa. Ao final de cada exercício, o desempenho é avaliado e a remuneração variável é calculada conforme os parâmetros estabelecidos.

Remuneração fixa

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Comitês de Assessoramento é definida com base nas atribuições e responsabilidades de cada função, considerando também o tempo dedicado e as práticas de mercado.

Para os membros do Conselho de Administração, a remuneração fixa, igualitária entre seus integrantes, é deliberada pelo próprio Conselho, respeitando o valor global aprovado anualmente pela Assembleia Geral. O valor visa remunerar os serviços prestados de forma proporcional à dedicação e responsabilidade exigidas, assegurando atratividade e competitividade no mercado.

No caso dos Diretores Estatutários, a definição individual considera o valor de mercado do cargo, experiência, formação, desempenho, especificidades da função e riscos de retenção. A decisão é de competência do Conselho de Administração, dentro do limite anual estabelecido pela Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal teve seu caráter permanente destituído por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2025. Dessa forma, não haverá média de remuneração a partir do exercício de 2026, nos termos do art. 35 do Estatuto Social datado de 05 de janeiro de 2026. No exercício de 2025, a remuneração dos Conselheiros Fiscais foi definida anualmente pela Assembleia Geral e, conforme a legislação vigente (art. 162, §3º, da Lei nº 6.404/76), não poderia ser inferior a 10% da média da remuneração atribuída aos Diretores Estatutários.

Em relação aos Comitês de Assessoramento, a remuneração é definida anualmente pelo Conselho de Administração. Conselheiros que integram comitês recebem valores fixos por participação, observados limites previamente definidos e o orçamento anual da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

Empregados e Diretores Estatutários que participam dos comitês não recebem remuneração adicional por essa atividade.

Benefícios diretos e indiretos

Os Diretores Estatutários recebem pacote de benefícios compatível com as práticas de mercado, visando complementar a assistência pública, conceder maior segurança e assegurar as melhores condições para desempenho do cargo, tais como: plano de previdência privada, plano de saúde, seguro de vida, leasing de veículos, dentre outros.

Remuneração variável de curto prazo

Os Diretores Estatutários são elegíveis à remuneração variável de curto prazo, estruturada com base no plano de participação nos resultados (PPR), com pagamento anual condicionado ao atingimento de metas previamente definidas. Essas metas são alinhadas ao planejamento estratégico e ao orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, com o objetivo de reconhecer o desempenho individual e o resultado corporativo.

A composição do PPR considera indicadores financeiros e operacionais da Companhia, como Fluxo de Caixa e EBITDA, refletindo o papel dos executivos na geração de valor. Os valores são calculados a partir do grau de atingimento das metas anuais, observando critérios de desempenho, limites de atendimento às exigências contidas na Resolução CVM 81/22 orçamentários e diretrizes de meritocracia. O pagamento ocorre em parcela única, conforme aprovação anual do Conselho de Administração.

Remuneração variável de longo-prazo

A Companhia pode adotar políticas de remuneração variável de longo prazo como parte da composição total da remuneração dos Diretores Estatutários, com o objetivo de fortalecer o alinhamento entre os executivos e a estratégia corporativa de longo prazo.

Esses programas são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e consideram critérios relacionados à sustentabilidade dos resultados, à criação de valor para os acionistas e à aderência aos princípios e valores da Companhia. A estrutura dos incentivos observa práticas de mercado, o orçamento e o planejamento estratégico, contribuindo para a retenção de lideranças-chave e o reconhecimento pelo impacto gerado no desempenho da organização.

8.1 Política ou prática de remuneração

Outros

Os membros do Conselho de Administração têm direito ao reembolso de despesas de locomoção e estadia relacionadas ao exercício de suas funções, conforme previsto nas políticas internas da Companhia.

Da mesma forma, os membros do Conselho Fiscal fazem jus ao reembolso de despesas de transporte e estadia, respeitadas as disposições legais vigentes e as normas internas aplicáveis. O reembolso pode ser feito mediante apresentação de comprovantes ou com base em valor pré-determinado, calculado a partir da média estimada de deslocamento e pedágio entre a cidade de residência do conselheiro e a sede da Companhia.

No exercício previsto para o ano de 2026, o Conselho Fiscal teve seu caráter permanente destituído por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2025. Dessa forma, não haverá despesas deste órgão reconhecida no resultado do emissor, nos termos do art. 35 do Estatuto Social, datado de 05 de janeiro de 2026.

2026	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	100%	-	-	-	-	100%

2025	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	100%	-	-	-	-	100%

2024	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios pós emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	88,4%	11,6%	-	-	-	100%

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Sua metodologia de cálculo e de reajuste A remuneração dos administradores é definida com base na relevância do cargo na estrutura organizacional e na estratégia da Companhia, respeitando o posicionamento frente ao mercado. Os valores são estabelecidos pelo Conselho de Administração, com base em referências salariais obtidas por meio de estudos realizados anualmente por consultorias especializadas. Esses estudos permitem avaliar a competitividade da Companhia e identificar eventuais necessidades de ajuste.

O valor global da remuneração dos administradores é aprovado anualmente pela Assembleia Geral, conforme o disposto no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Conselho de Administração definir sua distribuição individual entre os membros do Conselho, da Diretoria Estatutária e dos Comitês. A remuneração variável segue métricas aprovadas pelo Conselho, vinculadas ao desempenho da Companhia e dos executivos,

8.1 Política ou prática de remuneração

conforme descrito nas seções anteriores. Os benefícios concedidos aos Diretores complementam a remuneração fixa e seguem práticas de mercado, oferecendo segurança e condições adequadas para o exercício da função.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ESG**

A definição da remuneração variável de curto prazo dos Diretores Estatutários é fundamentada no desempenho anual da Companhia, com base em metas estabelecidas no orçamento e aprovadas pelo Conselho de Administração. O Programa de Participação nos Resultados (PPR) contempla tanto metas corporativas quanto metas individuais, com apuração anual e pagamento em parcela única, condicionado ao atingimento dos objetivos definidos.

A composição da remuneração variável considera indicadores-chave de desempenho que refletem as prioridades estratégicas da Companhia, tais como: Dívida Líquida/EBITDA, Lucro Líquido, Fluxo de Caixa Livre, EBITDA, Receita Operacional Líquida. A representatividade de cada indicador é ponderada por pesos específicos que compõem a cesta de avaliação da Diretoria Estatutária, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Indicador 2024	Peso	U/M	Indicador 2025	Peso	U/M	Indicador 2026	Peso	U/M
Diretoria Estatutária: Presidente e Vice Presidentes	Dívida Líquida/EBITDA (PPBG)	30,0%	%	Dívida Líquida/EBITDA (PPBG)	25,0%	%	Dívida Líquida/EBITDA (PPBG)	25,0%	%
	Lucro Líquido PBG	15,0%	R\$ MIL	Lucro Líquido PBG	15,0%	R\$ MIL	Lucro Líquido PBG	15,0%	R\$ MIL
	Fluxo de Caixa Livre	15,0%	R\$ MIL	Fluxo de Caixa Livre	25,0%	R\$ MIL	Fluxo de Caixa Livre	25,0%	R\$ MIL
	EBITDA PBA	25,0%	%	EBITDA PBA	20,0%	%	EBITDA PBA	20,0%	%
	Crescimento Grupo (ROL GRUPO)	15,0%	%	Crescimento Grupo (ROL GRUPO)	15,0%	%	Crescimento Grupo (ROL GRUPO)	15,0%	%

Atualmente, a Companhia não adota indicadores relacionados a critérios ESG (ambientais, sociais e de governança) como parte dos programas de remuneração variável.

A remuneração fixa, por sua vez, é definida com base em critérios de mercado, considerando as responsabilidades do cargo, o perfil técnico e comportamental do executivo, bem como aspectos como experiência, formação e riscos de retenção.

II. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia estrutura e atualiza a composição da remuneração com o objetivo de equilibrar o foco em resultados de curto, médio e longo prazo, assegurando atratividade e competitividade em relação ao mercado. Esse modelo busca, simultaneamente, promover a retenção e o engajamento de profissionais estratégicos, alinhando sua permanência à criação de valor sustentável e à execução bem-sucedida da estratégia e da cultura organizacional.

8.1 Política ou prática de remuneração

III. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00		10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00		10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.112.548,00	5.040.234,00		8.152.782,00
Benefícios direto e indireto	460.882,62	669.674,82		1.130.557,44
Participações em comitês	635.213,88	0,00		635.213,88
Outros	0,00	361.212,44		361.212,44
Descrição de outras remunerações fixas		Remuneração variável como Bônus.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	4.208.644,50	6.071.121,26		10.279.765,76

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.045.521,50	4.670.222,23	344.524,65	8.060.268,38
Benefícios direto e indireto	460.882,60	1.279.663,63	787,29	1.741.333,52
Participações em comitês	1.764.413,50	0,00	0,00	1.764.413,50
Outros	0,00	491.933,37	0,00	491.933,37
Descrição de outras remunerações fixas		Remuneração variável como Bônus.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	5.270.817,60	6.441.819,23	345.311,94	12.057.948,77

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.010.364,00	3.908.788,00	331.754,40	7.250.906,40
Benefícios direto e indireto	275.273,00	1.130.112,00	639,00	1.406.024,00
Participações em comitês	2.457.440,00	0,00	0,00	2.457.440,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/D		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	5.743.077,00	5.038.900,00	332.393,40	11.114.370,40

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00		10,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00		10,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	72826,00		72.826,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3067604,64		3.067.604,64
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	491933,37	0,00	491.933,37
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	491933,37	0,00	491.933,37
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	457657,44	0,00	457.657,44
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2350980,00	0,00	2.350.980,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	918449,52	0,00	918.449,52
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever

Não se aplica.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2025**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Não há um plano de remuneração baseado vigente na Companhia em 2025.	Não há um plano de remuneração baseado vigente na Companhia em 2025.	Não há um plano de remuneração baseado vigente na Companhia em 2025.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	Não há um plano de remunerações baseado em ações vigente na companhia.	Não há um plano de remunerações baseado em ações vigente na companhia.	Não há um plano de remunerações baseado em ações vigente na companhia.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não se aplica.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não se aplica.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não se aplica.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não se aplica.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não se aplica.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não há um plano de remunerações baseado em ações vigente na companhia.	Não há um plano de remunerações baseado em ações vigente na companhia.	Não há um plano de remunerações baseado em ações vigente na companhia.

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Não há um plano de remunerações baseado em ações vigente na companhia.	Não há um plano de remunerações baseado em ações vigente na companhia.	Não há um plano de remunerações baseado em ações vigente na companhia.

8.12 Precificação das ações/opções

8.10. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

Não se aplica.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

	PBG S.A.		Portobello Shop S/A		Mineração Portobello Ltda.	
	Ações Ordinárias	%Total	Ações Ordinárias	%Total	Ações Ordinárias	%Total
Controladores	96.526.171	68,46%	200	0,05%	360	0,01%
Conselho de Administração	3	0,00%	200	0,05%	-	0,00%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria Estatutária	85.000	0,06%	-	0,00%	-	0,00%
Total das Ações	96.611.174	68,52%	400	0,10%	360	0,01%

8.14 Planos de previdência

8.14. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

2025

Órgão	Diretoria
Número de membros	3
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.	0
Condições para se aposentar antecipadamente.	a) Tenha pelo menos 55 anos de idade; b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras; c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais; d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora.
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 24.701.847
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 292.376
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição: 3 anos - 50%; 4 anos - 60%; 5 anos - 70%; 6 anos - 80% e; 7 anos ou mais - 100%

2024

Órgão	Diretoria
Número de membros	3
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.	0
Condições para se aposentar antecipadamente.	a) Tenha pelo menos 55 anos de idade; b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras; c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais; d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora.
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 24.409.472
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 297.376
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição

2023

Órgão	Diretoria
Número de membros	3
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.	0
Condições para se aposentar antecipadamente.	a) Tenha pelo menos 55 anos de idade; b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras; c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais; d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora.
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 24.402.224
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 249.398
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Nº de membros	3,00	3,00	7,00	7,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	7,00	7,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.933.363,58	1.843.080,00	430.052,00	430.052,00	111.877,20	110.584,80
Valor da menor remuneraçãoReal	1.110.216,40	1.008.629,56	430.052,00	430.052,00	111.877,20	110.584,80
Valor médio da remuneraçãoReal	1.014.526,66	950.569,85	430.052,00	430.052,00	111.877,20	110.584,80

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.	
31/12/2024	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.	
31/12/2024	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.	
31/12/2024	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não se aplica.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Abaixo, os percentuais da remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal reconhecida no resultado da Companhia que sejam partes relacionadas.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício previsto até 31 de dezembro de 2026	28,57%	N/A	N/A
Exercício social até 31 de dezembro de 2025	28,99%	N/A	33,33%
Exercício social até 31 de dezembro de 2024	12,52%	N/A	33,33%

No exercício previsto para o ano de 2026, o Conselho Fiscal teve seu caráter permanente destituído por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2025. Dessa forma, não haverá média percentual da remuneração total desse órgão reconhecida no resultado do emissor, nos termos do art. 35 do Estatuto Social, datado de 05 de janeiro de 2026.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Exercício Social	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2026		1.368.000,00		1.368.000,00
2025				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2024				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2025

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
24/04/2023	23/04/2023		
Descrição dos serviços prestados			
<p>Auditoria das demonstrações financeiras individuais da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p> <p>Revisão das informações trimestrais da Companhia (individuais e consolidadas) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023.</p>			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A remuneração paga aos auditores, referente aos honorários pelos serviços de auditoria do exercício de 2023 e revisões trimestrais (individuais e consolidadas), totalizou R\$ 659.819,96. No mesmo período, a remuneração referente a consultoria foi de R\$ 107.257,13.			
Justificativa da substituição			
Em conformidade ao artigo 28 da Resolução CVM nº 23/2021, a Companhia substituiu a empresa PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA que prestou serviços de auditoria no período de 2019 a 2023.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não houve discordância por parte do auditor.			

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
27/03/2024	01/04/2024		
Descrição dos serviços prestados			
<p>Auditoria das demonstrações financeiras individuais da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Para as empresas americanas do grupo, auditoria das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas emitidas pelo Financial Accounting Standards Board (FASB), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p> <p>Revisão das informações trimestrais da PBG S.A. no Brasil (individuais e consolidadas) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024.</p> <p>Auditoria das demonstrações financeiras individuais da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Para as empresas americanas do grupo, auditoria das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas de auditoria aceitas nos Estados Unidos da América (GAAS), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p> <p>Revisão das informações trimestrais da PBG S.A. no Brasil (individuais e consolidadas) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025.</p> <p>Diagnóstico dos possíveis impactos da Reforma Tributária, com o objetivo explorar diferentes cenários tributários.</p>			

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social
A remuneração paga aos auditores, referente aos honorários pelos serviços de auditoria do exercício de 2024 e revisões trimestrais (individuais e consolidadas), totalizou R\$ 1.050.000,00, para as empresas localizadas no Brasil e USD 190.000,00 para auditoria das demonstrações financeiras consolidadas das empresas americanas. A remuneração paga aos auditores, referente aos honorários pelos serviços de auditoria do exercício de 2025 e das revisões trimestrais (individuais e consolidadas), totalizou R\$ 1.110.000,00 para as empresas localizadas no Brasil e USD 325.000,00 para a auditoria das demonstrações financeiras da operação americana. Realização de diagnóstico da Reforma Tributária, com o objetivo explorar diferentes cenários tributários. Os honorários líquidos desse diagnóstico totalizaram R\$190.000,00.
Justificativa da substituição
Em conformidade ao artigo 28 da Resolução CVM nº 23/2021, a Companhia substituiu a empresa PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA que prestou serviços de auditoria no período de 2019 a 2023.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não aplicável.

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

A companhia informa que realiza todos os procedimentos necessários para evitar a existência de conflito de interesse e perda de independência de seus auditores independentes, de modo que possam prestar seus serviços de forma objetiva e emitir uma opinião imparcial sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia. A escolha do Auditor Independente, bem como de prestação de outros serviços por firmas de auditoria, passará pela apreciação do Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração.

Na avaliação da contratação de outros serviços (extra auditoria), a Companhia tem por prática observar os seguintes critérios:

- Não impactem a independência do auditor;
- Sejam aprovados pelo Conselho de Administração;
- Estejam dentro do escopo da sua competência profissional.

Esses princípios fundamentam-se na premissa de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou atuar em defesa dos interesses da entidade auditada, bem como prestar serviços vedados pelas normas aplicáveis à Auditoria Independente, de forma a preservar sua independência.

A Companhia informa que os outros serviços diferentes de Auditoria Independente, prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda, passaram pelo processo de análise e aprovação com base em nossa política interna, não tendo sido identificado conflito de interesse.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Outras informações relevantes

Nada a declarar.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	120	165	0	0	0
Não-liderança	1236	2402	0	0	0
TOTAL = 3.923	1356	2567	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	5	246	6	28	0	0	0
Não-liderança	31	2510	273	812	11	1	0
TOTAL = 3.923	36	2756	279	840	11	1	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	9	229	47
Não-liderança	1168	2132	338
TOTAL = 3.923	1177	2361	385

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
Liderança	5	280	0
Não-liderança	3487	151	0
TOTAL = 3.923	3492	431	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	26	3	78	175	3
Não-liderança	2	471	62	505	2598	0
TOTAL = 3.923	2	497	65	583	2773	3

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	2	0	0	0	0
Nordeste	130	367	0	0	0
Centro-Oeste	37	28	0	0	0
Sudeste	330	253	0	0	0
Sul	856	1917	0	0	0
Exterior	1	2	0	0	0
TOTAL = 3.923	1356	2567	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Norte	0	2	0	0	0	0	0
Nordeste	2	234	41	220	0	0	0
Centro-Oeste	1	30	11	23	0	0	0
Sudeste	16	349	45	169	4	0	0
Sul	17	2138	182	428	7	1	0
Exterior	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 3.923	36	2756	279	840	11	1	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	1	1	0
Nordeste	201	257	39
Centro-Oeste	20	39	6
Sudeste	167	352	64
Sul	788	1709	276
Exterior	0	3	0
TOTAL = 3.923	1177	2361	385

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

- a) **Número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem**

I. Identidade autodeclarada de gênero

Nossos dados relativos a gênero são dados obtidos a partir da documentação encaminhada pelos (as) funcionários (as) na admissão, com o gênero que foi atribuído no nascimento ou em casos de pessoas transgêneros cuja documentação foi retificada.

Não temos a identidade autodeclarada de gênero, apenas gênero biológico, conforme abaixo:

Número de Colaboradores (por Região)			
	Homens	Mulheres	Outros
Portobello	1.761	752	-
Pointer	339	112	-
PbShop	467	492	-
Total por gênero	2.567	1.356	
Total			3.923

II. Identidade autodeclarada de cor ou raça

Não possuímos identidade autodeclarada de cor ou raça.

III. Faixa etária

Faixa Etária - 2025			
	Até 30 anos	30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Portobello	736	1.451	326
Pointer	191	226	34
PbShop	368	552	39
Total por gênero	1.295	2.229	399
Total			3.923

IV. Pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável

156 pessoas.

V. Outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

10.1 Descrição dos recursos humanos

A Companhia possui atualmente a meta de atingir 50% de mulheres em cargos de liderança até 2030. Ao final de 2025 registramos 42,11% de mulheres em posição de liderança.

b) Número de terceirizados (total por grupos com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Número de terceirizados apresentado na tabela abaixo:

c) Índice de rotatividade

Índice de rotatividade apresentado na tabela abaixo:

b) Número de terceirizados | c) Índice de rotatividade

	Descrição da Conta				
	2025	2024	2023	2022	2021
No de Empregados	3.923	4.110	4.099	3.967	3.692
Atividades Administrativas	482	305	370	436	348
Atividades Comerciais	1.336	1.613	796	1.031	615
Atividades Industriais	2.105	2.192	2.933	2.500	2.729
No de Terceirizados	68	204	233	59	139
Atividades Administrativas	9	32	12	4	8
Atividades Comerciais	13	58	23	31	5
Atividades Industriais	46	114	198	24	126
Índice de Rotatividade	2,37%	2,43%	1,99%	1,66%	1,52%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não houve alteração relevante em relação às informações prestadas no item 10.1.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando

a) Política de salários e remuneração variável

A Política de remuneração é estabelecida de acordo com as práticas de mercado, visando proporcionar aos funcionários níveis salariais competitivos com o mercado, dentro das disponibilidades orçamentárias, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais com desempenho destacado.

Os ajustes salariais são estabelecidos

- Anualmente, no mês de maio, data base de negociação sindical;
- Nos crescimentos horizontais, através do processo de meritocracia e respeitando o orçamento definido para o ano;
- Nos crescimentos verticais, por promoção, seguem os planos de carreira para os cargos abrangidos e os processos de *Talent Pool* e avaliação de desempenho para os cargos executivos (diretores e gerentes).
- A remuneração variável mensal é praticada para toda equipe da área comercial, como também para os gerentes e coordenadores industriais, seguindo atingimento de metas pré-estabelecidas
- A Companhia mantém Programa de Participação nos Resultados de acordo com os limites estabelecidos no acordo firmado e cumprimento de metas estabelecidas em conformidade com o nível de hierarquia e responsabilidades. O limite máximo do PPR está atrelado ao percentual de 70% do lucro líquido orçado.

b) Política de benefícios

A Política de Remuneração contempla um conjunto de benefícios, da seguinte forma:

A política de benefícios da Companhia destinada aos seus empregados é estabelecida de forma a complementar as necessidades sociais dos empregados e está alinhada às práticas de mercado, de modo que os empregados possam desempenhar suas atividades com qualidade de vida e engajamento corporativo.

Desta forma, são oferecidos aos funcionários um pacote de benefícios atraente, constituído dos seguintes benefícios:

- Assistência médica;
- Transporte;
- Alimentação;
- Vale refeição;

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- Vale alimentação;
- Convênio farmácia;
- Convênio odontológico;
- Prêmio assiduidade;
- Abono de férias;
- Auxílio creche ou babá;
- Abono para dependente portador de necessidade especial;
- Associação de funcionários – ADEC;
- Compra de produtos Portobello;
- Seguro de vida;
- Empréstimos consignados;
- Mamãe Portobello;
- Check-up executivo;

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

Não se aplica.

d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

31,60.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
155.385,00	4.916,00	31,61
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia mantém uma relação institucional transparente e respeitosa com os sindicatos que representam suas categorias profissionais, pautada pelo diálogo contínuo e pela negociação coletiva. Nos últimos três exercícios sociais e ao longo de seus 46 anos de operação, a Companhia não registrou greves ou paralisações, o que reforça o histórico de estabilidade e de construção conjunta nas relações trabalhistas.

O Grupo Portobello mantém uma política de relacionamento transparente e colaborativa com as entidades sindicais, buscando promover condições sustentáveis nas relações de trabalho e fortalecer o diálogo contínuo entre capital e trabalho. Além das negociações regulares durante o período de data-base, a Companhia convida os sindicatos para reuniões adicionais ao longo do ano, com o objetivo de tratar demandas pontuais e assuntos de interesse mútuo.

Atualmente, a Companhia se relaciona com diversos sindicatos profissionais que representam seus colaboradores em diferentes localidades. Entre eles:

- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cerâmica de Tijucas (SC);
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis (SC);
- Sindicato dos Trabalhadores da Construção e Mobiliário de Jundiaí (SP);
- Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias e Logística de Jundiaí e Região (SP);
- Sindicatos dos Empregados no Comércio das cidades de Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ), Distrito Federal, Campo Grande (MS), Joinville (SC), Maringá (PR), Balneário Camboriú (SC), São José (SC), Jundiaí (SP), Sorocaba (SP), Campinas (SP), São José do Rio Preto (SP), Novo Hamburgo (RS), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), entre outros;
- Sindicato dos Comerciantes de Brusque e Loja de Tijucas (SC);
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cerâmica de Fortaleza (CE).

O Grupo possui instrumentos coletivos formalizados com praticamente todos os sindicatos citados, seja por meio de Acordos Coletivos de Trabalho (ACT's) ou Convenções Coletivas de Trabalho (CCT's), negociados de forma direta ou indireta, conforme a representação sindical e a base territorial de cada Unidade.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Outras informações relevantes

Não se aplica.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia celebra, no curso normal de seus negócios, operações com partes relacionadas. Essas operações podem incluir transações realizadas entre a Companhia e suas controladas, coligadas, pessoas vinculadas à administração e acionistas controladores. As transações com partes relacionadas da Companhia podem ser classificadas em:

- I. Transações de natureza operacional; e**
- II. Transações comerciais e demais operações.**

No âmbito de suas atividades operacionais, a Companhia realiza transações com suas controladas, tendo considerado a integração de atividades na cadeia produtiva e comercial.

O CPC 05 trata da divulgação e da definição de partes relacionadas. Esse pronunciamento técnico requer a divulgação de relacionamentos com partes relacionadas, incluindo transações, saldos existentes e compromissos. A exigência se aplica tanto às demonstrações contábeis individuais quanto às demonstrações contábeis consolidadas.

De acordo com a prática adotada pela Companhia, parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada, sendo elas especificadas por:

- a) Pessoa, ou um membro próximo à família, se:**
 - (i) Tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
 - (ii) Tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
 - (iii) Foi membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.
- b) Uma entidade nos casos especificados abaixo:**
 - (i) A entidade e a Companhia são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são inter relacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);

11.1 Regras, políticas e práticas

- (ii) A entidade é coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de outra entidade (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a outra entidade é membro);
- (iii) Ambas as entidades estão sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;
- (iv) Uma entidade está sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade e a outra entidade for coligada dessa terceira entidade;
- (v) A entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a Companhia e a que está relacionada com a Companhia.
- (vi) A entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);
- (vii) Uma pessoa identificada na letra (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade);
- (viii) A entidade, ou qualquer membro do grupo do qual ela faz parte, fornece serviços de pessoal-chave da administração da Companhia ou à controladora da Companhia.

Os contratos com partes relacionadas são submetidos à avaliação do Comitê de Auditoria da Companhia e à aprovação do Conselho de Administração.

A Política de Transações com Partes Relacionadas foi aprovada em 28 de abril de 2022 e está disponível no site de Relações com Investidores (ri.portobello.com.br).

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Parking	01/01/2023	105.000,00	7.590,00	0,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	O sócio da AB Parking, Sr. Daniel Gomes Vieira configura no quadro de acionistas controladores da Portobello com 441.000 ações ordinárias ou 0,31% de participação.					
Objeto contrato	Prestação de serviço de estacionamento para os demais funcionários localizados no escritório de Florianópolis					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior, casos fortuitos ou inadimplência.					
Natureza e razão para a operação	O Ab Parking é o único estacionamento localizado no prédio em que o escritório de Florianópolis está instalado e a prestação de serviços leva em considerações valores de mercado.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Gomes Participações Societárias Ltda	01/01/2023	9.316.678,20	86.938,00	0,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Os sócios da Gomes Participações Societárias Ltda (Eleonora Ramos Gomes, Cesar Gomes Junior , Valério Gomes e Eduardo Ramos Gomes) fazem parte do grupo do controle da PBG.					
Objeto contrato	Locação do escritório corporativo do grupo e escritório comercial da Portobello Shop da Companhia localizado em Florianópolis ("Office park") e 10 vagas do estacionamento do prédio utilizadas pela Administração da Companhia. O contrato possui cláusulas de renovação automática sem aviso prévio do inquilino					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior, casos fortuitos ou inadimplência.					
Natureza e razão para a operação	O montante de valor é referente aos pagamentos feitos no exercício de 2023. A Companhia aluga de salas comerciais e vagas de estacionamento. A Companhia realizou pesquisa de mercado e identificou que os valores envolvidos são baseados nos padrões de mercado bem como o imóvel atende as necessidades da Companhia seja em relação a localização e o espaço disponível.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente

Natureza - Saldos Patrimoniais	Empresa	Controladora	
		31.12.25	31.12.24
Controladas			
Transações comerciais			
Créditos com controladas	PBShop	3.250	2.975
Créditos com controladas	PBA	64.466	65.677
Créditos com controladas	CBC	7.072	11.545
Créditos com controladas	PBTech	1.526	8.697
Débito com controladas e pessoas ligadas	CBC	(3.089)	(6.203)
Débito com controladas e pessoas ligadas	Mineração	(3.424)	(4.688)
Débito com controladas e pessoas ligadas	PBTech	(3.533)	(1.242)
Débito com controladas e pessoas ligadas	PBShop	(432)	-
Débito com controladas e pessoas ligadas	PBA	(9.761)	(9.787)
Ativos líquidos dos passivos com controladas		56.075	66.974
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Débitos com controladas e pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A. (a)	(56.330)	(56.330)
Débitos com controladas e pessoas ligadas	Mineração	(24.676)	(30.511)
Débitos com controladas e pessoas ligadas	PBTech	(2.036)	(16)
Débitos com controladas e pessoas ligadas	PBShop	-	(149)
Débitos com controladas e pessoas ligadas	CBC	(5.782)	(5.782)
Contas a pagar	Gomes Part. Societárias Ltda. (a)	(13)	(87)
Ativos líquidos dos passivos com outras pessoas ligadas		(88.837)	(92.875)

(a) Entidades nas quais há acionistas do grupo controlador em posição de controle.

Natureza - Resultado	Empresa	Controladora	
		2025	2024
Receitas			
Controladas			
Venda de produtos	PBTech Com. Ser. Cer. Ltda.	838	54.657
Venda de produtos	Cia Brasileira de Cerâmica	304.604	264.644
Venda de produtos	Portobello America, Inc.	78.029	85.944
Compra insumos	Mineração Portobello Ltda.	(13.538)	(16.633)
Prestação de serviços	Cia Brasileira de Cerâmica	(5.993)	(5.865)
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Venda de produtos	Gomes Part. Societárias Ltda.	1	-
Venda de produtos	Primavera Administração de Bens e Part. Ltda.	95	97
Venda de produtos	Fiori Empreendimentos Imobiliários Ltda.	44	96
Venda de produtos	Hurbana Empreendimentos Imobiliários S.A.	2.857	46
Venda de produtos	Instituto Pedra Branca	5	-
Venda de produtos	Jardim Tijucas Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	13	-
Venda de produtos	NU01 Incorporação SPE Ltda	99	-
Compras para consumo	Primavera Garden Center Ltda	2	-
Prestação de serviços	Gomes Part. Societárias Ltda.	(777)	(787)
Prestação de serviços	Daniel Gomes Vieira Eireli – EPP	(70)	-
Prestação de serviços	Pedra Branca Administração de Locação de Imóveis Ltda	(420)	-
Prestação de serviços	Multilog Sul Armazéns S/A	(17)	(4)
Prestação de serviços	AB Parking	(108)	(114)
Prestação de serviços	Radio Clube Tijucas Ltda.	(80)	(111)
		365.584	381.970

n. Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

As transações descritas seguiram a Política de Transações com Partes Relacionadas aprovada, que está disponível no site de Relações com Investidores (ri.portobello.com.br).

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**o. Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

As transações descritas seguiram a Política de Transações com Partes Relacionadas aprovada, está disponível no site de Relações com Investidores (ri.portobello.com.br).

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

No exercício social de 2026, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de assessoria estratégica e de governança com a empresa GTVP Treinamento & Consultoria Ltda., no valor total estimado de R\$ 1.368.000,00 (um milhão e trezentos e sessenta e oito mil reais), pelo prazo de 9 (nove) meses.

O vínculo com o emissor caracteriza-se pela condição do Sr. Mauro do Valle Pereira como membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como por sua participação societária na entidade contratada.

Esta contratação foi realizada em observância às disposições da Política de Transações com Partes Relacionadas e aos procedimentos internos de governança aplicáveis.

A operação foi submetida à avaliação das instâncias competentes da Companhia, incluindo manifestação favorável do Comitê de Auditoria e aprovação pelo Conselho de Administração, com observância das regras de declaração de conflito de interesses, impedimento e abstenção de voto da parte relacionada.

A Administração entende que a contratação ocorreu em condições compatíveis com aquelas praticadas em bases de mercado, considerando a natureza dos serviços prestados, a experiência profissional envolvida e as condições negociadas.

Adicionalmente, a Companhia informa que os serviços contratados possuem natureza específica e complementar às atribuições exercidas pelo membro do Conselho de Administração no âmbito de suas funções estatutárias.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
16/03/2022		250.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
140.986.886	0	140.986.886	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
16/03/2022		250.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
140.986.886	0	140.986.886	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
16/03/2022		250.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
140.986.886	0	140.986.886	

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
27/04/2021		250.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
154.529.361	0	154.529.361	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
27/04/2021		250.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
154.529.361	0	154.529.361	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
27/04/2021		250.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
154.529.361	0	154.529.361	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/04/2018		1.000.000.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.000.000.000	0	1.000.000.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

a) Direito a dividendos:

Não aplicável.

b) Direito de voto:

Não aplicável.

c) Conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:

I. Condições: Não aplicável.

II. Efeitos sobre o capital social: Não aplicável.

d) Direito no reembolso de capital:

Não aplicável.

e) Direito a participação em oferta pública por alienação de controle:

Não aplicável.

f) Restrições à circulação

Não aplicável.

g) Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Não aplicável.

h) Possibilidade de resgate de ações, indicando:

Não aplicável.

i) Hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nesta situação

Não aplicável.

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

- j) Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável:**

Não aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	PTBL14
Data de emissão	17/09/2021
Data de vencimento	17/09/2026
Quantidade	300.000
Valor nominal global R\$	300.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos respectivos Investidores Profissionais, exceto pelo lote de Debêntures objeto de eventual Garantia Firme, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476, nos termos dos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial o disposto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 476. Para fins na Escritura de Emissão, consideram-se "Investidor(es) Qualificado(s)" aqueles investidores referidos no artigo 12 da Resolução CVM 30.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, sendo vedado o resgate parcial, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado").
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.19 acima ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado") com 30 (trinta) dias de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo resgate, sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) que a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade das Debêntures; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso existente, que não poderá ser negativo; (iii) forma e prazo limite de manifestação, à Emissora com cópia ao Agente Fiduciário, pelo Debenturista que aceitar a adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, que deverá ser um Dia Útil; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.
Outras características relevantes	A 4ª emissão (PTBL14) foi integralmente liquidada em junho de 2025. Destaca-se que parte dos recursos captados na 6ª emissão (PTBL16) foi destinada à sua quitação, em linha com a estratégia de gestão e otimização do perfil da dívida da Companhia.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	PTBL15
Data de emissão	20/12/2023
Data de vencimento	20/12/2028

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade	367.000
Valor nominal global R\$	367.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	189.453.287,90
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), ambos administrados e operacionalizados pela B3. As Debêntures poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários livremente entre Investidores Profissionais e após decorridos 06 (seis) meses da data de encerramento da oferta por investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução da CVM nº 30. Após decorrido 01 (um) ano da data de encerramento da oferta pelo público em geral, conforme, respectivamente, artigo 86, II, alínea a e b, Resolução CVM 160.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Emissora realizará a oferta por meio de comunicação prévia e individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, em ambos os casos, com cópia para a B3 com no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o resgate decorrente da Oferta de Resgate Antecipado (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”). O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (a) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, e (b) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na comunicação de oferta de resgate antecipado.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Caberá um voto a cada uma das Debêntures em Circulação nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas. Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação, ou em segunda convocação. Exceto: I. quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão; e II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de quaisquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração das Debêntures; (d) da amortização das Debêntures; (e) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (f) do prazo de vigência das Debêntures; (g) da espécie das Debêntures; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo; (j) da alteração ou exclusão de qualquer Evento de Inadimplemento; (k) alterações que impliquem em redução ou liberação de garantias.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	PTBL16
Data de emissão	26/06/2025
Data de vencimento	26/06/2030

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade	300.000
Valor nominal global R\$	300.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	300.659.090,70
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), ambos administrados e operacionalizados pela B3. As Debêntures poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários livremente entre Investidores Profissionais e após decorridos 06 (seis) meses da data de encerramento da oferta por investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução da CVM nº 30. Após decorrido 01 (um) ano da data de encerramento da oferta pelo público em geral, conforme, respectivamente, artigo 86, II, alínea a e b, Resolução CVM 160.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturista, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Emissora realizará a oferta por meio de comunicação prévia e individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, em ambos os casos, com cópia para a B3 com no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o resgate decorrente da Oferta de Resgate Antecipado (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”). O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (a) da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, e (b) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na comunicação de oferta de resgate antecipado.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Caberá um voto a cada uma das Debêntures em Circulação nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas. Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação, ou em segunda convocação. Exceto: I. quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão; e II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de quaisquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração das Debêntures; (d) da amortização das Debêntures; (e) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (f) do prazo de vigência das Debêntures; (g) da espécie das Debêntures; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo Total; (j) das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado; (k) da alteração ou exclusão de qualquer Evento de Inadimplemento; (i) alterações que impliquem em redução ou liberação de garantias."

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	12	0

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação na B3 (Bolsa, Brasil e Balcão) e estão listadas no Novo Mercado, sob o código "PTBL3".

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

Não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros nos últimos três sociais, portanto o item não se aplica.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer Outras Informações que o Emissor Julgue Relevantes

Informação Complementar ao Item 12.3

A Escritura de Emissão apresenta hipóteses de vencimento antecipado, dentre as quais, destacam-se resumidamente: (i) apresentação de pedido, proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial, pela Companhia e/ou Fiadora, extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, decretação de falência ou pedido de falência formulado por terceiros não elidido por depósito judicial e/ou contestada no prazo legal contra a Companhia e/ou a fiadora; (ii) não cumprimento pela Companhia e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (iii) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas em operações bancárias e/ou no âmbito do mercado de capitais da Companhia e/ou da Fiadora; (iv) caso a Escritura de Emissão e as Garantias sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia e/ou pela Fiadora; (v) caso as Garantias não sejam devidamente constituídas, sejam anuladas, ou de qualquer outra forma, deixem de existir ou sejam rescindidas; (vi) reorganização societária da Companhia; (vii) alteração do controle da Companhia e/ou da Fiadora; (viii) cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão; (ix) transformação societária da Companhia; (x) realização de pagamento de qualquer tipo de participação nos resultados da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, exceto pelo dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (xi) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; (xii) redução de capital social da Companhia e/ou da Fiadora; (xiii) se a Escritura de Emissão for declarada inválida, nula ou inexecutável; (xiv) inveracidade das declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Fiadora; (xv) descumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (xvi) não cumprimento de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantia; (xvii) protesto de títulos contra a Companhia e/ou contra a Fiadora, com valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00; (xviii) decisão condenatória arbitral definitiva, administrativa ou judicial com exigibilidade imediata, que resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento pela Companhia e/ou pela Fiadora; (xix) caso a Escritura de Emissão ou as Garantias sejam objeto de questionamento judicial por terceiros; (xx) alteração ou modificação do objeto social da Companhia; (xxi) inadimplemento pela Companhia e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação de pagamento de quantia igual ou superior a R\$ 15.000.000,00, em qualquer acordo ou contrato de que seja parte; (xxii) se a Companhia e/ou a Fiadora alienar ou onerar quaisquer bens de seu ativo de valor correspondente a 20% do valor dos ativos da Companhia e/ou da Fiadora ou R\$ 50.000.000,00, o que for menor; (xxiii) sequestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia ou de qualquer Controlada, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00; (xxiv) caso ocorra qualquer mudança adversa relevante e/ou alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da

12.9 Outras informações relevantes

Companhia e/ou da Fiadora; (xxv) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda, pela Companhia de propriedade ou posse, de bens cujo valor seja igual ou superior a 10% dos ativos imobilizados da Companhia; (xxvi) não realização das liquidações de dívidas em até 1 (um) dia útil contado da data de integralização das debêntures; (xxvii) caso não ocorra a reconstituição da alienação fiduciária nos termos e prazos previstos; (xxviii) caso as construções não averbadas existentes no Imóvel e indicadas no laudo de avaliação do Imóvel não sejam devidamente averbadas na matrícula do Imóvel; (xxix) descumprimento, pela Companhia, de índice financeiro determinado, em duas datas de apuração consecutivas, que serão acompanhados pelo agente fiduciário trimestralmente, com base nas informações trimestrais consolidadas da Emissora e nas suas demonstrações financeiras anuais auditadas consolidadas.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
César Gomes Junior	Diretor Presidente
Ronei Gomes	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente**Declaração do Diretor Presidente**

César Gomes Junior, brasileiro, casado, CPF nº 305.803.019-91, e Carteira de Identidade nº 276.175, expedida por SSP/SP, com endereço na SC-401, nº 4756, Saco Grande em Florianópolis, SC; na qualidade de Diretor Presidente da **PBG S.A.**, (“Companhia”), vem nos termos do anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declara na qualidade de Diretor Presidente da Companhia que:

- a) Reviu integralmente o Formulário de Referência da Companhia referente ao exercício de 2025;
- b) Todas as informações nele contidas estão em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 80, especialmente com os artigos 15 a 20; e
- c) Que o conjunto das informações apresentadas no Formulário de Referência representa, de forma verdadeira, precisa e completa, a situação econômico-financeira da Companhia, os riscos inerentes às suas atividades e os valores mobiliários de sua emissão.

César Gomes Junior
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente



2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 29 de May de 2026, 13:59:24



13 1 Declaracao CEO ok pdf

Código do documento bff34b2b-79e4-4662-8de4-f9d4fe4c14fc



Assinaturas



Cesar Gomes Junior
cesarjunior@portobello.com.br
Assinou

Cesar Gomes Junior

Eventos do documento

29 May 2026, 10:16:41

Documento bff34b2b-79e4-4662-8de4-f9d4fe4c14fc **criado** por SUELEN TONIANE HAMES (aa65e2e8-4761-4af8-bec3-f34f1d9e8dd1). Email:suelen.hames@portobello.com.br. - DATE_ATOM: 2026-05-29T10:16:41-03:00

29 May 2026, 10:20:40

Assinaturas **iniciadas** por SUELEN TONIANE HAMES (aa65e2e8-4761-4af8-bec3-f34f1d9e8dd1). Email:suelen.hames@portobello.com.br. - DATE_ATOM: 2026-05-29T10:20:40-03:00

29 May 2026, 13:15:30

CESAR GOMES JUNIOR **Assinou** (3b6be67d-a5fe-4cc1-8f8f-1e12d1e278cd) - Email: cesarjunior@portobello.com.br - IP: 177.43.40.28 (corporativo.static.gvt.net.br porta: 7052) - Documento de identificação informado: 305.583.019-91 - **Assinado com EMBED** - Token validado por **email** - DATE_ATOM: 2026-05-29T13:15:30-03:00

Hash do documento original

(SHA256):51284ca296ae6233d64ff7f373ec01a229e45c64ae25ec8b3ca940d382e499b

(SHA512):43cf68d497ba20dad81a4f92d5be7f61d3c5d6b53fa6967448a0ef5820dd92be7db41aa30df2b1755a8f8743739dd43d43fa7cf3d437ed2a75dfe3fc72e7d0b

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

Portobello Grupo
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores**PBG S.A.**

CNPJ/MF nº 83.475.913/0001-91

NIRE nº 42.300.030.201

Companhia Aberta

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Ronei Gomes, brasileiro, união estável, CPF nº 691.383.119-68, e Carteira de Identidade nº 2224580 expedida por SESP/SC, com endereço na SC-401, nº 4756, Saco Grande em Florianópolis/SC; na qualidade de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com os Investidores (Interino) do PBG S/A. ("Companhia"), em nos termos do anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declara que:

- a) Reviu integralmente o Formulário de Referência da Companhia referente ao exercício de 2025;
- b) Todas as informações nele contidas estão em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 80, especialmente com os artigos 15 a 20; e
- c) Que o conjunto das informações apresentadas no Formulário de Referência representa, de forma verdadeira, precisa e completa, a situação econômico-financeira da Companhia, os riscos inerentes às suas atividades e os valores mobiliários de sua emissão.

Ronei Gomes

Vice-Presidente Interino de Finanças e Relações com Investidores

PBG S.A.



13.1 Declaração do diretor de relações com investidores
2 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 29 de May de 2026, 13:58:07



13 1 1 Declaração CFO ok docx 1 pdf

Código do documento b456327f-c03d-41de-b873-60176c88d1b1



Assinaturas



Ronei Gomes
ronei.gomes@portobello.com.br
Assinou

Eventos do documento

29 May 2026, 11:13:24

Documento b456327f-c03d-41de-b873-60176c88d1b1 **criado** por SUELEN TONIANE HAMES (aa65e2e8-4761-4af8-bec3-f34f1d9e8dd1). Email:suelen.hames@portobello.com.br. - DATE_ATOM: 2026-05-29T11:13:24-03:00

29 May 2026, 11:14:37

Assinaturas **iniciadas** por SUELEN TONIANE HAMES (aa65e2e8-4761-4af8-bec3-f34f1d9e8dd1). Email:suelen.hames@portobello.com.br. - DATE_ATOM: 2026-05-29T11:14:37-03:00

29 May 2026, 12:50:30

RONEI GOMES **Assinou** (cf0e2a9c-4046-42f0-ba85-a073d0ab5bc8) - Email: ronei.gomes@portobello.com.br - IP: 187.56.101.98 (187-56-101-98.dsl.telesp.net.br porta: 35518) - Documento de identificação informado: 691.383.119-68 - **Assinado com EMBED** - Token validado por **email** - DATE_ATOM: 2026-05-29T12:50:30-03:00

Hash do documento original

(SHA256):5a734e929dba11beb2bb2aae4b6a59c1167db44fa58a070905dfc22c4f8263b5

(SHA512):37837d6e563d6ccbf5f315ab9f5ed8c1bd3fa6e1a812dfe7c4745b8a387b7e6212a2ec60a2bf27946741f085b0f80895281f5e0a332aba1e27ba4aaafb1ff35e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.